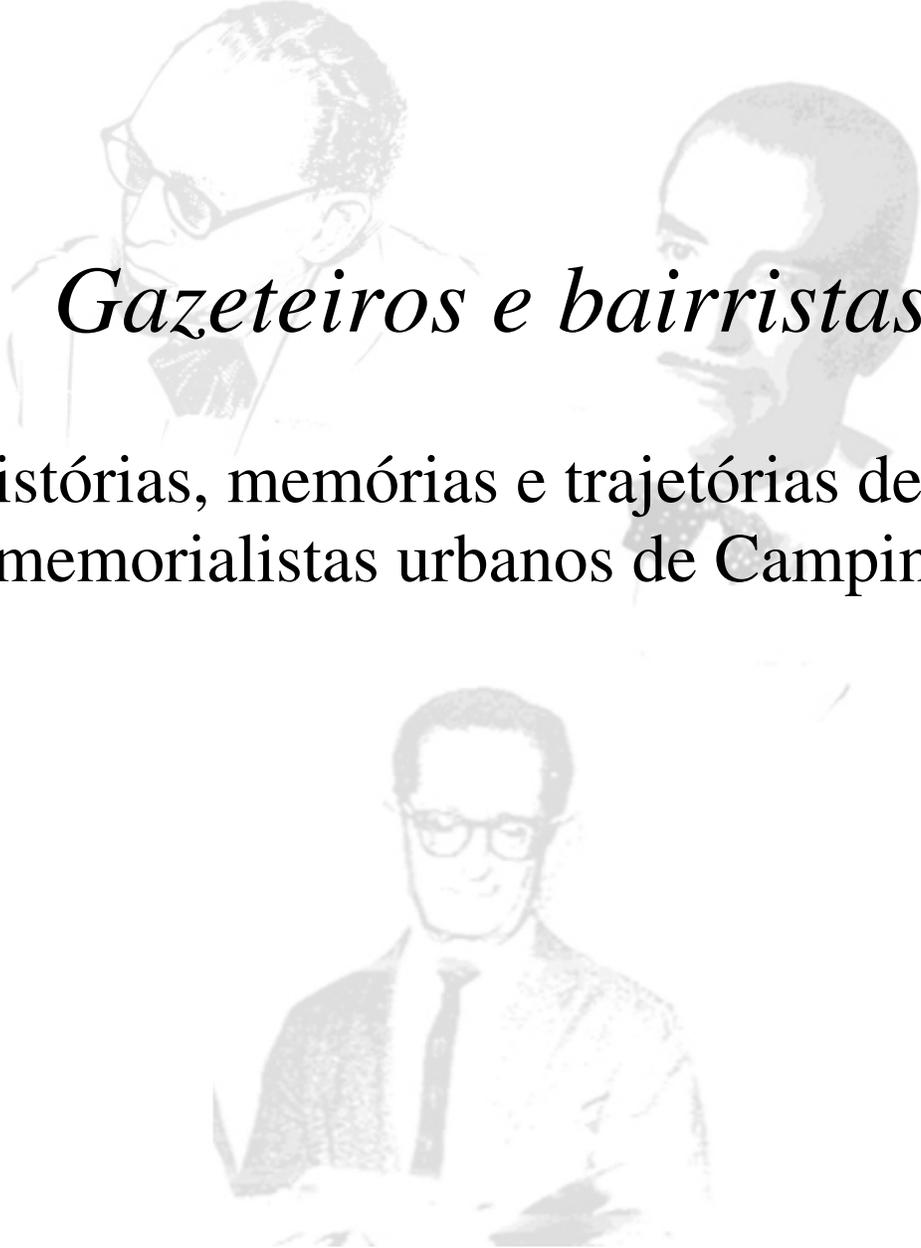


Flávio de Godoy Carnielli



Gazeteiros e bairristas

Histórias, memórias e trajetórias de três
memorialistas urbanos de Campinas

Fevereiro/ 2007

FLÁVIO DE GODOY CARNIELLI

Gazeteiros e Bairristas: Histórias, Memórias e Trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas

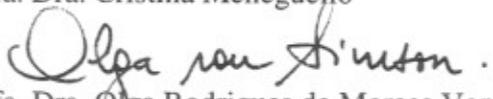
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26 / 02 / 2007

BANCA


Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)


Profa. Dra. Cristina Meneguello


Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson

FEVEREIRO/2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Carnielli, Flávio de Godoy

C217f Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e
trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas /
Flávio de Godoy Carnielli. - - Campinas, SP: [s.n.],
2007.

**Orientador: Silvana Barbosa Rubino.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**Título em inglês: “Gazeteiros e bairristas”: history, memory and the
trajectories of three urban memorialists from Campinas.**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Brito, Jolumá, 1905-1985
Mendes, José de Castro, 1901-1970
Mariano, Júlio, 1901- 1988
Campinas – Urban life - Memory**

Área de concentração: Política, memória e cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (Orientadora)

Profa. Dra. Cristina Meneguello

Profa. Dra. Olga R. de Moraes von Simson

Data da defesa: 26/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em História

Para Deborah e Peperino
Pomoro, a minha família.

Resumo

A proposta deste estudo é fazer uma releitura da produção de três memorialistas urbanos de Campinas (Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes), com enfoque especial nas leituras que fizeram da cidade vivida por eles (1920-1970), momento que coincide com grandes transformações urbanas. São leituras que misturam a própria vida com a história da cidade, compondo relatos norteados pelo bairrismo. Para compreender como estas leituras ajudaram a construir e difundir uma determinada visão sobre diferentes passados da cidade, são abordadas suas construções autobiográficas, biográficas e suas trajetórias, especialmente enquanto jornalistas/historiadores locais.

Abstract

The purpose of this study is to revisit the production of three urban memorialists from Campinas (Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes), with special emphasis on their readings of the city where they lived (1920-1970), a moment that coincides with large urban transformations. These are readings that blend the authors' own lives with the city's history, composing accounts guided by an extreme regional loyalty. In order to understand how these readings helped form and spread a determined view on different pasts of the city, here are discussed their autobiographical and biographical constructions and their trajectories, especially as local journalists/historians.

Ilustrações

Figura 1 – Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 2 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 3 – Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 4 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 5 –Jornal *Correio Popular*, "Na vanguarda das artes e da cultura", 198_ .

Figura 6 – Arquivo do Centro de Memória da Unicamp. Autor: Cine Foto Star.

Figura 7 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 8 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

Figura 9 – CEDOC, *Correio Popular*.

Figura 10 – Capa do livro *Campinas de ontem e anteontem*, de Júlio Mariano, 1970.

Figura 11 – Jornal *A Defesa*, 1937. Autor: Celemen.

Figura 12 – José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960, p.234.

Figura 13 – Arquivo do Centro de Memória da Unicamp. Coleção Geraldo Sesso Júnior.

Figura 14 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, 198_.

Figura 15 – *Monografia de Campinas*, 1955, p.10.

Figura 16 - Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, autor: V-8, 1965.

Figura 17 – *Monografia de Campinas*, 1955, p.64. Foto: Gilberto de Biasi

Figura 18 – Capa da *Revista Palmeiras*, 1936.

Figura 19 – Jornal *City News* , “Campinas fura o céu”, 16/07/1967.

Figura 20 – José de Castro Mendes. Suplemento “História da Cidade de Campinas”, 20/09/1968, p.13.

Figura 21 – “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje”. *Jornal Correio Popular*, 26/06/1960

Figura 22 – “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje”. Jornal Correio Popular, 11/09/1960

Figura 23 – “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje”. Jornal Correio Popular, s/d

Figura 24 - “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje”. Jornal Correio Popular, 19/06/1960

Figura 25 – “Campinas em 1900” José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 26 – “A casa onde nasceu Carlos Gomes”. José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960.

Figura 27 – “A Rua Francisco Glicério”. José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 28 – “O Beco do Inferno”. José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960.

Figura 29 – “O Largo da Boa Vista”. José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 30 – “A Praça Bento Quirino”. José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960, p.234.

Figura 31 – “O Largo do Rosário” José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960, p.234.

Figura 32 – “A Matriz Nova”. José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 33 – “O Palácio dos Azulejos” José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 34 – “A Rua Barão de Jaguará em 1920” José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960.

Figura 35 – “O caminho da Guanabara”. José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 36 – “A Avenida Andrade Neves em 1905”. José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960.

Figura 37 – “Vista geral de Campinas” José de Castro Mendes: *Efemérides Campinas*, Campinas, 1960.

Figura 38 – “O Largo São Benedito”. José de Castro Mendes: “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

Figura 39 – “Campinas em 1900”, Casa Livro Azul, 1900 autor: Estab. Graphico K.Steidel.

Figura 40 – “Sede da fazenda Sete Quedas”. José de Castro Mendes. *Velhas Fazendas Paulistas*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1947.

Figura 41 – “Sede da fazenda Rio das Pedras”. José de Castro Mendes. *Velhas Fazendas Paulistas*. São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1947.

Índice

Abertura - Gazeteiros e bairristas
19

Introdução

Querer bem, amar a cidade: memória, história e identidade na memorialística urbana.

1 - Memorialismo urbano?
30

2 - Memorialismo urbano, memória e história
36

3 – Memória e identidade: o “bairrismo”
45

Capítulo I

Seção vida e obra: três versões de uma “caminhada afetuosa”

1 – *A voz da cidade*
52

2 – *O homem de dois amores*
61

3 – *O proletário das letras*
66

4 – *Todos por um e cada um por si*
72

Capítulo II

Escrever (e viver) para nós mesmos: o paradigma do intelectual campineiro

1 – Os herdeiros do bairrismo
82

2 – Das letras boêmias às letras da história

87

3 – Biografia da cidade, biografia de si

98

Capítulo III

A cidade, seus passados e seu presente: as leituras da Campinas de hoje, ontem e anteontem

1 – *De Princesa à Rainha: Uma cidade trepidante!*

109

2 – *Dom Diabo na urbs blazé*

119

3 – Um passeio pelo concreto e pela alma de uma minúscula metrópole

138

Considerações finais – Os Narradores de Campinas

165

Arquivos / Bibliografia

169

Agradecimentos

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

Aos meus amigos da graduação, parte das incríveis “Vadias do IFCH”, em especial:

O lendário Daniel “Ursolão” Smaal, um ótimo ouvinte e um companheiro ímpar que me agüentou todos esse anos sem nunca ter perdido o humor ou a paciência. Cara, te adoro demais da conta.

Tiago Watanabe, um jovem ancião e um brilhante quase televangelista, companheiro nos jogos do glorioso Guarani Futebol Clube e também nas conversas sérias.

Bruno Medeiros, o Gordon Banks brasileiro, um milagreiro sob as traves, pela amizade nos primórdios e por sempre se lembrar de mim nas minhas horas de aperto.

Guilherme “Musgo” Pozzer, meu companheiro de linha de pesquisa, pelos telefonemas nas horas certas e pelo absinto nas horas vagas nesses oito anos de convivência em que fizemos coisas legais, dos trabalhos às muitas e muitas risadas. Levarei para sempre todo seu carinho e amizade.

Aos meninos da república Vaca Verde (Ignácio, Fabinho Gianechinni, Pablito, Chico, Tira, Andri e Marcelão), os incríveis roqueiros de subúrbio que me acolheram como se eu fosse da banda, pelas noites em claro e pelas conversas mais do que produtivas.

Ao Rogério Bonfá e ao Lincon Guassi pelos superfantásticos da vida e pelas partidas de futebol do Fututrix, definitivamente o melhor time da história. Além dos “adversários” Zollner, Nicolau e Lekão, dois meninos e um galã de meia idade.

Ao Caion Meneguello, um sujeito brilhante e um grande amigo e à Ana Rita Uhle, a co-orientadora de todos nós.

À minha orientadora Silvana Rubino, pelas leituras e sugestões sempre interessantes e por me mostrar que a interdisciplinaridade existe também fora do papel, além, é claro, pela paciência com meus os dramas e inseguranças.

Às professoras Olga Von Simson e Cristina Meneguello, pelas leituras minuciosas, comentários pertinentes e provocações mais do que valiosas na qualificação deste trabalho e Leila Mezan Algranti, Stella Bresciani, Michael Hall e Sidney Chalhoub, professores que me marcaram ao longo dos anos.

Ao Sr. Júlio Mariano Filho, pelos originais do seu pai e pelas entrevistas, à Vera Donelly pelas fotos de José de Castro Mendes, ao Scott da Zorbit, por me ensinar a tratar as imagens e ao pessoal da biblioteca e do arquivo do Centro de Memória da Unicamp, em especial Rosa, Ema e Fernanda, que fizeram o possível para me auxiliar.

Aos meus pais, Vera e Walter, pelas horas tentando me ensinar biologia, matemática e outras tantas coisas.

À minha irmã Juliana, pelo carinho. Aqueles que dizem que os laços só estão no sangue são, definitivamente, burros e pequenos.

Ao meu amigo Marcelo Datti pelas horas de distração e pelas conversas sérias.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Deborah Katsuragawa, minha companheira e minha família, que me prometeu um final diferente do que aquele que a gente viu no filme. Obrigado pelas revisões do texto e por enfrentar esse processo junto comigo, agüentando horas de lamúria, reclamação e euforia.

Para você minha querida, todas as palavras de amor.

I can hear music

Sweet sweet music

Whenever you touch me baby

Whenever you´re near...

Apresentação

Gazeteiros e Bairristas

Há entretanto um outro tempo, cuja textura se compõe de transmissões de memória, conjunto de recordações coletivas e pessoais, intimamente ligadas à escuta e à escrita, aos mores, a um dado monumento que não se sabe mais exatamente a que se refere, uma substância menos racional, em suma. Tempo que constitui lugares que torna os espaços vazios insuportáveis, uma ausência a subverter nossa concepção de urbano, lugar do pleno, do preenchido, por excelência. Tempo que em suas dobras superpostas e simultâneas guarda memórias assemelhadas à forma como transcorre nossa vida: fragmentariamente, com esquecimentos e lacunas, submetidos que somos a um acúmulo de opiniões cuja origem desconhecemos e que no entanto servem de suporte à vida social.¹

Conforme apontou José Roberto do Amaral Lapa (2000:65), Jolumá Brito, José de Castro Mendes e Júlio Mariano foram parte de uma fase em que fazer história ainda não possuía uma vinculação estrita ao universo acadêmico.² Eles foram parte de uma geração de

¹ Bresciani, 1999: 12.

² No caso específico de Campinas, isto só passaria a acontecer alguns anos após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCCAMP, nos primeiros anos da década de 1940. In “Confissões da

amadores, e é bom ressaltar que eles jamais trabalharam com história, ou seja, nunca foram professores, primários ou secundários, e muito poucas vezes ganharam algum dinheiro com suas publicações. Por muitos anos, todos mantiveram outros empregos, especialmente na imprensa.

Na época, além deles, inúmeros outros autores, também “amadores”, disputavam espaço pelos jornais e pelo reconhecimento em um mercado bastante limitado.³ A maior parte deles era formada por, em primeiro lugar, jornalistas que, contudo, dedicaram seus esforços, muitas vezes também financeiros, a obter os mais diferentes aspectos do passado da cidade.

Entretanto, entre as décadas de 1950 a 1980, Júlio Mariano, José de Castro Mendes e Jolumá Brito foram, talvez juntamente com mais um ou dois estudiosos, “os donos” da história local, além de vozes representativas enquanto formadores de opinião. Seus nomes, já havia muito tempo estampados quase ou mesmo diariamente na imprensa, faziam-nos relativamente conhecidos de boa parte da cidade, não somente enquanto jornalistas, mas também e principalmente enquanto historiadores.

Eram praticamente sumidades relacionadas ao passado: organizadores de museus e comemorações, membros de comissões de estudos oficiais ligadas à prefeitura e à câmara municipal, assim como orgulhosos donos de medalhas e prêmios em reconhecimento aos seus esforços por “recuperar” o passado por meio de palestras, livros, programas de rádio e colunas de jornais.

Província”. Entrevista de José Roberto do Amaral Lapa a Eustáquio Gomes in Simson, 2000: 65.

³ Entre estes autores pode-se destacar, Benedito Barbosa Pupo, Celso Maria de Melo Pupo, Theodoro de Souza Campos, Alaor Malta Guimarães, Edmo Goulart, Lycurgo de Castro Santos Filho, assim como tantos outros.

Além de terem reunido e compilado um enorme conjunto documental, os três autores escreveram bastante sobre suas vidas na cidade, especialmente por meio de reminiscências, compondo, no conjunto, algo que é chamado de “memorialismo urbano”.



Jolumá Brito (primeiro da esquerda para a direita) e José de Castro Mendes (último da esquerda para a direita) em reunião com vereadores na câmara municipal de Campinas em meados da década de cinquenta (Arquivo CMU).

Seus escritos ajudaram, por um lado, a selecionar o que deveria ser preservado como um registro do passado campineiro, com a busca e compilação de documentos (como os da Câmara Municipal de Campinas e do Centro de Ciências, Letras e Artes), a organização de acervos museológicos e até mesmo com a voz ativa destas figuras, o que refletiu inclusive na organização do patrimônio institucionalizado na cidade.

Por outro lado, em suas memórias, as reminiscências, concentram-se em grande parte num olhar que acabou sendo “emprestado” a Campinas, especialmente sobre um determinado período da história local, quando a cidade passou por aquilo que a historiografia chama de “momento de ruptura” (Carpinteiro, 1996: 13), com enormes transformações urbanas, especialmente na região central, transformações estas que os autores “leram” e divulgaram como lembranças que acabaram se transformando em comemorações.

O texto que se segue parte da percepção de que suas construções biográficas, suas trajetórias intelectuais e suas leituras da cidade estão intimamente vinculadas e que não é possível proceder a uma análise crítica de suas produções sem levar este fato em consideração.⁴

Assim, na introdução, “Querer bem, amar a cidade”, procurei aproximar estes autores a outros estudiosos das cidades do mesmo período, na tentativa de definir com maior propriedade o chamado “memorialismo urbano”, pois, ao longo das leituras e das conversas com colegas e professores, dei-me conta de que os três tiveram trajetórias e produções bastante semelhantes não só entre si, mas também com outros autores de diferentes cidades do mesmo período.

A questão das relações entre memória e história e memória e identidade me pareceu também bastante apropriada para estudar a produção destes três autores, uma vez que se entende que, partindo de suas próprias concepções do que era “rememorar”, acabaram por construir também uma determinada memória para Campinas e, nesse sentido, a união do memorialista urbano com a sua cidade é expressa sobretudo através de um conceito identitário chave para esta pesquisa: o bairrismo.

Entre estes autores e outros tantos que existiam na cidade, existia uma forte lógica de autodefesa, que se baseava, principalmente, na experiência de vida e na quantidade de tempo e esforço devotados às causas da história e da cidade, nas quais, tomando de empréstimo a frase de Jolumá Brito sobre a exigência da profissionalização do jornalista em 1970, “a prática vale mais que a gramática”. Na ausência de um diploma oficial, era necessário um “diploma simbólico” que lhes trouxesse reconhecimento público e que emprestasse verossimilhança a seus trabalhos.

⁴ Nesse sentido ver: Rubino (2002: 12-16)

Fazia-se necessário estabelecer um padrão de relacionamento com a cidade, perceptível em suas construções biográficas, que atendesse às exigências bairristas da intelectualidade local e isso se reflete ao longo de suas trajetórias, especialmente no que se refere a quais seriam as atribuições de um “homem de história” da cidade.

Nesse sentido, é de fundamental importância a herança de dois historiadores e também jornalistas locais: Leopoldo Amaral e Benedito Otávio. Além de bibliografia obrigatória em se tratando da história de Campinas, suas trajetórias e seus trabalhos enquanto intelectuais da cidade no final do século XIX e início do XX e suas construções biográficas oferecem boas pistas para a análise e compreensão da “caminhada afetuosa” de Brito, Mariano e Castro Mendes.

Por isso, no primeiro capítulo, “Seção vida e obra”, é feito um apanhado das construções biográficas de Castro Mendes, Brito e Mariano que, longe de ter a intenção de condensar suas vidas em sete ou oito páginas, tem como objetivo elaborar uma pequena coletânea de como eles próprios e terceiros construíram suas autobiografias e biografias, em que a dedicação à cidade aparece sempre em primeiro lugar, compondo um discurso bastante caro na relação de amadores da história com a sua cidade.

O escrever sobre si mesmo é, conforme apontam diversos autores, uma atividade que se intensificou especialmente a partir do século XIX. Embora não seja algo de simples explicação, sem dúvida remete a uma nova percepção do homem moderno em relação ao seu papel como indivíduo dentro da sociedade (Corbin, 1991: 427).

A passagem de Alain Corbin é significativa nesse sentido:

A época fornece muitos outros sinais nesse sentido, conforme se verifica o ascenso da meritocracia, a importância atribuída ao quadro de honra, ao ritual de distribuição de prêmios, ao diploma que se pendura na parede do salão ou da sala comum (...) para

muitos humildes será a emoção de ter seu nome em uma coluna de jornal (Corbin, 1991: 429).

Não mais somente as vidas de reis, guerreiros ou grandes políticos, mas também as histórias de vida de pessoas comuns ganham espaço, o que atende a um apelo cada vez mais forte da história, do passado, enquanto possibilidade de legitimação social. Parafraçando Pierre Nora, “a obrigação de lembrar faz de cada homem historiador de si mesmo”. (Nora, 1993: X).

No conjunto de suas obras, Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes traçaram suas autobiografias com razoável frequência. Muitas informações constam das reminiscências, espalhadas em capítulos de livros e artigos de jornal, assim como de algumas entrevistas e rápidos perfis traçados em prefácios de livros ou anuários de associações.

Depois que se tornaram pessoas reconhecidas na cidade e principalmente após suas mortes, também muitas biografias foram feitas e estão fortemente concentradas nos jornais da cidade. São textos curtos, muito parecidos entre si, as chamadas “monografia de circunstância” (Borges, 2006:9) que quase sempre seguem um padrão laudatório que ressalta os diversos êxitos dos autores e têm como claro objetivo a “preservação de suas memórias” e de seus feitos, e, principalmente, relatam seus méritos enquanto jornalistas e historiadores da cidade.

A princípio, nada disso é especial, apenas o comum dentre as biografias que entes queridos e colegas de profissão traçam uns dos outros e não cabe a este trabalho questionar méritos e relações pessoais, ou colocar à prova o valor de homenagens e textos extremamente pessoais.

No entanto, é visível que as biografias e autobiografias de Júlio Mariano, Jolumá Brito e José de Castro Mendes, revelam três histórias de vida com inúmeras semelhanças

entre si, especialmente porque foram feitas partindo de um mesmo padrão de revisão de vida, em que a ênfase recai sobre o mesmo ponto: a profunda devoção e dedicação à cidade.

Dos nascimentos, no início do século XX, à infância com dificuldades; o autodidatismo, o penoso começo de carreira e a longa vida no jornalismo, o emprego “oficial” em arquivos e cartórios, a atração pela história da cidade e as mortes após vidas relativamente longas (diferencia-se Castro Mendes que faleceu ainda um tanto cedo) tentam ser o reflexo de uma “caminhada afetuosa”, de uma longa história construída em comum com a de Campinas.

Estas histórias de vida almejam construir um legado, deixar a marca de cada um deles como únicos, mas também como parte de um grupo de intelectuais da cidade, aqueles que escreveram a história local, mas, acima de tudo, foram bairristas, pois lutaram, brigaram e viveram intensamente o dia a dia de sua terra.

Neste caso, o autobiográfico e o biográfico caminham juntos com a idéia da biografia da cidade (Lofego, 2001:16). Suas histórias de vida são construídas juntamente com um período da história urbana e por isso a união de suas vidas aos grandes acontecimentos da história “geral” (que é, inclusive um mecanismo muito comum de “contar sua própria vida”, conforme nos mostra Ecléa Bosi) unem-se também aos fatos marcantes que ocorreram em Campinas no período em que viveram.⁵

Suas biografias e autobiografias representam, portanto, o olhar teleológico sobre uma “obra acabada”.⁶ Apoiada na noção de progresso, a cadeia dos eventos sucessivos da

⁵ Como diz David Lowenthal, “People vividly recall their own thoughts and actions at moments of public crises because they jump at the chance to connect themselves with a meaningful cosmos” (1985:197).

⁶ Alfredo Bosi diz que “esse cânon é constituído pela noção de progresso, vinda das luzes e pela noção de evolução, que deve sua criação e propagação à doutrina positivista e seus três estados e ao darwinismo e pelo spencerismo (...) são todas doutrinas que vieram tangenciando e integrando ao longo dos séculos XIX e XX até constituírem uma espécie de senso comum e de linguagem corrente do homem culto médio de nossos dias.” in Bosi, Alfredo. Op.cit, p.22.

vida passa a ter algum significado e mostra, ao final da linha, uma lógica de simples dedução, gerando, como diz Pierre Bourdieu (1996: 72), uma “criação artificial de sentido”.

Refletem um olhar de trás para frente, algumas vezes com binóculo, quando se traça o largo perfil autobiográfico, “do nascimento ao presente” e outras vezes com lupa, nas ocasiões em que acontecimentos pontuais, considerados mais relevantes, são ressaltados, exprimindo, de uma forma ou de outra, uma sensação de totalidade, pois com isso tenciona revelar o “resultado final”. (Bourdieu, 1996: 72)

No segundo capítulo, “Escrever (e viver) para nós mesmos”, são apresentados alguns aspectos de suas trajetórias intelectuais enquanto homens de história da cidade. a noção de trajetória não busca de forma alguma abarcar o todo de uma vida, assim como não deve fazer uso da visão teleológica de destino, procurando justificar o final pelo começo. De acordo com Bourdieu (1996: 71):

Diferentemente das biografias comuns [a trajetória] descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que apenas na estrutura do campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.

Uma “trajetória intelectual” abarcará somente o universo de formação dos autores, neste caso, o universo daqueles que escreviam sobre o passado de Campinas não somente em uma determinada época, mas também dentro de um determinado sistema de produção intelectual, com diretrizes e influências de inegável importância.

Para os três autores, a imprensa representou uma parte fundamental em suas trajetórias intelectuais. Nela estão presentes suas concepções do que era ser um intelectual

campineiro, assim como também do que era ser um historiador da cidade. Na imprensa eles “nascem” e “morrem” para o universo da história local, é lá que se fazem lidos e ouvidos, debatem entre si, divulgam seus trabalhos e é lá também que estão registradas e divulgadas a maior parte de suas obras.

No terceiro e último capítulo, “A cidade, seus passados e seu presente”, procuro analisar suas leituras da cidade, baseadas sobretudo em suas interpretações da Campinas vivida por eles (definida grosso modo no período que abrange o final da década de dez a meados da década de setenta), alvo de grandes transformações urbanas e como eles, enquanto intérpretes, acabaram emprestando seus olhares e suas idéias para compor aquilo que a historiografia da cidade chama de “momento de ruptura”.

O fechamento do trabalho apresenta uma breve discussão a respeito de suas influências naquilo que se escreve e se fala sobre a Campinas, especialmente na historiografia e em uma “opinião” que se divulga, com razoável insistência, sobre a cidade.



Em tempo, este trabalho não foi elaborado como uma defesa nem tampouco um ataque ante a produção intelectual destes autores, afinal, o papel do historiador deve ser antes de detetive que de policial ou advogado.

O que não significa, de maneira nenhuma, que tenha sido feita uma leitura “neutra”, coisa que não existe, mas sim uma análise crítica desta produção, sempre atenta para o fato de que a produção de conhecimento sobre o passado (e sobre si mesmo) é socialmente construída, conforme nos relembra a sempre importante frase de Jacques Le Goff (2002:548):

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente

– *determinada imagem de si próprio.*

Tentei fugir, entretanto, de alguns pré-conceitos, como hierarquizar a produção de conhecimento sobre o passado em “maior” e “menor”. Como aponta Eric Hobsbawm (1998:68), é difícil pensar em um “progresso da história”, como por exemplo, se pensa em um progresso das ciências biológicas, muito embora seja pertinente admitir que certos autores e correntes historiográficas tornem-se referências menos importantes no campo da teoria. Como documento, entretanto, toda e qualquer produção não tem prazo de validade estipulado.

Introdução

Querer bem, amar a cidade: memória, história e bairrismo no
memorialismo urbano.

*Evocar, repetir, sistematizar, divulgar – também é criar.*⁷

Norberto de Araújo

⁷ Araújo, Norberto. *Peregrinações em Lisboa*. Vol.XV. Lisboa: Veja, 1993.

1 - Memorialismo urbano?

Algo que sempre me intrigou, desde o começo desta pesquisa, era como analisar a produção de Júlio Mariano, Jolumá Brito e José de Castro Mendes. No dia-a-dia da universidade, eu pesquisava, segundo muitos, “os memorialistas de Campinas”. Por outro lado, no “extramuros” acadêmico, me diziam “você é aquele que pesquisa os historiadores da cidade”.

O desafio, a partir de então, foi formulado a partir de uma única questão: o que eu pesquiso, historiadores ou memorialistas? Como definir? Apesar de único, este era o questionamento essencial para o restante da pesquisa.

Ambos, memorialistas e historiadores, têm no passado sua matéria-prima, mas existe entre eles, especialmente no que se refere a práticas e objetivos, uma relação extremamente fluida, por vezes aproximada, por vezes distanciada. O debate entre memória e história fazia-se assim presente e mais do que nunca necessário para o andamento da dissertação.

É certo que muitos destes autores eram, a seus tempos, conhecidos e reconhecidos como historiadores, historiógrafos ou mesmo cronistas locais e raras vezes foram chamados de memorialistas. Eram ligados aos mais diversos Institutos Históricos do país, freqüentadores assíduos das reuniões e congressos de historiadores. Em seus trabalhos, visavam obter a história da cidade, ou aspectos dela em sua totalidade, por meio de uma grande massa documental, analisada com forte influência da historiografia “tradicional”.

O primeiro impulso, então, foi crer que a denominação “memorialistas” nada mais era do que uma tentativa acadêmica de empurrá-los a outro campo do conhecimento, certamente porque suas obras distanciam-se do que é reconhecido atualmente como “a boa

prática” historiográfica: não existem regras de citação e seus trabalhos são compilações bastante informativas e pouco críticas, nas quais era valorizado o “descobrir primeiro”. Eram colecionadores de fatos, ligados a datas e grandes nomes.

Paralelamente, quando se pensa em memorialismo, logo nos vêm em mente Pedro Nava, Graciliano Ramos, Primo Levi e inúmeros outros autores, escritores de memórias, mormente recordações pessoais, nas quais esse exercício se aproxima das cartas, dos diários e da biografia.⁸

Mas, na verdade, o gênero memorialista é bastante nebuloso em sua definição. Conforme mostra Márcia Cabral da Silva, aproxima-se inclusive do romance, embora não exista um consenso entre críticos literários e especialistas a respeito de uma classificação única.⁹ A Enciclopédia Mirador, por exemplo, classifica-o como “o registro de fatos e acontecimentos que, organizados em uma ordem cronológica não muito rígida, estruturam como que uma história sobre o assunto do conhecimento pessoal do autor ou que guarde relação com suas fontes particulares de informação”.¹⁰

Tal como a literatura memorialista *strictu sensu*, o memorialismo urbano é, também, um esforço de memória. Por vezes, tem status de testemunho e assim a intenção de alertar por meio das lições do passado e das dificuldades do autor, o que, por exemplo, nos faz lembrar de Primo Levi e seu *É isto um homem?*¹¹; tem também a intenção de revisar uma trajetória “vitoriosa” (normalmente ligada a questões financeiras ou dificuldades extremas),

⁸ O memorialismo, enquanto gênero literário, tem uma trajetória controversa e, de acordo com a maior parte dos autores que o estudaram, é notadamente um gênero francês (Nidest: 1997: III). Alguns acreditam que começou na França medieval com os cronistas Jean de Joinville e Jean Frossart nos séculos XIII e XIV, outros acreditam que se iniciou também na França, mas com Guizot no início do século XIX (Brefe, 1993: 6). Representava um gênero fundamentalmente aristocrático, no qual o conteúdo visava principalmente à posteridade. No Brasil, segundo Ernani Silva Bruno (1986: 201-204) e José Honório Rodrigues (1988: 15-20), o memorialismo surgiu no final do século XIX, mas ganhou força apenas a partir das primeiras décadas do século XX, quando um número razoável de publicações do gênero começou a circular. Entre os principais precursores do gênero, encontram-se o Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e posteriormente Gilberto Amado, Pedro Nava e Afonso Arinos de Mello Franco.

⁹ Nesse sentido ver: Silva, 2004: 34-40.

¹⁰ Apud. Brefe, 1993: 5.

¹¹ Nesse sentido ver: Barenghi 2005: 176-191.

a qual as biografias e autobiografias contemporâneas não se cansam de buscar com o intuito da auto-ajuda e também de mostrar “a vida em outros tempos”, tempo este sempre “outro”, ressaltado como diferente do atual e por isso mostrado em suas situações peculiares.

José Honório Rodrigues (1988:18), na introdução do livro *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, de Vivaldo Coaracy, chega a afirmar que o memorialismo nada mais é do que uma corrente historiográfica e relembra que, segundo Capistrano de Abreu, este gênero tem como principal virtude “unir o rigor da história ao encanto do romance”, uma vez que:

(...) abandona a erudição, sem divorciar-se de um certo rigor de pesquisa, mas que tenta, na elaboração bem assimilada e pela fluência da prosa, acessível e fácil ganhar um público maior.

Cheguei então à conclusão de que, talvez, estes autores tivessem um pouco das especificidades tanto dos memorialistas quanto dos historiadores. O termo “memorialista urbano”, empregado por mim e, portanto, posterior a estes escritos, não é uma pecha, nem sequer uma tentativa de negar-lhes o título de historiadores, deixando suas práticas um tanto amorfas. Trata-se de encaixá-los em um mesmo campo de produção, em um mesmo registro, e permite que se discutam obras aparentemente disparatadas entre si, mas que possuem pontos de contato surpreendentes.

Pode-se, assim, tentar compreender o memorialismo urbano enquanto um campo de estudos da cidade. De acordo com Pierre Bourdieu (1996: 53), “campo” pode ser entendido como:

(...) um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referência, de marcas intelectuais (...) de conceitos em “ismo”, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente.

Ainda nos dizeres do autor acima citado, esse “espaço de possíveis” é o que ajuda a situar e datar os produtores de uma mesma época e o que os deixa relativamente autônomos às “determinações diretas do ambiente econômico e social”.¹²

Memorialismo urbano também define bastante satisfatoriamente um exercício de criação que vincula memória e história de forma bastante peculiar. Para além de “bibliografia básica”, suas trajetórias e suas produções revelam esta profunda ligação com a cidade que, por sua vez, é, ao mesmo tempo o lugar de vida e objeto de estudo, tornando, de certa forma, autor e objeto indissociáveis.

Assim, o caso dos autores de Campinas pode sim ser estendido a outras cidades. Não é uma simples generalização, uma vez que se deve reconhecer as inúmeras diferenças entre estes autores e executar estudos mais aprofundados, mas basta atentarmos para suas trajetórias e suas leituras da cidade para percebermos que eles realizaram exercícios de criação bastante similares.

Tomemos como exemplo Ernani Silva Bruno, de São Paulo, Vivaldo Coaracy, do Rio de Janeiro, e até mesmo o lisboeta Norberto de Araújo, entre inúmeros outros autores de diversas cidades. Em suas trajetórias intelectuais e em suas leituras sobre a cidade existem inúmeras semelhanças, embora envolvam estilos e meios de produção diversos.

O interior do estado de São Paulo também foi campo extremamente fértil para este tipo de produção. Em um rápido apanhado, encontramos em Sorocaba Aluísio de Almeida, em Ribeirão Preto, Rubens Cione e até mesmo o piracicabano Mário Neme, que embora tenha “alçado vôo mais longo” também deixou o nome registrado na crônica local.

Todos estes autores citados eram reconhecidos como historiadores de cidade e o conjunto de suas obras procura dar conta de um largo período da vida cidadina: Bruno com os três volumes do seu *Histórias e tradições da cidade de São Paulo* e *Memórias da cidade*

¹² Idem, *ibidem*.

de São Paulo, Coaracy com *Memórias da cidade do Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro no século XVII* e Araújo com os quinze volumes de *Peregrinações em Lisboa e Legendas de Lisboa*.

Além disso, suas leituras também abrangem as diversas transformações ocorridas na cidade e vivenciadas por eles, mudanças estas que tiveram curso em apenas algumas décadas e alteraram profundamente a sensibilidade urbana. Se a tentativa de racionalizar estas transformações e expô-las em jornais e livros, por um lado, pode ser vista como uma tentativa de universalizar o sentimento em relação às modificações, por outro, pode ser entendida como própria à sensibilidade de cada autor, ainda que vinculada a uma série de prerrogativas colocadas *a priori*.

Memorialismo urbano, portanto, refere-se à produção realizada sobretudo entre as décadas finais do século XIX até a década de 1960, que, publicada em diversos formatos (imagens, textos e palestras) e meios (jornais, revistas, álbuns, monografias, folhetos e livros), tem na história das cidades seu principal enfoque e nas transformações do urbano sua principal razão de existir, visando, acima de tudo, preservar uma suposta memória das cidades.

É uma produção desligada do ambiente acadêmico e realizada por pessoas que não freqüentaram uma faculdade “especializada” no assunto, mas que, no entanto, dispuseram-se, por um motivo ou outro, a escrever a respeito de suas cidades. Área de atuação de amadores, já que escrever sobre o passado não necessariamente oferecia uma recompensa monetária, além de não ser a atividade principal de quem o realizava.

Seus autores, muitas vezes profissionais formados nas áreas biológicas e exatas e, claro, em direito, eram “intelectuais polivalentes”: poetas, pintores, musicistas, literatos, radialistas e principalmente, pessoas vinculadas à imprensa, o grande palco do início do século XX para os aspirantes às letras (o que não era diferente para os memorialistas

urbanos) e o cenário ideal para se “viver” a cidade, dia após dia, em diferentes setores, conferindo assim uma certa aura de respeitabilidade e de enraizamento dentro da localidade.¹³

Suas obras traçam ao mesmo tempo uma leitura memorialística tanto de suas vidas como de suas cidades, aproximando-se, conforme lembra Lofego, de uma “biografia da cidade” (Lofego, 2001:16). As cidades têm memória e cabe a eles, por alguma razão, evocá-la, salvá-la do esquecimento.

Em *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, Vivaldo Coaracy diz que:

*As ruas e praças têm a sua vida, a sua história (...) é existência tumultuosa, com os seus períodos de grandeza e de declínio (...) ruas e praças têm sua memória. Muitas vezes mais agitadas e variegadas do que a dos homens que as habitam ou que por elas transitam. E, por isso mesmo, mais interessantes.*¹⁴

Por meio de livros e artigos de jornais, bem como por meio de imagens e locuções radiofônicas, estes autores biografaram suas cidades e também suas vidas como habitantes delas, por isso, o centro da narrativa não precisava ser necessariamente o próprio autor, mas sim a cidade, tendo como foco principal os períodos em que ambos “se encontram”.

O memorialista urbano almeja representar a “voz” da cidade contando sua história, relembando seu passado e mostrando o que ainda conserva como “testemunho” de um tempo que passou, com o claro objetivo de guardar, lembrar, preservar e celebrar o “antes”, porque certamente ele é a raiz do “depois”, do agora e do futuro: uma previsão ao contrário.

Ana Cláudia Brefe, ao delimitar o universo memorialista da cidade de São Paulo (sem, entretanto, chamá-lo de “memorialismo urbano”), reconhece: “o que faz de todos eles

¹³ Ver também: Gomes, 1996 e Rama, 1985: 80-84.

¹⁴ Coaracy, Vivaldo, op. cit., p. 22.

memorialistas paulistanos é o fato de participarem de um mesmo registro, compartilharem de uma mesma visão de cidade” (Brefe, 1992: 8).¹⁵

Mas além de uma “mesma visão de cidade”, todos eles possuíam enorme vinculação com suas respectivas cidades, o que é percebido e enfatizado *ad infinitum* em suas biografias e em relatos tecidos a respeito destes autores. Nascidos ou criados nelas, tiveram trajetórias similares como personagens atuantes e reconhecidos pela intelectualidade não somente como conhecedores do passado, mas também como vozes atuantes do presente urbano, o que se dava especialmente pela relação destes autores com a imprensa, em especial mas não somente, a escrita.

2 - Memorialismo urbano, memória e história

O verbete “memorialismo” da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* define esta atividade como:

*A posição de espírito de quem se deleita preferentemente em recordar e entesourar lembranças. É uma espécie de hipermnésia, que desistiu de adquirir mas se contenta em guardar e evocar (...) o memorialista tem olhos no occiput, só vê seu caminho depois de percorrido, mas desenhado como recordação; vive na irrealdade, como um místico (...) para esse mal propugna a atitude de espírito contrária: o voluntarismo.*¹⁶

Evocar e guardar, rememorar e registrar - atitudes de quem tem os olhos apenas “voltados para o passado” e gasta seu tempo no presente a viver na “irrealidade” e a contar muito detalhadas porém acríicas histórias de antanho. Sua postura em relação ao tempo

¹⁵ Ênfase da autora.

¹⁶ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira vol. XVI. Lisboa / Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, p. 858.

talvez revele um *Angelus Novus* tranqüilo e parcialmente despreocupado com a tempestade que o impele ao futuro; afinal, para ele, o passado estará sempre lá, montado e remontado, afixado como um presépio que pode ser visitado a qualquer momento.¹⁷

Uma posição como esta, ainda que saída de uma enciclopédia, é bastante esclarecedora no que concerne a uma das formas como o memorialismo urbano é freqüentemente abordado pela historiografia que parte das universidades.

A exemplo de outros movimentos nascidos fora do ambiente acadêmico, como o folclorismo e o antiquariato, o memorialismo (e por conseqüência o memorialismo urbano) é considerado um ramo menor do saber, confundido muitas vezes com o mero colecionismo de fatos, datas, documentos e curiosidades históricas, realizado, sobretudo, por amadores¹⁸, ou seja, por alguém que não possui o conhecimento teórico e técnico necessário para uma análise adequada e entrega-se a uma atividade como diletante ou curioso.¹⁹

Nesse sentido, faço minhas as palavras do antropólogo Luis Rodolfo Vilhena, que ao estudar o movimento folclorista nacional, aborda a questão de como este é visto no interior das universidades, e percebe que, no “plano dos estereótipos”, os folcloristas são vistos como:

*(...) o paradigma de um intelectual não acadêmico ligado por uma relação romântica a seu objeto, que estudaria a partir de um colecionismo descontrolado e de uma postura empiricista.*²⁰

¹⁷ Cf. Benjamin, Walter. 1987: 222-232.

¹⁸ De acordo com a definição do dicionário *Houaiss*, amador é aquele “que ama; que tem amor a alguma pessoa; amante ou aquele que gosta muito de alguma coisa; amante, apreciador, entusiasta que ou quem se dedica a uma arte ou um ofício por gosto ou curiosidade, não por profissão; curioso, diletante”. Existe também o sentido pejorativo, no qual “amador” é a definição para “aquele que ainda não domina ou não consegue dominar a atividade a que se dedicou, revelando-se inábil, incompetente etc.”. Cf Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva 2001.

¹⁹ Vilhena mostra também as várias tentativas de “profissionalização” do folclorista, quando se tenta “superar o autodidatismo”. Cf, VILHENA 1997: 19-23.

²⁰ Idem, *ibidem*, p.22.

A questão do amadorismo aparece com força. O amador é o diletante que se dedica ao estudo do passado por curiosidade e tem, a partir de seu estudo, uma postura acrítica, oriunda de uma “posição de espírito” que envolve o apego ao tema e uma curiosidade acima do normal.

Paralelamente, vêm-se, nos poucos trabalhos recentes destinados ao estudo do memorialismo urbano, como o já citado *A Cidade Inventada: a Paulicéia construída nos relatos Memorialistas (1870-1920)*, de Ana Cláudia Brefe, e *Memória de uma metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno*, de Sílvio Lofego, novas interpretações a respeito destes trabalhos, que aproveitam o debate (ou embate) sobre a relação de história e memória para construir análises críticas desta produção.

O trabalho de Brefe é pioneiro como um trabalho de análise da relação entre memorialistas e história das cidades. Apresentado como resultado de uma dissertação de mestrado em História no ano de 1992, marca uma nova investida historiográfica no intuito de tentar compreender esta produção e suas abordagens a respeito das cidades.

Nele, a autora não deixa dúvidas a respeito de seu posicionamento teórico desde o título: *A cidade inventada*. Para ela, ao não desvincular história e memória e encarar o passado como algo integral, os memorialistas paulistanos “inventaram” uma cidade, elegendo alguns pontos e simplesmente apagando outros.

O termo “inventar” é bastante problemático. Por um lado, supõe uma criação nova, talvez partindo do zero. Neste caso, fatalmente desprezam-se as experiências dos autores, suas influências e suas trajetórias. Por outro lado, “inventar” remete a um ardil, a uma criação quase malévola, uma mentira que não condiz com o “real” e portanto cabe ao historiador de hoje, livre pois conhecedor deste poder, colocar-se como juiz, buscando, dentro de uma lógica pré-concebida, denunciar e enquadrar os “bandidos” dentro de um “crime” revelado há pouco.

A concepção de memória com que esta autora trabalha é fruto da noção de “fim da memória”, questão que se intensificou a partir de meados da década de 1980 com a famosa introdução de Pierre Nora à coletânea *Les Lieux de Mémoire* (1984) e também com o livro de Yosef Yerushlami, *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory* (1982).

O trabalho de Nora é sem dúvida o mais conhecido e debatido dentro da academia, tendo, inclusive, ares de “pioneiro” no assunto, o que o transformou em uma espécie de “marco divisório” das ciências humanas, conforme aponta Kerwin Lee Klein (2000:127). Seu texto aproximou o debate historiográfico à problemática da memória como um fenômeno coletivo, conforme Maurice Halbwachs havia discutido décadas atrás.

Para Nora, memória e história opõem-se completamente e, tal como fez Halbwachs, contrapõe memória coletiva e memória histórica, mas, diferentemente do sociólogo da memória, define a primeira como desinteressada, espontânea e vulnerável, constituindo-se em um elo com o passado, enquanto a segunda nada mais é do que seu total contrário: interessada, laicizante e por isso uma reconstrução “sempre problemática” do passado.

Tudo o que entendemos por memória é, na verdade, história, diz o autor. A “aceleração da história” e a experiência da modernidade romperam nossos elos com o passado e, por tal razão, cada vez mais vivemos em uma sociedade na qual a memória foi tomada pela história. Apenas os lugares de memória (*lieux de mémoire*), criações “materiais, simbólicas e funcionais” extremamente fluidas (pois individuais e coletivas), abrigam a verdadeira memória e eles só existem dada a nossa incapacidade de “habitar nossa própria memória”. (Nora, 1993: III-XIV).

Este processo, de acordo com Jacques Le Goff,

(...) levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo

pela fotografia, criadora de memórias e recordações, e o prestígio da noção de patrimônio.(2003: 466)

Nesse sentido, presencia-se uma febre de nostalgia (Lowenthal, 1985: 8). Cada vez mais se vende e se consome o passado, por meio de revistas, jornais, livros, coleções de fotografias e especialmente objetos, que, dos mais elaborados aos mais simples, adquirem status de memorabilia. O culto à memória dos mortos se transforma (Corbin, 1991: 427), muitos escrevem sua história, almejam deixar um legado, buscam sua identidade coletiva.

Mais recentemente, a questão da relação entre memória e história foi seguidamente posta à prova em inúmeros outros trabalhos, nos quais se buscou tanto apontar novos caminhos teóricos como confirmar a “tese de Nora”.

O historiador português Fernando Catroga, em seu trabalho *Memória, História e Historiografia*, mesmo admitindo que memória e história não são a mesma coisa, busca ressaltar o que ambas têm em comum, uma vez que, de acordo com ele:

(...) a historiografia também nasceu como um meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova “ars memoriae” exigido pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita.(2001: 40)

Ou seja, Catroga não refuta totalmente os prévios e consagrados argumentos, inclusive admitindo que a “decadência da transmissão oral” tenha demandado novas formas de memória, no caso a historiografia. No entanto, busca ponderar a tal “posse” da memória pela história e a apregoada “inocência” da primeira ante o “interesse” da segunda, qualificando a separação entre ambas como “radical” e “cientificista” (Catroga, 2001: 6).

De acordo com o autor, toda forma de memória é necessariamente relacional e intersubjetiva. Citando o filósofo Paul Ricoeur, ressalta que “recordar é em si mesmo um

ato de alteridade”, ou seja, toda recordação foge à autarquia do eu, já que envolve outros sujeitos que não o evocador, especialmente por visar o verossímil (Catroga, 2001: 17).

Por tal razão, considera que a memória é uma “construção seletiva do passado”, que se pauta na verossimilhança e que tende a preencher vazios com a noção do “continuum”, aproximando-se assim da teleologia autobiográfica, uma construção da vida que, na concepção do autor, é uma forma de narrativa que exprime a consciência histórica. (2001: 21).

A coletânea *Memória e (res)sentimento*, organizada por Márcia Naxara e Stella Bresciani em função do colóquio homônimo, buscou mostrar novas análises que, partindo de um exercício interdisciplinar, colocam à prova o debate frente a questões ligadas aos sentimentos. Os artigos discutem afeto, ressentimento e suas ligações aos múltiplos meios da reconstrução da memória, seja individual, seja coletiva.

Logo na apresentação, as organizadoras ressaltam que o nascimento da coletânea surgiu como reflexão ao desconforto dos autores em relação às “formas consagradas” de abordar a relação entre memória e história. Para tanto, mostram que se torna necessário “o abandono de antigas verdades e da segurança proporcionada por modos de pensar confortáveis em seu acordo prévio com certezas há muito sedimentadas, afirmações que se tornaram lugares-comuns” (Bresciani & Naxara, 2001: 9).

Dentre os textos da coletânea, destaco o artigo de Jacy Alves de Seixas, “Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais”, que, além de revelar uma boa síntese das discussões propostas pelos autores deste trabalho, aponta também para possíveis formas de abordagem da memória pela historiografia.

Seixas inicialmente aponta que a historiografia contemporânea tem operado uma grande distinção entre a memória histórica e, por exemplo, uma memória literária ou

individual e comenta a aparente relação hierárquica entre memória e história na historiografia:

(...) como se a memória em sua relação com a história, deixasse em grande medida de ser memória para enquadrar-se nos preceitos teórico-metodológicos da(s) historiografia(s), como se ela espontaneamente se redefinisse, abandonando pedaços importantes que a definem, no contato taumatúrgico com a história (Seixas, 2001: 39).

A autora admite que a recente “apropriação da memória pela história” teve como efeito o resgate de múltiplas vozes até então silenciadas, por estar na raiz de movimentos identitários e na afirmação de novas cidadanias e na recuperação de experiências marginais ou historicamente traumáticas. Entretanto, aponta também outro efeito - sua “vulnerabilidade teórica” -, lembrando que:

(...) não se discutem finalmente os mecanismos de produção e reprodução da memória, seja ela coletiva ou histórica. Apenas se designam algumas de suas características, definidas em relação ao próprio paradigma histórico, apresentado em toda sua positividade e voracidade. (Seixas, 2001: 42)

Desta maneira, aproveitando também estas novas leituras, talvez seja interessante tentar compreender quais eram os usos que esses autores faziam da memória, atentando especialmente para a questão do afeto e da pertença, expressos de forma marcante pelo bairrismo. São apenas alguns apontamentos que podem servir como indicativo para análise desta historiografia das cidades.

Para tanto, norteio-me por uma passagem tomada de empréstimo do sociólogo Michael Pollak em sua conferência “Memória e identidade social”:

(...) acredito que as oposições binárias, das quais as discussões intelectuais fazem grande uso (...) só servem para fins de acusação ou de autolegitimação. Acho que é muito mais interessante estudar as condições de possibilidade dessas oposições do que levá-las a sério em si mesmas (Pollack, 1992:11).

Seria então simples afirmar que os memorialistas urbanos tenham “vivido na irreabilidade”, tal como mostra o senso comum de uma enciclopédia? Ou então, teriam eles, por outro lado, ao não desvincular memória e história, gerado apenas criações artificiais que aparecem a serviço de algum grupo?

Willi Bolle nos relembra, ao falar do Benjamin memorialista em “Infância Berlimense por volta de 1900”, que “preservar pressupõe um projeto de construção do presente” (Bolle, 1984: 13). Não existiriam dentro da memorialística urbana os dois lados de uma mesma moeda, que alia o homem do passado ao homem do presente, com projeções, anseios e temores?

Em primeiro lugar, deve-se pensar que os trabalhos destes memorialistas urbanos mostram uma profunda organização que mistura o discurso a respeito do passado com a intenção de construção de um presente e também de um futuro para a cidade. Eles foram personagens atuantes no dia-a-dia urbano, vozes para os mais diversos assuntos e por isso, para eles, a história deve necessariamente ter um “objetivo”, seja este de propaganda, ensino ou preservação de uma identidade.

Porém, se considerarmos os argumentos de Nora, é inclusive óbvio detectar, conforme lembra Brefe, que a memória na obra dos memorialistas urbanos é racionalizada e interessada, posto que expressa por meio de textos, desenhos e fotos que têm como objetivo resgatar um “tempo perdido”, transformando-se assim, ainda segundo esta autora, em “objeto da história” (Brefe, 1993:10).

A idéia de que a “cidade tem uma memória” contada por suas ruas, igrejas, prédios e praças e de que é possível historicizá-la, por meio de documentos, é algo muito presente na memorialística urbana o que sem dúvida comprova esta tese.

Assim, o objetivo deste trabalho não é contradizer a “tese de Nora”, nem tampouco os posteriores apontamentos dos trabalhos sobre os memorialistas urbanos, muito pelo contrário, tende a reforçá-los, pois apenas tem como objetivo lançar um outro olhar, talvez um pouco mais próximo, na tentativa de compreender como, para estes autores (no caso, especificamente os de Campinas), funcionava esta questão, ou seja, sobre como suas lembranças saíram “da autarquia do eu” se transformando em uma enorme comemoração à cidade.

Por outro lado, é interessante entender uma lógica interna à esta produção e trabalhar com a idéia de que, para estes autores, memória e história são entendidas como operações distintas, pois a primeira seria documental (herança de uma historiografia “tradicional” da qual muitos eram adeptos), enquanto a segunda não, ela seria um atributo pessoal, vinculada à biografia do indivíduo.²¹

Muito embora a sensibilidade histórica seja primordial na análise, uma vez que a própria noção biográfica presente em seus trabalhos é um dado histórico que tem em vista uma construção do passado, ao vincular a memória à sua própria vida, é necessário ressaltar que outras sensibilidades também estão em jogo, muitas delas pessoais, motivadas por um entendimento adquirido durante suas trajetórias intelectuais assim como pela já dita experiência nas cidades.

²¹ Conforme mostra Kerwin Lee Klein, a concepção de memória com que os historiadores têm trabalhado nas últimas décadas sofreu algumas modificações semânticas do que se entende, por exemplo, no chamado “senso comum”, no qual normalmente está associada à faculdade de simplesmente lembrar, portanto individual a cada um.

A memória neste caso deve “tocar”, pois serve também como lugar para “geração e crescimento de laços afetivos” (Klein, 2000:130). É ligada ao recordar a própria vida e até mesmo ao sentimento (Lowenthal, 1985:197). Claro que não se trata de analisar uma suposta memória “espontânea” ou de uma história “paranormal”, mas de entender como suas recordações pessoais, calcadas no espaço urbano, ajudaram a construir uma memória coletiva.

3 – Memória e identidade: o bairrismo

Como parte da compreensão das leituras memorialísticas da cidade, o bairrismo pode ser entendido como o patriotismo em escala regional, a repetição da história-pátria no microcosmo das cidades, onde os acontecimentos extravasam seus limites, ganhando contornos maiores e permitindo que os grandes eventos políticos e sociais da pátria sejam representados pelas “coisas” de uma cidade.

No entanto, ao falarmos sobre bairrismo, não se pode pensá-lo como definido apenas como o termo que atualmente é aplicado em tom pejorativo e que denota simplesmente um chauvinismo irracional, muito embora desde sempre o bairrista seja aquele que adora sua terra especialmente em detrimento a outras e não enxerga esta relação como algo construído historicamente; daí a idéia da rivalidade que entende sua localidade enquanto “melhor”, pelo simples fato de que nela nasceu ou viveu.

No caso da memorialística urbana, bairrismo é então tanto uma atitude de quem escreve quanto a atitude que permite escrever sobre uma cidade, e é a chave-mestra para a compreensão tanto das leituras que os memorialistas tecem do urbano, como da maneira com que construíram suas imagens perante o público.

Assim, por exemplo, o fato de o Brasil ter tido um compositor musical “que engrandeceu o nome do país no exterior” deve-se a Campinas, terra de Carlos Gomes, da mesma forma que qualquer história da proclamação da República tem, aos olhos dos memorialistas urbanos, que passar pelo “berço da República” que foi Campinas, dado o fato de ter existido na cidade um clube republicano e de dois importantes políticos locais (Francisco Glicério e Campos Sales) terem profunda vinculação com o movimento.²²

Mas o bairrismo representa também amar a cidade, ou seja, é um sentimento afetuosos que denota uma lealdade local e funciona como uma linguagem simbólica, uma forma identitária comum àqueles que compartilham um espaço e nesse caso, claro, acredita-se que a experiência urbana pode ser vivida como única se dentro de um determinado grupo privilegiado, no caso das cidades, os seus “filhos”. O lembrar se torna, assim, parte importante de constituição dos indivíduos enquanto bairristas, tornando memória e biografia inseparáveis (Neves, 200:113).

Por esta razão, para o reconhecimento público de um memorialista urbano, é também de suma importância nascer na cidade ou declarar-se habitante dela “de coração”, tal qual um filho adotivo. Surge uma relação quase familiar com a cidade-mulher, a mãe natural ou adotiva, que permite ao filho falar sobre ela. Para falar ou escrever sobre a “minha cidade”, é preciso conhecê-la, ser também um de seus filhos.

Segundo Mike Featherstone, “a criação de uma fronteira à volta de um espaço particular é um ato relacional que depende da figuração de outras localidades igualmente significativas em relação às quais essa fronteira é construída” (Featherstone, 1997:91). Ou seja, o bairrismo como vínculo identitário, criador de fronteiras simbólicas, depende de uma noção relacional, que se expressa em uma certa rivalidade entre cidades.

²² Mendes, José de Castro. “Terra da Arte” in “Suplemento História da cidade de Campinas”, *Correio Popular*: Campinas, 1969, vol. 10.

Assim, pela lógica bairrista, era impossível que um memorialista nascido e criado em uma cidade “X” emplasasse – por mais fundamentada que fosse - uma história, por exemplo, de uma cidade “Y”, especialmente entre cidades “rivais” e, nesse sentido, certamente um paulistano “da gema” seria rechaçado ou pouco acreditado ao escrever sobre a cidade do Rio de Janeiro ou sobre Campinas, e por esta razão são raríssimos os casos em que isto acontece.

O bairrista é aquele que conhece profundamente a cidade, não somente sua história, seus grandes nomes e acontecimentos marcantes, mas é também aquele que conhece o “clima” de uma cidade, ou seu “sentimento”, alusões de difícil definição e por isso, para captá-las, não basta apenas dominar o saber técnico da produção de história. Como seu “filho dileto”, o bairrista acompanha o desenrolar da vida da cidade passo a passo e também reconhece nela o que outros, de fora, não reconheceriam.

Desta forma, demonstrações de pertencimento são caras aos trabalhos dos memorialistas urbanos. Para além de uma forma estilística, são elas que conferem a legitimidade necessária. Se fizermos uma busca específica nesses trabalhos, possivelmente encontraremos tais demonstrações em quase todos.

Assim, José de Castro Mendes anuncia, no primeiro artigo da série “Retratos da Velha Campinas”, em que rememorava passagens de sua vida na terra natal, que os textos servirão também para que ele mostre “uma caminhada afetuosa pelos anos de minha juventude, lembrando coisas de Campinas, minha bem amada terra natal”²³. Da mesma forma, Vivaldo Coaracy abre seu livro *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro* atestando

²³Mendes, José de Castro. “Reminiscências da Cidade” in *Correio Popular* (série “Retratos da Velha Campinas”), Campinas: 1945 (s/d específica).

que é “a única homenagem” que pode prestar à cidade que foi o seu “berço” e pela qual possuía “filial carinho”.²⁴

Já o português Norberto Araújo, na primeira página de *Peregrinações em Lisboa*, se diz “freire” de uma ordem que possui apenas um capítulo, “querer bem; amar a cidade”.²⁵ Com relação a esta obra, vê-se que peregrinar pela cidade é quase como um ato religioso e necessário, uma homenagem que o autor presta a ela com ares de devoção.

São mais do que simples declarações ou arroubos desmedidos de ufanismo local, pois certamente constituem-se também em um alerta aos desavisados, um trunfo, a constatação de que o autor possui uma relação “quente”, “viva” e acima de tudo leal com seu objeto de estudo, expressa por meio da alusão a sentimentos normalmente incontestáveis como “amor”, “carinho” e “afeto”, que, entretanto, não podem ser mencionados por qualquer um.

Associações íntimas ajudam a vender o passado (Lowenthal, 1985: 8) e, nesse sentido, também ajudam a validar um trabalho, especialmente quando este é ligado ao passado da cidade. O memorialista urbano é, enquanto bairrista, desde o princípio uma “fonte confiável” de informações para grande parte tanto dos leitores “leigos”, quanto dos “iniciados”, seus conhecimentos e sentimentos acerca da cidade oferecem o efeito de verdade necessário a seus trabalhos e nesse sentido, diferem da prática historiográfica (Ginzburg, 1992: 215-232).

Em suma, na memorialística urbana a verossimilhança reside muito mais nas demonstrações de afeto e pertencimento local, ou seja: no bairrismo. O documento pode ou não ser citado, mas a maior comprovação vem da vida de quem escreve; inserir-se na história da cidade é, de certa forma, criar um efeito de verdade. (Ginzburg, 1992: 215-232).

²⁴ Coaracy, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, São Paulo: EDUSP, 1988, p. 23.

²⁵ Araújo, Norberto de. *Peregrinações em Lisboa* (vol. XV). Lisboa: Vega, 1993.

Maria Stella Bresciani mostra que a opinião a respeito das cidades depende de verossimilhança, de uma “comunicação simbólica” que torna o reconhecimento possível (Bresciani,1997: 16). Nesse sentido, como já dito, é muito importante pertencer à cidade da qual se fala e também demonstrar ao público tal pertencimento e comprometimento com ela. É necessário viver a cidade, em seu dia-a-dia, entender seus problemas e conhecer suas virtudes.

Ou seja, a imprensa foi, para a carreira dos memorialistas urbanos, o local privilegiado (mas não único) de sua produção. Conforme lembra Ângela de Castro Gomes, a imprensa da primeira metade do século XX propiciava a “veiculação sistemática da produção intelectual, nela incluída a produção historiográfica”, oferecendo amplo suporte e possibilitando que fossem publicados, na maior parte das vezes em primeira mão, os artigos, crônicas, contos e desenhos para um público bem maior que o dos livros (Gomes, 1996: 48).

A notícia histórica é amplamente propagada e os textos dos memorialistas, mesmo quando fora dos jornais, aproximam-se à notícia e à lógica jornalística: textos não muito longos, diretos e com uma seqüência lógica que facilite a compreensão geral. Em certo grau, aproximam-se de curiosidades, porém, busca-se, como definiu um jornalista de Campinas, “o furo de reportagem da história”, ou seja, algo supostamente inédito e interessante.²⁶

Estes autores também compuseram seus trabalhos de forma extremamente vinculada às mudanças urbanas do período, traçando histórias carregadas de afeto, ajudando a eleger os suportes da memória local e deixando suas marcas como construtores de uma das muitas imagens possíveis de suas respectivas cidades.

²⁶ O jornalista Júlio G. Atlas, ao prefaciá-lo o primeiro volume de “História da Cidade de Campinas” disse que Jolumá Brito estava sempre atrás do “furo jornalístico da história”. In Atlas, Júlio G. “Prefácio” in Brito, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*, vol.1. Campinas: Saraiva, 1955, p. I.

Seus trabalhos, por carregar essa profunda ligação pessoal com a cidade - objeto de estudo/lugar de vida - estão definitivamente desligados da ilusão de “distanciamento” do autor em relação ao seu objeto, seja ele temporal ou espacial, o que, todavia, não invalida essa produção como parte importante da historiografia das cidades.

Ao alertar a respeito da atitude “antiquária”, Stephen Bann relembra que existe, nesta atitude, “um relacionamento específico, vivo, com o passado e que merece ser tratado nesses termos”. Não seria, desta forma, simplesmente uma forma “imperfeita” de se fazer história (Bann, 1994:132-140).

Talvez possamos pensar assim em relação a esses autores e suas produções enquanto memorialistas urbanos. Não é uma questão de “certo ou errado”. Ao contar as histórias da cidade, esses autores nos mostram tipos de leituras e de relações com o passado que possuem e despertam sensibilidades comuns às suas maneiras de historiar, recordar ou biografar as cidades.

Capítulo I

Seção vida e obra: três versões de uma “caminhada afetuosa”

*Saber o que fomos, confirma aquilo que somos.*²⁷

²⁷ Lowenthal 1985: 152.

1 - A voz da cidade

Ao longo de sua vida, Jolumá Brito construiu em seu favor um enorme castelo de realizações, que o colocava como uma pessoa extremamente útil à cidade: da fundação da primeira estação de rádio da cidade à introdução do bilhete de “Centro Nobre” para estacionamentos de carros na região central, idéia que teria trazido de uma de suas viagens à Europa²⁸ Em entrevista realizada em 1985, Brito apontava algumas de suas várias realizações em prol de Campinas:

*(...) eu fui um sujeito que fiz tudo em Campinas, tem título ai de cidadão campineiro, tá lá na parede. Não é por brincadeira, certo, cidadão campineiro não era brincadeira (...) então recebi este título por que eu fundei uma porção de coisas aqui em Campinas (...) o cego trabalhador, Lions Clube Norte, Academia de Letras, Sociedade de Cultura Carlos Gomes (...).*²⁹

Para ele, o título de cidadão campineiro, cedido no final de sua vida, significava muito mais do que um prêmio, pois era a confirmação de uma vida de realizações a favor de Campinas que o colocaria no mesmo patamar dos filhos “legítimos” da cidade, como foram, por exemplo, Benedito Otávio e Leopoldo Amaral.

Mostrava também sua devoção e lhe emprestava a importância de quem não somente presenciou durante sua vida alguns dos principais movimentos políticos e culturais da história da cidade, mas também foi parte deles, as vezes fundamental, as vezes apenas enquanto espectador: as transformações da imprensa, as revoluções, os golpes de estado e os movimentos artísticos vividos por Campinas.

²⁸ “Historiador é responsável pelo ‘Centro Nobre’” in *Diário do Povo*, 12/09/1982.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.20.

Jornalista, radialista, poeta, colecionador, comediógrafo e historiador. João Batista de Mello Brito Sá (seu nome artístico era Jolumá Brito), teve uma vida relativamente longa, ao menos longa o suficiente para se consagrar como um dos maiores escritores de Campinas.³⁰



Figura 1 - O colecionador: Jolumá Brito na sala de sua casa, decorada pela grande coleção de flâmulas.

Se considerarmos o volume de publicações e manuscritos avulsos, não resta dúvida que Brito foi mesmo o maior escritor da cidade. Foram mais de trinta livros publicados em vida, vinte e sete de *História da Cidade de Campinas*, *Tonico de Campinas*, *História da Cidade de Paulínia*, *História da Cidade de Americana* e um trabalho dedicado ao clube Regatas completa a coleção.

³⁰ Segundo o próprio autor, “Jolumá Brito” foi o nome adotado para a “vida pública” da rádio e da imprensa. É uma união um tanto confusa de João com o nome de uma ex-namorada chamada Luci Maia (de onde retirou o “Luma”) e o Brito de nascença. Posteriormente retiraria de seu nome a parte Mello Brito, passando a assinar oficialmente João Batista de Sá. (Cf manuscritos da entrevista dada por Jolumá Brito aos autores de *A Era do rádio em Campinas*, (Campinas, 1985) disponível no Centro de Memória da Unicamp).

Seu arquivo, atualmente no Centro de Memória da Unicamp, concentra uma quantidade enorme de textos dedicados em sua maioria a Campinas: biografias, históricos de clubes, associações e prédios da cidade. Lá, está apenas uma parte das muitas coleções do autor, que vão de flâmulas comemorativas ao valioso conjunto de almanaques produzidos na cidade no início do século XX.

Oriundo de uma família de classe baixa da pequena Espírito Santo do Pinhal, onde nasceu em 1905, em suas lembranças, espalhadas entre centenas de textos, mini-autobiografias, entrevistas e curiosos currículos manuscritos, sempre se colocou como o campineiro de coração.

Mudou-se para a cidade ainda novo, completou o ensino primário e depois foi trabalhar como jornaleiro para auxiliar nas economias da casa. Alguns anos depois, tentou a sorte no curso de contador do colégio Bento Quirino e, apesar do enorme insucesso (foi reprovado cinco vezes) teve a oportunidade de dirigir seu próprio jornal, *The Pupil*, que vendia a 400 réis o exemplar.

No início da década de 1920, quando “o governador Epitácio Pessoa iria ser substituído pelo mineiro Arthur Bernardes”, ingressou no jornal *Diário do Povo*. Primeiro com notícias sobre o movimento do cartório, depois colaborando na página feminina “Minuto de Eva”, onde escrevia pequenos sonetos.³¹ Alguns anos depois, foi contratado pela *Gazeta de Campinas*, onde realizou, por algum tempo, cobertura da “vida social” da cidade (função que Brito dizia ter “inaugurado”) e posteriormente crônicas esportivas, quando chegou a ser correspondente do periódico paulistano *Diário da Noite* a respeito de assuntos do futebol.³²

³¹ Brito, Jolumá. “Há meio século” in *Diário do Povo*, Campinas, 19/02/1972.

³² Siqueira, Paranhos de. “Jolumá Brito” in *Se não me falha a memória*. São Paulo, 1970, p.211.

Mas Brito notabilizou-se principalmente por meio da imprensa falada. Considerado um dos pioneiros do *broadcasting* local, ajudou a fundar a rádio PRC-9 (futura Rádio Educadora de Campinas) em 1933, com “dez contos de réis e pequenas peças”, após alguns anos de intensa labuta pelos jornais, em que aventava a idéia da criação de uma estação local e divulgava, nos fins de semana no Largo do Rosário, transmissões de futebol vindas do Rio de Janeiro.³³

Desde o início, até bem próximo ao final de sua vida, Brito foi literalmente uma das vozes mais reconhecidas da cidade, pois transmitiu de tudo: esportes, carnaval, grandes eventos locais (como a inauguração do mausoléu em homenagem aos combatentes de 1932 e um banquete oferecido ao então presidente Getúlio Vargas) e shows de calouros.³⁴

Apresentou dezenas de programas diários, entre musicais (como “Carnaval da Saudade”), comentários sobre o dia-a-dia da cidade, como “O Assunto das sete”. Falou muito sobre a história de Campinas em quadros como “Campinas de ontem, mundo de amanhã” sendo considerado, ao menos em Campinas, o pioneiro em diversos destes tipos de transmissão.³⁵

Por alguns anos, Brito foi uma espécie de vedete das rádios. Era responsável pelos programas de baladas e viveu o auge da “era do rádio” na cidade. No rádio-teatro da PCR-9 e no Teatro Municipal Carlos Gomes recebeu inúmeras celebridades musicais da época, como Sílvio Caldas, Orlando Silva, Almirante, Vassourinha e Carmem Miranda, além de

³³ Brito, Jolumá. “Rádio Club de Campinas” in *Diário do Povo*, 17/11/1973.

³⁴ “Jolumá Brito concede entrevista à reportagem de Palmeiras”, in *Palmeiras: Revista Ilustrada* (nova fase) , ano III, 97, 12/1950, p.28.

³⁵ Entrevista de Jolumá Brito a Hermelindo de Oliveira, Jair Paes Athú, Carlos Alberto Piacentini, Admislon Souza Pinto e Lázara Paes Leme, autores do valioso trabalho *A Era do Rádio em Campinas*, Campinas, 1987. Manuscrito com a entrevista na íntegra disponível no arquivo do Centro de Memória da Unicamp, p.10. Para mais informações http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_col_radio.htm.

atuar em algumas radionovelas, o que lhe valeu notoriedade especialmente entre o público feminino.³⁶

No entanto, a voz da cidade não era transmitida apenas pelas ondas da PRC-9. Durante muitos anos, Jolumá Brito também esteve diariamente nos jornais da cidade, veículo que abandonou pouco tempo antes de falecer. Sua coluna mais longeva, “Bazar”, saiu simultaneamente no *Diário do Povo* e na rádio durante vinte anos e versava a respeito de vários assuntos, com principal enfoque no cotidiano de Campinas; outras crônicas também apareciam nos dois veículos de comunicação, como “A crônica do *speaker*”.

A coluna “Bazar”, em especial, ganhou bastante notoriedade no cenário cultural da cidade, talvez por falar sobre qualquer assunto que fosse do interesse de Brito (e ele se interessava por quase tudo), inclusive política, o que o alçou por vários anos a um posto de “comentador da cidade”.³⁷

³⁶ Brito participou da radionovela “Cada coração, um pecado”, que teve razoável sucesso à época.

³⁷ Curioso nesse sentido é a carta que recebeu do colega Didier Monteiro pedindo que Brito ajudasse “mesmo com algum crediário”, ao político Salles Filho, que concorria à reeleição para o cargo de Deputado Federal pelo PSD. Não se sabe ao certo se Jolumá ajudou ou não. Carta de Didier Monteiro à Jolumá Brito, 02/04/1958. Documento disponível no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp (Pasta “Vida Pessoal”).

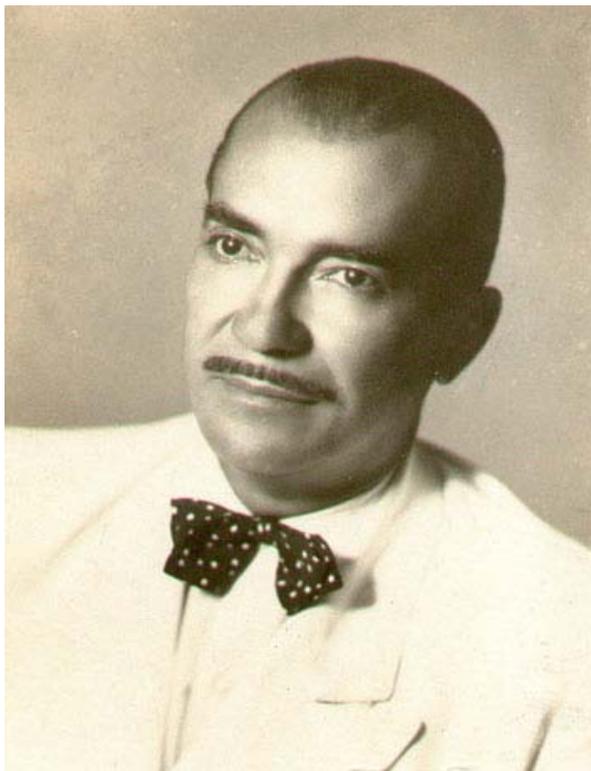


Figura 2 - Brito em foto promocional para a PRC-9 em meados da década de 1950.

Além disso, sempre foi envolvido com diversas atividades da cidade, as quais sempre enumerava em seus currículos datilografados. Um de seus maiores, curiosamente, era o esportivo. Como pioneiro da crônica e da locução esportiva da cidade, cobria, como costumava dizer, jogos de futebol “em cima de postes”, sob chuva e descargas elétricas, luta livre, bola ao cesto, pedestrianismo, corrida de cavalos e de carros.



Figura 3 - Os “Ases do Rádio” de Campinas: Brito (o quinto na parte de cima, da esquerda para a direita) e toda a equipe da Rádio Educadora (PRC-9) na década de 1940.

O futebol de Campinas, quando ainda existiam os times de bairro, na época do “amanhecer da vida esportiva dos antigos campos de nossa várzea”, teve em Jolumá Brito

um de seus maiores incentivadores, não se limitando apenas à cobertura.³⁸ Inicialmente orador do pequeno Esporte Clube Corinthians de Campinas (conhecido na época como “Corintinha”), passou depois a diretor da Primeira Liga Campineira de Futebol e vice-presidente do Guarani Futebol Clube durante a década de 1940.³⁹



Figura 4 - Brito e seus colegas do MMDC de Campinas em evento realizado no Cemitério da Saudade, provavelmente em 1982.

No mais, foi presidente da “Academia Campineira de Letras”, do MMDC, da “Comissão de Nomenclaturas de Ruas, Logradouros e Praças Públicas”, da “Associação Campineira de Turismo” e do Sindicato dos Jornalistas local. Foi também co-fundador da “Associação Campineira de Imprensa” e da “Associação dos Radialistas de Campinas”.

Para o teatro, escreveu algumas comédias, sendo que a mais popular, *A Felicidade não se compra, se vende*, paródia do filme de Frank Capra, *A Felicidade não se Compra (It's a Wonderful Life)*, de 1946, chegou a ser encenada no circuito amador da cidade.

Pode-se dizer que o ingresso de Brito na história da cidade ocorreu no início da década de 1930, quando decidiu escrever a biografia de Carlos Gomes, *Tonico de*

³⁸ Brito, Jolumá. *Curriculum sportivo de João Baptista de Sá (Jolumá Brito)*. Manuscrito disponível no Centro de Memória da Unicamp, pasta 8 (“Vida Pessoal”). Fundo Jolumá Brito.

³⁹ Idem, *ibidem*..

Campinas, trabalho pelo qual ganhou dez contos de réis e publicação gratuita pela editora Record de São Paulo.

Posteriormente, aproveitando-se de seu trabalho como tabelião de cartório no 2º Registro de Imóveis de Campinas (onde permaneceu por quase seis décadas), decidiu lançar-se na empreitada de escrever “toda a história de Campinas”, da fundação até o século XIX, o que resultou nos vinte e sete volumes de *História da Cidade de Campinas*, impressos pela editora Saraiva entre 1956 e 1965.

Colecionador voraz, mantinha em casa uma enorme biblioteca, reunindo documentos e livros diversos a respeito da história de Campinas e do Brasil. Tudo que julgasse pertinente para a história da cidade, Brito catalogava e organizava em artigos datilografados ou em pequenos filetes de papel, que, vez ou outra levava para leitura na rádio ou publicava nos jornais da cidade.

Valendo-se da fama adquirida pela publicação dos livros, acabou por receber alguns trabalhos por encomenda e escreveu também os dois volumes de *História da Cidade de Paulínia* e *História da Cidade de Americana*, além do livro *História do Clube Regatas*.

Até o final de sua vida (faleceu em 1985), Jolumá Brito manteve-se atento aos assuntos relacionados à história local. Sempre com tom crítico, manteve diversos debates pelos meios de comunicação; um deles, o mais famoso, foi relacionado à segunda comemoração do bicentenário local, em 1974, quando sozinho, se contrapôs a outros historiadores da cidade e, em vão, insistiu que a data em questão estava incorreta.⁴⁰

Brito também se envolveu com a preservação dos marcos históricos da cidade. No final da década de 1970 e início da década 1980, participou da Sociedade Campineira de Artes Cultura e Ensino, espécie de entidade voltada à manutenção do patrimônio imóvel da

⁴⁰ Este assunto será mais bem explorado adiante.

cidade. Como representante dela, abriu alguns processos de tombamento, enviando análises e históricos de alguns prédios da cidade, principalmente para o CONDEPHAT.⁴¹

2 - O homem de dois amores

Certa feita, o companheiro de imprensa Luso Ventura disse que José de Castro Mendes era o homem de dois amores, “o amor de sua mãe e o amor de sua cidade”.⁴² Campinas unia-se à sua vida de forma quase visceral. Sua dedicação à cidade chegava a ser, segundo os companheiros, parte de seu caráter. Para Luis Horta Lisboa, até mesmo seus excessos seriam perdoáveis em razão de sua dedicação à Princesa D’Oeste:

*Era muitas vezes rijo em seus julgamentos, mas quem o conhecia perdoava os excessos, pois eram estes aspectos o resultado de seu extremado amor à terra natal. Foi sempre fiel à arte e à Princesa D’Oeste, a quem ele cultuava acima das conveniências pessoais.*⁴³

De forma um pouco maldosa, Paranhos de Siqueira, também jornalista e especialista em “elogios” fúnebres (nem sempre muito elogiosos), reafirmou, em artigo publicado no jornal *Correio Popular*, a dedicação com que Zeca – como era chamado pelos colegas – entregava-se aos estudos relacionados à Campinas:

Espírito solitário, andava sempre sozinho. Tinha muitos conhecidos, mas poucos amigos. Dava-se bem apenas com os papéis velhos dos arquivos oficiais, onde ia buscar, na cata das vigílias prolongadas o acontecimento histórico ainda não

⁴¹A Sociedade Campineira de Artes Cultura e Ensino, criada no final da década de 1960, tinha como objetivos “defender os postulados artísticos, culturais e educacionais” de Campinas.

⁴²Ventura, Luso. “José de Castro Mendes” in *Correio Popular*, Campinas, 29/07/1959.

⁴³Lisboa, Luis Horta. “Homenagem a José de Castro Mendes” in *Correio Popular*, 27/01/1970

revelado pela história. Aí sim, no manuseio dos alfarrábios comidos pelo tempo, no convívio de documentos sem idade, empastados de poeira e atacados de traças – aí, sim, ele sentia-se à vontade. Para saber se Carlos Gomes espirrou ou tossiu, em 1870, em Milão, quando levou à cena o “Guarani”, ele passava noites e noites consultando este tomo, indagando daquele autor, como se disso dependesse, mais do que o sossego da sua alma, o pão da sua mesa.⁴⁴

O texto de Siqueira, apesar dos exageros, serve para ressaltar uma característica presente nas biografias e na produção de Castro Mendes: sua extrema dedicação e vinculação à sua cidade, que se transformou ao mesmo tempo em seu local de vida e seu objeto de estudo e que se constituiu em sua “marca”.

Por meio de livros, artigos nos jornais, aquarelas e organização de diversas coleções e exposições, Castro Mendes celebrou a sua “amada” terra natal sem que isso lhe valesse algum lucro, ou colocasse pão à sua mesa. Era um apaixonado pela cidade e cada um de seus trabalhos era repleto de dedicatórias e elogios, dentre eles o verso do poema “Todos cantam sua terra” de Martins Fontes, um marco da apologia bairrista às terras paulistas, que aparecia como epígrafe de todos seus livros e acabava por reforçar o vínculo com a cidade que tanto prezava:

*De minha terra para minha terra
tenho vivido. Meu amor encerra
a adoração de tudo quanto é nosso.*

⁴⁴Siqueira, Paranhos de. “José de Castro Mendes” in *Correio Popular*, 27/01/1970.

*Por ela sonho, num perpétuo enlevo,
e, incapaz de servi-la quanto devo
quero, ao menos, amá-la quanto posso!*⁴⁵

Ainda que fosse membro de uma família campineira tradicionalmente ligada ao comércio de bens culturais (seu tio-avô Antônio Benedito Castro Mendes era proprietário da afamada Casa Livro Azul, loja importadora de instrumentos musicais e sempre aberta à produção cultural da cidade), não teve uma infância fácil, pois, desde que perdeu seu pai teve que trabalhar para ajudar no sustento da família. Aparentemente, o sobrenome conhecido não lhe trouxe muitos benefícios em sua juventude.⁴⁶



Figura 5 - José de Castro Mendes, provavelmente em meados da década de 1960.

⁴⁵ Fontes, Martins. “Todos cantam sua terra”.

⁴⁶ Entrevista de Vera Donnely, sobrinha de José de Castro Mendes, para o autor (06/2006)

Castro Mendes era uma pessoa extremamente culta, um “tríplice artista”, como disse Raphael Duarte: musicista, crítico de teatro e principalmente um bom desenhista. Esta sua habilidade lhe propiciou, além do emprego no setor de Botânica do Instituto Agrônomo de Campinas (onde desenhava “plantas nativas e plantas com doença”), envolvimento desde a juventude com artistas e intelectuais da cidade.⁴⁷

Colaborou na revista modernista *A Onda*, ilustrou o livreto de poemas *Nebulosas*, do colega Júlio Mariano, e elaborou alguns cenários para peças do teatro amador da cidade, como, por exemplo, “História da Vida de Jesus”, produzida e estrelada por Carlito Maia, filho do ex-prefeito da cidade, Orosimbo Maia.⁴⁸

Como também era um especialista nas artes em geral, manteve por muitos anos, no *Correio Popular*, as colunas “Minarete” e “Teatro e Cinema”. Em homenagem a essa ligação e principalmente aos serviços prestados como incentivador e divulgador do teatro amador, em 1974 um teatro da cidade foi batizado com seu nome.⁴⁹

No IAC publicou seu primeiro trabalho, o álbum *Velhas Fazendas Paulistas*, realizado em parceria com o engenheiro J.E. Teixeira Mendes, em 1947. Coube a Castro Mendes compor as aquarelas, que tinham o intuito de mostrar ao mesmo tempo a pujança de tempos anteriores e o “atual estado” das fazendas da região de Campinas. Por este trabalho recebeu elogios do escritor Menotti Del Picchia, que referenciou *Velhas Fazendas* como um dos principais registros em imagem das antigas fazendas cafeeiras.

O interesse pela história, era, para Castro Mendes, o interesse pela história de Campinas, qualquer assunto referente ao passado da cidade lhe interessava: artes (tema para o qual dedicou um artigo na *Monografia de Campinas*, organizada por Júlio Mariano e

⁴⁷ “Uma viagem ao redor de mim mesmo”. Entrevista de José de Castro Mendes ao jornal *Correio Popular*, 195_.

⁴⁸ “O ensino em Campinas” in *Correio Popular*, 18/09/1953 (Coluna “Retratos da Velha Campinas”).

⁴⁹ Entrevista de Vera Donnelly, sobrinha de José de Castro Mendes, para o autor (06/2006).

Carlos Francisco de Paula), política, costumes e aspectos urbanos. Segundo a crônica local, seu dia a dia era trabalhar no IAC e depois ir ao arquivo do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (CCLA), onde dedicava horas à leitura de jornais e documentos antigos. Também no CCLA, Zeca foi criador e diretor dos museus Carlos Gomes e Campos Sales.

As antigas fotografias, algumas de coleção particular, outras do acervo do CCLA, que vez ou outra reproduzia em aquarelas, possibilitou-lhe compor alguns de seus mais conhecidos trabalhos, como o artigo “Retratos da Velha Campinas”, publicado inicialmente na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, em 1951, e *Efemérides Campineiras*, lançado em 1960, trabalho pelo qual ganhou a medalha “Carlos Gomes” de literatura.



Figura 6 – Zeca entre amigos no Teatro Municipal Carlos Gomes. Na homenagem ao empresário Henrique José Pereira (discursando), o ator Carlito Maia (olhando para o alto) e o jornalista Bráulio Mendes Nogueira (primeiro da direita para a esquerda). Foto da década de 1950.

No jornal *Correio Popular*, onde trabalhou de 1927 (ano da criação do periódico) até o final de sua vida, escreveu inúmeras séries a respeito da história da cidade, como “Isto

não é História”, “Documentário de duas épocas”, “Efemérides Campineiras”, e a mais famosa, “Retratos da Velha Campinas”. No início da década de 1960, elaborou ainda, desta vez para o jornal *Diário do Povo*, uma série em quadrinhos sobre a história da cidade, destinada às crianças.

No *Correio* publicou também, pouco antes de sua morte, o extenso suplemento “História da Cidade de Campinas”, reunindo, por meio de temas, a história de ruas, praças, prédios, dos “grandes campineiros” (especialmente Carlos Gomes, celebrado com um volume inteiro) e também elencando episódios da “cidade princesa” que considerava importante.

Castro Mendes costumava dizer “santo de casa não faz milagre”, referindo-se ao pouco interesse da população em geral para com seus trabalhos.⁵⁰ Comparava a gélida recepção dos estudos a respeito da história da cidade com o tratamento que a cidade havia dado a Carlos Gomes, enquanto o maestro ainda era vivo. No final de sua vida, desiludido, resolveu queimar todos seus manuscritos.⁵¹

3- O proletário das letras

Nascido em uma fazenda no município de Itatiba em 1901, Júlio Mariano mudou-se para Campinas ainda na infância. Para ajudar a família, trabalhou como auxiliar de farmácia e em armazéns de secos e molhados enquanto concluía os estudos primários nos colégios Corrêa de Mello e Externato São João.⁵²

⁵⁰ “Recordando pela imagem aspectos interessantes da Campinas do século passado” Entrevista de José de Castro Mendes ao *Correio Popular*: Campinas, 13-08-1950.

⁵¹ Entrevista de Vera Donnely, sobrinha de José de Castro Mendes, ao autor (06/2006).

⁵² Entrevista de Júlio Mariano Filho ao autor, 09/2005.

Apesar de ter aprendido francês e música nas escolas, Mariano considerava-se autodidata, uma vez que dizia ter adquirido a maior parte de seus conhecimentos fora do ambiente escolar. Após abandonar o estudo formal, ingressou na tipografia da Casa Genoud, onde trabalhou por quase quinze anos.

Na “Casa Genoud”, Mariano também teve a oportunidade de imprimir, junto com alguns amigos, o jornaleco *O Cometa*. De periodicidade indefinida, o *Cometa* tratava principalmente de aspectos da vida social dos jovens da cidade, sendo notórias suas seções de cartas contendo declarações de amor, além de falar um pouco de esportes, muito embora em sua página inicial sempre viessem estampados contos e crônicas dos mais variados assuntos, que, de acordo com Mariano, sempre passavam pelo crivo dos operários mais antigos.⁵³ A tipografia da Casa Genoud também foi responsável pela publicação de seu primeiro livro, *Nebulosas*, reunião de “poemetos em prosa”, feito em 1930.



Figura 7 - O jovem Júlio Mariano nos tempos de tipógrafo.

⁵³ Idem, ibidem.

Seu ingresso na grande imprensa da cidade viria em 1925. Buscando uma brecha que lhe possibilitasse a publicação de textos, Mariano ofereceu à diretoria da *Gazeta de Campinas* seus serviços como repórter esportivo, função até então inexistente na imprensa local. Trabalhou gratuitamente por alguns anos, conciliando a função de tipógrafo com as lides de repórter. Anos depois, daria também um primeiro impulso à seção policial do *Correio Popular*, com a coluna “No cadastro da polícia e nas ruas”.⁵⁴

Neste jornal, Mariano passou por uma situação no mínimo inusitada. Durante os acontecimentos de 1932, trabalhou praticamente sozinho na redação, uma vez que muitos diretores e redatores da folha abandonaram a cidade. Por alguns dias, Mariano colocou o periódico nas ruas com poucas páginas e matérias que passavam pelo crivo dos sensores: foi o “homem que fez um jornal sozinho”.⁵⁵

Sua longa experiência na tipografia, aliada aos mais de cinquenta anos de redações, e uma rápida passagem pelas rádios, apresentando um jornal de notícias durante os anos de 1942 a 1946, fizeram de “Mariano, o velho” (como ficou conhecido após a entrada de seu filho na imprensa) uma das principais referências da imprensa de Campinas. Era tido também como um dos grandes intelectuais da cidade.⁵⁶ Ávido leitor, sempre interessado em história, folclore, poesia e nos grandes clássicos da literatura mundial.

Mariano, ao que se sabe, nunca reconheceu publicamente sua herança negra e de fato era algo que ficava apenas subentendido e não é a toa que Paranhos de Siqueira comparasse o colega a Machado de Assis, não somente graças “à prosa fácil e ao tom combativo porém sempre bem-humorado de suas crônicas”⁵⁷, mas também ao dizer que:

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Farjallat, Celia. "O cronista Júlio Mariano: depoimento". *Correio Popular*, Campinas, s/d.

⁵⁶ Pupo, Benedito Barbosa. “Uma homenagem ao Salão Atenas”, in *Oito bananas por um tostão*. Campinas, 1974.

⁵⁷ Siqueira, Paranhos de. Op.Cit, p.87.

Tal como Machado de Assis, ele começou como tipógrafo tipos a dedos, sob a luz mortiça de um pendente imóvel. Era já o discípulo de Gutemberg que ia dispondo os caracteres tipográficos no componedor e, ao mesmo tempo, acompanhando o pensamento do autor, na ânsia que tinha de assimilá-lo, no desejo vocacional de aprendê-lo.⁵⁸

Elogios subliminares a parte, Mariano, no entanto, definia-se tão somente como um “proletário das letras”, pois acreditava que:

(...) é essa a expressão que melhor define minha vida profissional (...)
(...) em que muito hei escrito e obrigatoriamente para outros autores, e um pouquinho só para mim, desde certo dia de abril de 1932 em que, ingressando no Correio Popular, inciei minha carreira no jornalismo.⁵⁹

Dizia ter escrito muitos trabalhos sob encomenda: monografias, teses, discursos, artigos de propaganda política, crônicas e outros trabalhos, pelos quais nem sempre havia sido bem pago.⁶⁰ Mariano se referia, em grande parte, à sua passagem pelo jornal *A Defesa*, órgão do Partido Constitucionalista e também por seus esforços na campanha a prefeito de Ruy Novaes em 1955.⁶¹

Na década de 1950, Júlio Mariano ingressou, como funcionário público, na Câmara Municipal de Campinas. Lá, além de exercer o cargo de redator administrativo, ficou conhecido como o “salvador de documentos”, tendo em vista sua extrema preocupação em recuperar, organizar e preservar antigas atas e requerimentos destinados à destruição. Ainda

⁵⁸Siqueira, Paranhos de. “Homenagem a Júlio Mariano” in *Diário do Povo*, Campinas: 16/10/1971. Apud. Cordeiro, Flávia. “Autodidata, sensível e cronista dos humildes: Júlio Mariano marcou a vida e a imprensa de Campinas com seu jeito” in *A Tribuna*, Campinas: 06/07/1997.

⁵⁹Mariano, Júlio. *Campinas de ontem e de anteontem*. Campinas, Maranata, 1970, p.II

⁶⁰Idem, *ibidem*.

⁶¹Entrevista de Júlio Mariano Filho ao autor, 06/2005.

em vida, Mariano foi homenageado pela municipalidade, que colocou seu nome na biblioteca da câmara.



Figura 8 - Velhos e novos papéis: Júlio Mariano e sua inseparável máquina de escrever em seu escritório.

Partindo principalmente destes arquivos, Mariano elaborou dois de seus livros a respeito da história de Campinas: *Campinas de ontem e de anteontem* (Editora Maranata), em 1970, e *Badulaques*, impresso pelo Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas de São Paulo, em 1979, além de organizar, junto com o professor Carlos Francisco de Paula, em 1952 a coletânea *Monografia histórica de Campinas*, onde, além de escrever seis artigos (“História da imprensa em Campinas (resumo)”, “A diocese de Campinas”, “O ensino em Campinas na atualidade”, “Grandes estabelecimentos hospitalares de Campinas” e “Crônica da iluminação em Campinas” e “Condução e transportes”), também foi revisor.

Mas sua ligação à história da cidade vinha desde a década de 1930, quando elaborou duas palestras, *Do bondinho da tracção ao elétrico da Carril*, sobre a troca, em Campinas, dos bondes a cavalo pelos elétricos e também o curioso ensaio *As boas qualidades do sr.*

Dom Diabo – autos de um inquérito litero-demonológico, no qual fala sobre a experiência do demônio na vida moderna.⁶²



Figura 9 - Mariano já no final da vida. Foto do início da década de oitenta.

Posteriormente, interessou-se pelos eventos ligados à imprensa de Campinas e fez o livreto *História da Imprensa em Campinas*, que, quatro décadas depois, foi editado com patrocínio da Associação Campineira de Letras. Os artigos “Um crime de escravos”, “Drama mambembe de cortiço” e “O enterro de Figênia” (os dois últimos ligados ao folclore local), impressos diversas vezes em revistas e jornais, completam a coleção de trabalhos publicados.

Nos jornais, Mariano escreveu, até pouco antes de sua morte, em 1988, mais de uma dezena de colunas a respeito da história da cidade. As mais famosas foram “De Campinas de 1800 e tantos”, “Campinas de ontem” e “No giro do tempo”, onde diariamente republicava notícias do *Correio Popular* escritas há exatos cinquenta anos atrás.

⁶² Mariano também fez a palestra “A Comédia do teatro e seus cômicos”, para a inauguração da sede social do Teatro Escola de Campinas, em 1942 que acabou sendo impressa pela Tipografia Paulino.



4 – Todos por um e cada um por si

As construções biográficas de Brito, Castro Mendes e Mariano apontam sem dúvida para um mesmo modelo: recontar uma vida. Como reflexo de um discurso bairrista, o papel que Campinas ocupa, nas três existências, é de imenso destaque, uma vez que eles não somente viveram **na** cidade mas também viveram **a** cidade.

A diferença entre ambas as concepções é bastante concreta. Viver na cidade pode ser descrito de maneira bem simples como o ato de habitá-la, no caso por longos anos, enquanto o viver a cidade remete a algo mais visceral e por isso muito menos preciso, que supõe consumir, conhecer e acompanhar de perto e, nesta lógica, é esta segunda tendência que permite ter e principalmente expressar opiniões a respeito dela.

Nesse sentido, conta-se a mesma história, a de três bem sucedidos intelectuais de província, que não saíram de Campinas para promover a escalada social e intelectual, lembrando que nas três primeiras décadas do século XX os campineiros ainda precisavam ir às capitais para uma boa educação superior.

O que normalmente só atestaria enormes dificuldades financeiras acaba por se transformar em um mérito de proporções inimagináveis, enfatizado ainda mais pela pouca educação formal e pelo autodidatismo, que acabam por compor, na visão teleológica, uma grande “vitória” sobre os problemas da vida.

A trajetória na imprensa, a vinculação aos arquivos locais e o gosto “desde muito cedo” pela história, revelado pelos trabalhos feitos ainda na juventude, tendem a tornar óbvias as conquistas, especialmente relacionada às suas produções sobre Campinas. Na visão ao contrário, tudo parece se encaixar perfeitamente, fazendo com que o “resultado” não surpreenda ninguém.

Os três autores compartilhavam mesmo inúmeras características comuns enquanto intelectuais e que iam além da história: eram leitores vorazes e interessavam-se e escreviam, além de textos históricos, poesias, contos, crônicas e até mesmo peças teatrais e inclusive compartilhavam um certo conservadorismo formal, pois davam pouca atenção às tendências culturais mais recentes como, por exemplo, o modernismo, o que pode ser em parte explicado pelo modelo intelectual que buscavam seguir e que era, como veremos, genuinamente do século XIX.

Entretanto, é claro que esta revisão de suas vidas, muito embora bastante parecidas, não indica que entre eles existiam apenas semelhanças. Muito embora o objetivo deste trabalho seja justamente enfocar o comum nas construções biográficas, nas trajetórias e nas leituras da cidade, cabe, antes de proceder às outras análises, um justo parêntesis para que

não se pense que o objetivo seja simplesmente homogeneizar a vida e a obra destes três autores.

A diferença reside então em alguns interesses que por vezes apontavam com mais intensidade para alguma direção e por tal razão, ao vermos as construções biográficas não é preciso muita astúcia para constatar que, apesar das inúmeras semelhanças, definitivamente possuíam sensibilidades e personalidades completamente distintas.

Assim, Júlio Mariano foi o único entre os três autores a flertar diretamente com o folclore e com os “usos e costumes” da população pobre da cidade, compilando ou por vezes até mesmo romaneando algumas “lendas e causos” que circulavam oralmente, talvez influenciado por experiências de sua infância muito humilde e por sua herança negra. Este conjunto aparece repetidamente ao longo de algumas décadas em revistas e jornais da cidade e acaba por ser reunido, sob o título “Crendices e lendas folclóricas da região de Campinas e alguns contos da gente de cortiço”, como um apêndice de *Badulaques* e, nesse caso, fica latente que o autor considerava este tipo de texto um exercício diferente das reminiscências e do trabalho documental que preenchem as páginas de seu livro.

Embora esta sua faceta de sua obra (mais voltada a uma releitura de aspectos da cultura popular), tenha sido pouco exercida, acabou por lhe ajudar a conquistar a alcunha de “cronista dos humildes” e é sem dúvida um reflexo da atividade folclorista que nas décadas de 40 e 50 vivia uma espécie de ápice, com a organização de entidades como Comissão Nacional do Folclore (CNFL) em 1947, assim como também remetia ao seu gosto pessoal pela obra de Luis da Câmara Cascudo.⁶³

Mariano fazia as vezes do intelectual que sempre era visto com um livro sob os braços e era capaz de debater e escrever (graças a seu extremo interesse por gramática) em um nível considerado alto, assuntos dos mais diversos e nesse sentido a comparação com

⁶³ Sobre o movimento folclorista no Brasil ver: Vilhena 1997: 19-23.

Machado de Assis ganha contornos ainda mais claros. Irônico e perspicaz, era econômico e direto em seus comentários e em seus escritos e apesar de poucas vezes iniciar uma polêmica, sempre estava pronto para responder às mais diversas provocações.

Apesar de se considerar um “proletário das letras”, sua produção, especialmente sobre a história da cidade, ainda que considerável, não é tão grande quanto se possa supor e era muito comum que aproveitasse o mesmo texto em diferentes publicações ao longo de décadas.

Dono de uma personalidade um tanto mais forte, Jolumá Brito, por sua vez, adorava fazer barulho. Aproveitava cada minuto, cada linha de seu enorme espaço nos meios de comunicação para dar maior ressonância às suas pesquisas e seus debates, além de ter uma enorme tendência a bravatas e auto-elogios públicos. Era infinitamente mais prolixo que seus colegas (em suas colunas os assuntos comumente duravam dias ou semanas), mas produzia em um ritmo muito mais rápido, além de conseguir conciliar, de maneira espantosa, inúmeras atividades ao mesmo tempo.

Afeito à comédia, mais em suas crônicas do que em seus textos históricos, Brito publicava vez ou outra alguma piada para fechar seus textos na coluna “Bazar”, além de inúmeros trocadilhos. Nos debates, utilizava, em meio aos argumentos sempre bem embasados, o recurso da paródia e do deboche. Quem entrava em suas contendas era sempre tratado como um inimigo a ser vencido pelo cansaço.

Brito era também mais “enciclopédico” se comparado aos seus dois colegas. Expunha sobre qualquer assunto em tom professoral, aproveitava todas as mídias para divulgar como poucos aquilo que achava após os longos dias nos arquivos, das maiores batalhas políticas aos fatos mais estapafúrdios e que claramente tinha muito pouco

conhecimento a respeito, como “a primeira vez em que foi reportado nos jornais” o aparecimento de formigas saúvas na cidade.⁶⁴

Como extremo oposto, José de Castro Mendes era um sujeito bastante reservado, que sempre buscava uma forma de demonstrar uma sensibilidade artística e intelectual acima da média. Evitava as polêmicas abertas e apesar de falar bastante de sua vida nas colunas memorialistas, poucas vezes propagandeava os próprios méritos, reservando-os para algumas poucas e sisudas entrevistas.

Era um amante das artes em todas as suas expressões e procurava mostrar isto em suas produções. Era um intelectual que consumia com maior voracidade aquilo que pode ser definido (de forma bastante rasteira) como “cultura de elite”, ligada, em especial, ao erudito do continente europeu, o que, a bem dizer, não era uma particularidade somente sua, mas também de vários intelectuais de seu tempo.⁶⁵

Foi, talvez por isto, aquele que mais escreveu sobre a produção artística da e na cidade, tanto do passado como do presente, e, neste caso, faz-se latente a escolha por contemplar e dialogar com uma camada mais elitizada de Campinas, assim como a tentativa de “ensinar o povo”, pois o próprio autor admitia acreditar na “progressão cultural” da humanidade, o que, dadas as circunstâncias, supunha existir, de sua parte, uma hierarquização da cultura.⁶⁶ Era também o mais crítico em relação aos “novos hábitos” e em suas crônicas sempre arrumava espaço para celebrar, por exemplo, o vestuário masculino de “antigamente”, que segundo ele era muito mais elegante que o “atual”.

Assim, era de se esperar que o relacionamento e a convivência entre eles fosse das mais tensas. Ao que consta, Mariano e Castro Mendes tiveram alguns atritos pelos

⁶⁴ Brito, Jolumá. “Campinas de ontem, mundo de amanhã”, in *A Defesa*, 20/11/1952.

⁶⁵ A cultura, termo de amplo alcance e alvo de inúmeros debates nas ciências humanas, é utilizada, neste parágrafo, em sua definição mais coloquial e conhecida, ou seja, simplesmente como o resultado das mais diversas expressões artísticas.

⁶⁶ “Uma viagem ao redor de mim mesmo”. Entrevista de José de Castro Mendes ao jornal *Correio Popular*, 195_.

corredores do *Correio Popular*, relacionados a uma licença obtida pelo primeiro para tratar alguns problemas de saúde. Já a briga de bengaladas entre Mariano, um torcedor da Ponte Preta e Brito, torcedor do Guarani, durante uma partida entre os dois times na década de 40 parece ter sido apenas um pequeno deslize.⁶⁷

No entanto, mantiveram, em linhas gerais, um coleguismo razoavelmente cordial, marcado por relações pacíficas e distantes e, apesar de claramente participarem de diferentes grupos da intelectualidade (leia-se diferentes facções do jornalismo), isto não se refletia de forma muito clara nos trabalhos relacionados à história da cidade.

Muito embora este silêncio mostre, aos olhos mais aguçados (ou ansiosos) uma competição velada ou um descaso proposital, aconteciam algumas referências amigáveis em artigos de jornais e houve até mesmo uma parceria entre Mariano e Castro Mendes, quando ainda eram jovens, na produção do já citado livro de poemas *Nebulosas*.

Até onde esta pesquisa conseguiu ir, em nenhum momento algum deles citou o trabalho do outro como fonte de pesquisa ou como algo a ser lido. Jolumá Brito guardava em seu arquivo muitos dos artigos de Castro Mendes e Mariano, mas ao que consta nunca debateu sobre história publicamente com algum dos dois e esta parecia ser uma posição constante.

Nem mesmo no episódio do segundo bicentenário da cidade, em que Brito assumiu posição contrária à Mariano, os debates se tornaram pessoais. Marcada por desentendimentos desde 1963 (quando se formou uma comissão de vereadores e estudiosos⁶⁸), a busca pela “correta data” da fundação da cidade mexia com a própria identidade local (Vilela, 2006) e acabou se transformando em uma enorme batalha

⁶⁷ Entrevista de Júlio Mariano Filho ao autor, 06/2005.

⁶⁸ A comissão foi formada por Jolumá Brito, Teodoro de Souza Campos, José de Castro Mendes, Alaor Malta Guimarães e Celso Maria de Mello Pupo

documental e também em uma bem demarcada (e velada) disputa entre os intelectuais campineiros.

Entretanto, a discussão, causada acima de tudo por diferentes concepções do que representaria a “verdadeira” fundação de Campinas, continuou por muitos anos em uma batalha que ficou centralizada sobretudo entre Brito e Benedito Barbosa Pupo.

Brito, apesar de reconhecer a imprecisão das comemorações de 1939, da qual inclusive participou como organizador, solitariamente defendia que a povoação inicial, supostamente conduzida por Francisco Barreto Leme, ainda na década de 30 do século XVIII, deveria ser o marco inicial da futura cidade e apontava a impossibilidade da fundação em 1774 porquanto Campinas “já era uma freguesia em 1773”.⁶⁹

Já Benedito Barbosa Pupo, por sua vez, entendia a fundação sobretudo como um ato oficial e via na figura de d.Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão - o Morgado de Matheus - o fundador intelectual de Campinas, o que só ocorreria em 14 de Julho de 1774 com a celebração da missa que instalava a freguesia.⁷⁰

Em 1971, ficou resolvido, pela lei 3984, que a data da fundação seria 14 de julho de 1774, permitindo então que os preparativos para as festas (que acabariam sendo um pouco menos notórias do que o esperado) começassem. Esta decisão registraria também uma derrota quase pessoal de Jolumá Brito frente a um colega que, apesar de ter nascido em Campinas, havia passado muitos anos fora da cidade e havia publicado muito menos quantidade a respeito da história da cidade.

Claro que ao longo de quase onze anos de intensos debates e seções na câmara dos vereadores, todos os interessados pelo passado de Campinas tinham uma opinião a respeito

⁶⁹ Brito, Jolumá. “A fundação de Campinas” in *Diário do Povo*. Campinas, 12 – 22/07/1962. 8 vols. Ver também “A verdadeira história da fundação”. *Diário do Povo*, Campinas, 13/07/1980.

⁷⁰ “O que eles dizem sobre o bicentenário”. *Correio Popular*, 14/07/1974. Sobre suas pesquisas, Pupo escreveu, além de séries de artigos, o livro *À margem da história de Campinas* (As origens da cidade e oficialização da data de sua fundação), em 1976.

do assunto e algumas delas foram mais veiculadas que outras pela crônica local. Júlio Mariano, que não fez parte da comissão (talvez por ser funcionário público à época), basicamente apoiava a idéia de Pupo.⁷¹ Castro Mendes, que havia participado das reuniões iniciais, afastou-se rapidamente e acabou falecendo sem participar das comemorações em 1974. Brito, que, como Pupo, gastara vários Cruzeiros com viagens aos arquivos da Torre do Tombo, jamais deu o braço a torcer e quixotesicamente entrou a década de 80 ainda falando sobre o assunto e defendendo seu ponto de vista com a mesma voracidade com que havia iniciado os debates, ainda no começo da década de 60.⁷²

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Sobre os debates e os imbróglis das diversas versões sobre a fundação de Campinas ver Villela, 2006.

Capítulo II

Escrever (e viver) para nós mesmos: o paradigma do intelectual campineiro

1 – Os herdeiros do bairrismo

Na crônica local, Leopoldo Amaral era visto como um dos principais homens de imprensa de Campinas. Ao longo de quase cinco décadas de militância jornalística, foi pioneiro nas reportagens diárias e reconhecido cronista político, defensor das causas republicanas e abolicionistas.⁷³

Era também considerado um dos primeiros “desbravadores” da imprensa local. Ao ingressar na *Gazeta de Campinas*, em 1874, juntou-se a uma das mais reconhecidas e cultuadas safras de homens de letras da época, trabalhando ao lado de Júlio de Mesquita, Carlos Ferreira, Henrique de Barcellos, Campos Sales, Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos e outros tantos figurões. Em 1875, passou a trabalhar como correspondente da recém-fundada *Província de São Paulo*, onde permaneceu até o final de sua carreira, chegando ao posto de diretor da sucursal de Campinas.

Funcionário da câmara municipal, aproveitava os arquivos para compor suas crônicas. Para os memorialistas urbanos, era referência absoluta quando se tratava da história de Campinas. Seu livro *Campinas Recordações* reúne a pesquisa de arquivo às lembranças do próprio autor que acabam por compor uma “crônica histórica”, no melhor molde da união do jornalista com o historiador.

⁷³ Vogel, Henrique A. “Leopoldo Amaral” in *A Defesa: Campinas*, 18/06/1938.



Figura 11 - A caricatura feita por Clemen, em 1928, mostra os dois lados do intelectual Leopoldo Amaral: o jornalista e o historiador. Na mão esquerda, um exemplar do jornal *O Estado de São Paulo*, embaixo do braço, uma edição de seu livro *Campinas Recordações*.

Muitos o conheciam também por sua atuação como comerciante e principalmente como um notório filantropo, uma vez que ajudou a criar e dirigir inúmeras casas de caridade de Campinas, entre elas a Santa Casa de Misericórdia, um dos primeiros hospitais a atender a população carente da cidade.⁷⁴

Amaral carregava a alcunha de “mestre do bairrismo campineiro”, em referência à grande dedicação e identificação que, em vida, teve pela cidade em que nasceu (1856) e morreu (1938). Uma das histórias mais correntes a seu respeito dava conta de que, quando

⁷⁴ Melo, Luis Correa. “Oliveira, Benedito Otávio de” in *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954, p.45.

idoso, visitava sua filha em Santos, mas sempre se apressava em voltar, pois “não queria morrer longe de Campinas”.⁷⁵

Benedito Otávio (1871-1927) também nasceu e morreu em Campinas.⁷⁶ Negro, oriundo de uma família muito humilde (era filho de uma escrava), começou a carreira como um “modesto tipógrafo” mas conseguiu, principalmente por meio da imprensa, destacar-se como um dos principais intelectuais da cidade.⁷⁷

Mas acima de tudo, Otávio era reverenciado como um dos maiores historiadores de Campinas, ou, de acordo com Jolumá Brito, que pleiteava em uma pequena nota que o nome de Otávio fosse dado a uma rua da cidade:

*(...) o maior historiador de todos os tempos da cidade de Campinas, o que mais trabalhou pela tradição da cidade em seu tempo.*⁷⁸

Seu livro *Campinas e a Independência* (editado pela Casa Genoud em 1922), segundo Odilon Nogueira de Matos, é um dos principais e mais bem feitos ensaios da historiografia local. Partindo de um dos grandes e mais caros eventos à historiografia do início do século XX, Otávio aliou a evocação com a análise política e social que ajudaram a compor, segundo Matos, uma espécie de “geografia retrospectiva” da cidade.⁷⁹

Otávio, assim como Amaral, tinha grande identificação com Campinas e curiosamente era considerado seu “substituto”, tanto no cargo de Secretário da Câmara, quanto na crônica jornalística, da *Gazeta de Campinas*, onde começou como tipógrafo, a outros tantos periódicos por onde escreveu durante a vida.

⁷⁵ Duarte, Raphael. “Leopoldo Amaral: sua vida, suas obras, sua morte”, in *A Defesa*. Campinas, 10/10/1939. Seção “Campineiros Ilustres”

⁷⁶ Melo, Luis Correa. “Oliveira, Benedito Otávio de” in Op.Cit, p.430.

⁷⁷ Mendes, José de Castro. “Um grande historiador” in *Correio Popular*, Campinas: 04/01/1970.

⁷⁸ Brito, Jolumá. “Benedito Otávio” in *Diário do Povo*, Campinas: 22/03/1959.

⁷⁹ Matos, Odilon Nogueira de. “Um pouco mais sobre Benedito Otávio” in *Correio Popular*, Campinas: 06/02/1976 e 13/02/1976.

Sobre a história da cidade, além de *Campinas e a Independência*, Otávio também escreveu *Campinas Antiga*, *O Crime da Capuava*, *Vigários antigos de Campinas* e *Apontamentos históricos e estatísticos de Campinas*, sendo também o principal idealizador da parte histórica de diversos almanaques.⁸⁰

Pode-se dizer que Leopoldo Amaral e Benedito Otávio foram representantes de um modelo de relacionamento com a cidade e de acordo com Odilon Nogueira de Matos ao escrever sobre o segundo:

*Cheguei aonde desejava: historiador local. Esta é a marca de tudo quanto Benedito Otávio escreveu em matéria de história. Seu próprio jornalismo bem campineiro, jamais se alcandorando a altos vôos (...) Benedito Otávio é o campineiro “por excelência” (...) há em Benedito Otávio um campineirismo que não distingo em nenhum outro, a não ser em Leopoldo Amaral.*⁸¹

Mesma opinião de Norberto de Souza Pinto em seu livro *Grandes Perfis*, onde curtas biografias de Amaral e Otávio figuram juntas às de alguns dos grandes pensadores modernos, como Voltaire, Rousseau e Tocqueville. A respeito de Otávio, Pinto diz que:

*(...) ninguém o excedia no amor e respeito à história de Campinas, seu adorado berço.*⁸²

Ou seja, ambos foram os “campineiros por excelência”, uma vez que escreveram “de Campinas para Campinas”; foram precursores da produção de “minha terra para a minha terra”, aproveitando o trecho do poema de Martins Fontes que José de Castro Mendes utilizava como epígrafe em seus trabalhos.⁸³

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁸² Pinto, Norberto de Souza. *Grandes Perfis*. Campinas: 1968, p.29.

⁸³ Idem, *ibidem*.

Além disso, eram aqueles que não enxergavam razão para “alçar os grandes vôos”, pois, como o filho que não abandona a mãe, preferiram dedicar seus esforços e seus talentos à própria casa, que seria uma “grande terra”. Possuíam com ela uma relação que carregava a marca do pertencimento, da devoção e da entrega total e, nesse sentido, o conjunto das obras e das vidas de Otávio e Amaral acabou servindo como inspiração, modelo e também fonte de pesquisa, mas principalmente como um guia que ultrapassa o limite do escrito.

Como intelectuais, foram extremamente versáteis; Otávio era também tradutor e reconhecido literato (foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras), além de ter tido participação intensa no circuito amador de teatro da cidade, compondo inúmeras peças.⁸⁴ Amaral por sua vez, além de poeta, era músico e chegou a escrever o concerto “Vespertinas”.⁸⁵

Em menor ou maior medida, todos os amadores da história local consideravam-se ou eram vistos como “herdeiros” destes autores (as semelhanças entre Otávio e Mariano são assustadoras), enquanto historiadores e intelectuais.

Mas, acima de tudo, eram os seguidores de uma tradição em que “amar a cidade” vinha antes de qualquer outra coisa, deveria ser quase algo visceral, ligado inclusive à vida particular de cada um, como mostra a frase de Luso Ventura a respeito de José de Castro Mendes, o “homem de dois amores: de sua mãe e de sua terra”.

Elementos para provar esta dedicação não faltavam, como é visível em suas construções biográficas. O pioneirismo ou a extrema ligação a algo importante para a vida de Campinas, proporcionados acima de tudo por esta polivalência, eram objetos de busca constante durante a vida de nossos autores, o que é refletido nas construções

⁸⁴ Pinto, Norberto de Souza. Op.cit, pp.27-29

⁸⁵ Idem, ibidem, p.22.

autobiográficas e biográficas. Em suas relações com sua cidade, isto é de suma importância, pois os legitimava enquanto pessoas que trabalharam em prol de sua terra e que viveram os momentos importantes dela.

São perceptíveis também as semelhanças entre as biografias de Castro Mendes, Brito e Mariano com as de Otávio e Amaral: homens de imprensa que escreveram sobre a história da cidade, vinculados a arquivos locais e “extremados bairristas”, pois viveram e escreveram para sua terra, mas também e principalmente como pessoas que não somente tinham olhos no passado, mas que viveram e “ajudaram a construir” também o presente.

2 – Das letras boêmias às letras da história

Nas primeiras décadas do século XX, ao entrarem nas tipografias, nos pequenos jornais ou até mesmo na grande imprensa fazendo trabalhos considerados secundários, Brito, Mariano e Castro Mendes almejavam, além de uma profissão, o *status* de “homens de letras”, no momento em que, conforme nos lembra Angel Rama, a imprensa ainda representava “a alavanca de ascensão social, de respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder” (Rama, 1985: 80).

A história era apenas uma entre as muitas atividades dos homens de imprensa, mas no caso de Campinas, conhecer a história da cidade, era praticamente uma obrigação. De forma geral, muitos dos “grandes nomes” da imprensa campineira, tanto do século XIX, como da primeira metade do século XX, rabiscaram ao menos uma vez alguma crônica histórica; além disso, todos os historiadores do momento eram primeiramente jornalistas.

Ainda que nem todos almejassem ser historiadores, dentre os intelectuais a história era uma linguagem comum, tanto quanto conhecer as grandes obras literárias do

romantismo português, escrever aqui ou ali alguma poesia ou debater política. De forma geral, representavam o modelo do intelectual do final do século XIX, início do XX, quando se buscava, nas palavras de Antônio Cândido, “construir uma vida intelectual na sua totalidade”.⁸⁶

Embora seja impossível precisar se, ao ingressarem na imprensa, no início do século XX, José de Castro Mendes, Júlio Mariano e Jolumá Brito planejavam envolver-se com a história da cidade, é certo que, à época, ser jornalista, viver o ambiente das redações, representava uma das principais portas de entrada para o universo da história local.

Espalhados pela cidade, o grupo dos intelectuais campineiros das primeiras décadas do século XX formava, na idéia dos mais exaltados, uma “Atenas Cabocla”.⁸⁷ Acreditava-se que, na cidade, quase nenhum aspecto da “cultura letrada” era deixado de lado. Era, sem dúvida, um momento de efervescência cultural. Por todos os lados da cidade, existiam grandes ou potenciais grandes nomes do pensamento brasileiro que contribuía para o “progresso intelectual do país”; desde o cinema, com as primeiras produções da *Phoenix Filmes*, até a literatura, cujo maior representante, Coelho Neto, que Campinas havia tomado de empréstimo do Rio de Janeiro, despontava nas reuniões do Clube Literário da cidade.⁸⁸

No Centro de Ciência Letras e Artes, com sede à rua Conceição, os ideais positivistas e republicanos buscavam atingir a completude do pensamento, da literatura à ciência, reunindo membros das mais diversas atividades, o que era refletido pela sua enorme biblioteca, que reunia volumes e mais volumes a respeito de inúmeros temas, além do valioso arquivo com jornais, revistas e documentos antigos.⁸⁹

⁸⁶ Apud. Schwarcz, 1989: 9.

⁸⁷ Mariano, Júlio. “O Buraco” in *Correio Popular*, 13/01/1946.

⁸⁸ Brito, Jolumá. “Campinas das Belas Letras” in *Diário do Povo*, 27/08/1977.

⁸⁹ Ver Borges & Mazzola, 2002.

Além de manter uma pinacoteca e imprimir mensalmente uma revista, o CCLA realizava eventos e exposições dos mais diversos tipos: saraus musicais e literários, exibição de quadros e até mesmo, um pouco mais tarde, mostras de cinema, com a formação do primeiro Cine Clube da cidade.

Nas aspirações da intelectualidade local, o CCLA era o “cálice sagrado”. De César Bierrembach a Coelho Neto, muitos foram os grandes nomes que se ligaram ao centro e filiar-se a ele representava conquistar o topo da cadeia alimentar intelectual, participando das reuniões e colhendo um pouco da sabedoria que pairava no ar.

Pelas ruas, não faltavam também locais de sociabilidade para artistas, cientistas e literatos. O Salão Atenas, criado pelo então bacharel em direito Carlos Grimaldi, era menos uma barbearia do que um ponto de encontro para a juventude intelectual da cidade discutir os mais variados e polêmicos temas, uma vez que seus clientes assíduos chegavam a passar horas envolvidos em pendengas e conversas em geral, como ilustra a crônica escrita em 1937 por Benedito Barbosa Pupo, outro memorialista urbano de Campinas e contemporâneo aos nossos autores:

Atualmente o “Salão Atenas” é o ponto de concentração de quase toda a juventude intelectual de nossa terra. Jovens professores e jovens jornalistas; jovens poetas e jovens escritores; jovens médicos e jovens advogados; enfim, a plêiade de brilhantes moços estudiosos de Campinas, ali se reúne para tratar de coisas do espírito. Ali comparecem o Paulo Pompeu, o mais moço redator chefe que teve o “Correio Popular”; o Julio Mariano, com seu inseparável bengalão, sempre com livros e jornais embaixo do braço; o neófito Bráulio Mendes Nogueira (...) o João Amêndola, que se tornou proprietário de livraria só para ler, antes dos

*fregueses, os livros que recebe; o jovem latinista prof. Hernani que, devido sobraçar sempre velhíssimos e carunchosos livros, é conhecido no cenáculo pelo nome de “Caruncho” e muitos outros intelectuais.*⁹⁰

Da mesma forma, a Charutaria Havanêsa, conhecida como Charutaria do Lalá, era o ponto de encontro diário de jornalistas e professores, e o bar conhecido por “Buraco” congregava, nas noites campineiras, artistas de todas as áreas, um ponto de reunião “obrigatório” para literatos, cronistas, músicos, atores e atrizes, enfim, para todos os boêmios da cidade.⁹¹

E foi na Charutaria do Lalá, em 1927, que nasceu a idéia de Norberto de Souza Pinto para a criação da Associação Campineira de Imprensa, que se constituiu, para os intelectuais da cidade, em um ambiente alternativo ao CCLA, do qual Pinto e outros membros da primeira diretoria, entre eles Jolumá Brito, eram dissidentes por razões políticas. Obviamente, a ACI também passou a congregar a grande maioria dos jornalistas locais.⁹²

Mas era mesmo no dia-a-dia das redações dos jornais que a intelectualidade campineira se fazia presente, conjuntamente e em larga escala. Um grande e democrático mercado de idéias: poetas, literatos, bacharéis em direito e artistas em geral, já consolidados, dividiam espaço com jovens ansiosos por uma primeira oportunidade. Era lá que o romantismo das “letras boêmias e panfletárias” aparecia com força.⁹³

Interessante neste sentido é o depoimento de Benedito Barbosa Pupo, em seu livro *8 Bananas por um tostão*:

⁹⁰ Pupo, Benedito Barbosa. “Os intelectuais do Salão Atenas” in Pupo, Benedito Barbosa. *8 Bananas por um tostão: crônicas campineiras*. Campinas: Palmeiras, 1976.

⁹¹ Mariano, Júlio. “O Buraco”, Op.Cit. Ver também Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. Campinas: Maranata, 1972, pp 65-68.

⁹² Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. Op.Cit.

⁹³ Mariano, Júlio. “Letras boêmias e panfletárias” in *Correio Popular*, Campinas: 10/04/1961.

*O jornalista era, para mim, naquele tempo [final de década de 1910], uma figura excepcional, importante e poderosa. Assim eu via o jornalista e, por isso, pensava em sê-lo um dia.*⁹⁴

Representantes máximos deste *status*, envolvendo poder e reconhecimento social, que então gerava interesse e fascínio, os membros das gerações anteriores da imprensa campineira ainda militavam e serviam como exemplo das inúmeras possibilidades a serem alcançadas. Nomes como Henrique de Barcellos, Raphael Duarte, Leopoldo Amaral, Pelágio Lobo e Benedito Otávio se misturavam à própria história da imprensa local, romantizando ainda mais o ofício do jornalista e ajudando a constituir um modelo de intelectual campineiro.

A imprensa e seus “arrabaldes” representavam também uma escola. Em entrevista cedida ao Museu da Imagem e do Som em 1985, Júlio Mariano lembrou seu tempo na Tipografia Genoud e a importância dela em sua formação enquanto escritor:

*Naquele tempo, os tipógrafos eram operários cultos, discutiam gramática com os professores e eu, ali na tipografia, aprendi a escrever e aprendi meu ofício (...) a gente aprendia muita coisa.*⁹⁵

As casas tipográficas serviam como uma espécie de escola para os iniciantes, mas também funcionavam como pontos de encontro e de difusão cultural, tanto que foram, por algumas décadas, responsáveis por diversas publicações da cidade, normalmente envolvendo materiais com pouca tiragem: relatórios da prefeitura, atas, livretos e até mesmo alguns livros foram impressos tanto pela Casa Genoud como pela Tipografia Paulino, outra casa bastante movimentada à época.

A Casa Genoud era, então, uma das principais oficinas tipográficas da cidade, ao lado da Casa Ao Livro Azul e da Casa Mascote e foi criada no final do século XIX pelo

⁹⁴Pupo, Benedito Barbosa. “Minhas fascinação pela imprensa” in Pupo, Benedito Barbosa, Op.Cit, p.65.

⁹⁵Entrevista de Júlio Mariano ao *Museu da Imagem e do Som de Campinas*, 1985.

comerciante Alfredo Genoud, quando se chamava *Au Monde Elegant*.⁹⁶ Funcionava também como papelaria, livraria, brinquedaria e importadora. A casa era também conhecida como um centro de divulgação cultural da cidade, pois realizava as mais diversas exposições artísticas, entre saraus musicais e literários e mostras de pinturas. Graças à sua privilegiada localização e ao grande movimento adquirido ao longo de algumas décadas, propiciava aos novos artistas grande visibilidade.⁹⁷



Figura 12 - “Ao Monde Elegant, depois Casa Genoud, importante estabelecimento comercial nos ramos de papelaria, tipografia, armarinho, instrumentos de música, brinquedos e perfumarias, localizado na esquina das ruas Barão de Jaguará e César Bierrembach. Fotografia tirada no dia da chegada de Santos Dumont a esta cidade”.⁹⁸

Para Castro Mendes, a Casa Genoud representou a primeira chance de mostrar seus trabalhos iconográficos. Inicialmente, a casa o deixou expor uma reprodução da Catedral de

⁹⁶ Sobre a Casa Livro Azul, ver: Santos, Maria Lygia Cardoso Köpke. *Entre Louças, Pianos, Livros e Impressos: A Casa Livro Azul (1876-1958)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Educação da UNICAMP, 2004.

⁹⁷ Sobre a Casa Genoud ver: Mendes, José de Castro. “A Casa Genoud” in “Retratos da Velha Campinas” (série). *Correio Popular*, Campinas, 11/1946. Mendes, José de Castro, “Influência francesa no comércio local”. (“Suplemento História da Cidade de Campinas”), *Correio Popular*, 31/10/1968.

⁹⁸ Fotografia e referência em Mendes, José de Castro. *Efemérides Campineiras*. Campinas, s/e, 1960, p.240.

Reims, para mais tarde abrigar uma coleção de caricaturas, o que, segundo o próprio Castro Mendes, levou seu nome aos jornais.⁹⁹

Muitas vezes também, os jovens já chegavam à imprensa relativamente escolarizados, pois já haviam tido uma pequena experiência com a confecção dos jornalecos, elaborados ou nas tipografias, ou nos colégios da cidade. Os “jornalecos”, como eram conhecidos, representavam muitas vezes o primeiro contato com o mundo da imprensa, oferecendo, se não a visibilidade, uma maior liberdade na elaboração dos mais diversos textos. Exemplos claros disso eram o *The Pupil* de Jolumá Brito e *O Cometa*, de Júlio Mariano, que procuravam reproduzir em pequena escala o molde da “grande imprensa”, funcionando então como um divertido exercício de jornalismo.

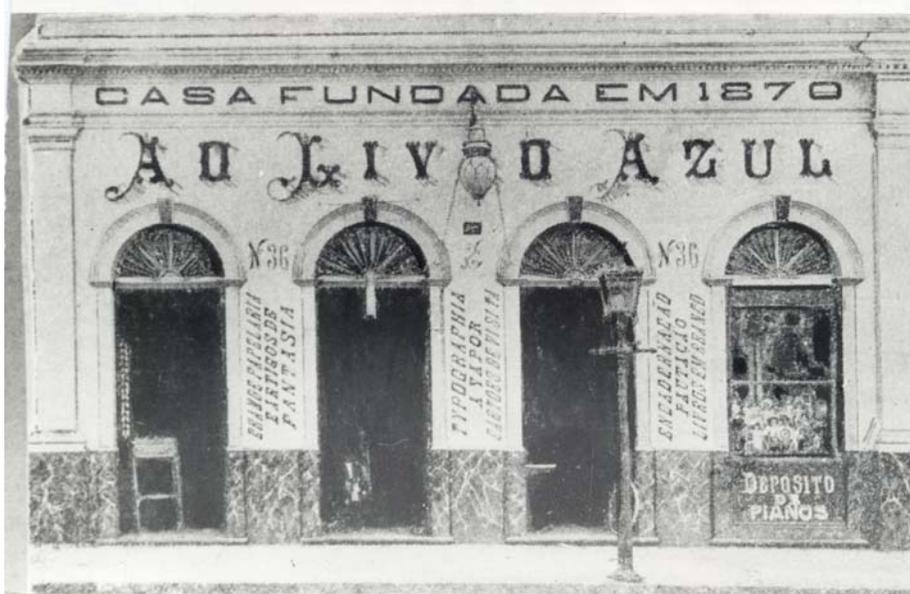


Figura 13 – De propriedade da família Castro Mendes, a Ao Livro Azul era uma conhecida tipografia e casa importadora da Campinas do início do século XX. Funcionava também como incentivadora das mais diversas atividades culturais.

Concomitantemente, os jornais de circulação diária passavam, então, por significativas transformações e a criação do *Correio Popular*, em 1927, atesta estas modificações, pois foi o primeiro periódico a já “nascer” com um novo formato - maior número de páginas e

⁹⁹Mendes, José de Castro. “A Casa Genoud”. Op.Cit.

utilização novas técnicas de impressão - fomentando ainda mais a competição com os rivais *Diário do Povo, Commercio de Campinas e Gazeta de Campinas*.

Os jornais buscavam também ser cada vez mais noticiosos, deixando progressivamente de lado a combatividade e a crítica, elementos característicos da imprensa no século XIX, e o que ironicamente tiraria cada vez mais dos jornais o espaço cultural em um futuro não muito distante, permitiu a Castro Mendes, Brito e Mariano o primeiro encontro com as redações, especialmente nas seções de reportagens e entrevistas, então novidades no Brasil, recentemente importadas dos jornais franceses (Miceli, 2001: 17).

Como veículo de comunicação, as revistas de variedades já estavam presentes no Rio de Janeiro e em São Paulo havia alguns anos e em Campinas as primeiras tentativas, na década de 1910, como *Monóculo, Princesa D'Oeste e Revista Campineira*, não foram além dos dez primeiros volumes.

Na década de vinte, porém, impulsionadas pelo barateamento das impressões, apareceram com maior força, percorrendo toda a década de 1930 como uma nova moda entre os intelectuais da cidade. Elaboradas principalmente por jornalistas iniciantes, as revistas ofereciam um espaço que muitos ainda não haviam conquistado na imprensa, permitindo que jovens intelectuais colaborassem com crônicas, contos, poesias e opiniões diversas.

Em 1921, o primeiro exercício de relativo sucesso, a revista *A Onda*, de Domingos Meirelles, alternava contribuições literárias diversas com crônica social, além de algumas imagens e desenhos. Foi também a primeira a divulgar a campanha modernista na cidade, principalmente por meio dos textos do literato Hildebrando Siqueira, então diretor do magazine.

A Revista *Nirvana*, de Sólton Borges dos Reis e Mário Gagliard, que circulou entre 1934 e 1938, era praticamente um órgão dos alunos da Escola Normal de Campinas e

estava aberta às mais diversas manifestações da juventude intelectual da cidade, dentre eles Bráulio Mendes Nogueira, Luís Horta Lisboa e João de Oliveira Toledo. Para facilitar e baratear sua impressão, os dois proprietários aprenderam o ofício de tipógrafo.¹⁰⁰

Já às vésperas do natal de 1932, foi lançada, por iniciativa do jovem jornalista Orlando Carpino, a *Campinas: Revista de Bairrismo e Actualidades*. Neste periódico, os leitores podiam conferir mensalmente “a vida da cidade”, por meio de colunas sociais e reportagens, com muitas fotos e ilustrações. Podiam também ler e enviar crônicas, contos e poemas ou divertir-se na seção de piadas ou com Eny, especialista em grafologia, que traçava um pequeno perfil psicológico do leitor a partir de sua grafia.

Debatendo-se contra um mercado ainda muito pouco receptivo e com alguns problemas internos, a *Campinas* rapidamente entrou em declínio e logo se tornou intermitente. O golpe de misericórdia poderia ter ocorrido com a morte de Carpino alguns anos depois de sua fundação, mas o poeta e jornalista Santos Junior assumiu o magazine e conseguiu manter a revista até 1937, quando acabaram de vez as atividades.¹⁰¹

Em 1938, Alarico Silva Lisboa, também jornalista, criou a *Palmeiras: Revista Mensal Ilustrada*, que permaneceria viva, ainda que intermitentemente (e em duas fases com diferentes nomes), até meados da década de 1950. Com formato muito semelhante da *Campinas*, a *Palmeiras* também contava em larga escala com as colunas sociais, estampando também fotos de recém-nascidos e casamentos.

Nestes magazines, cada um dos três autores teve a primeira oportunidade de exercer suas atividades intelectuais em maior escala, José de Castro Mendes como ilustrador da *Onda* e Jolumá Brito e Júlio Mariano como colaboradores da *Nirvana*. Na *Campinas* e na *Palmeiras*, Mariano e Brito já aparecem escrevendo textos de história. Estas duas revistas

¹⁰⁰ Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*, Op.Cit, pp.58-59

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

possuíam um grande diferencial em relação às suas concorrentes, pois investiram na idéia de propagandear a cidade de Campinas.

Brito, Mariano e Castro Mendes tiveram na imprensa o meio mais prolífico de difusão de seus estudos. Em um rápido apanhado, percebe-se a grande quantidade de seções permanentes escrita por eles nos jornais, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, algumas com duração superior a vinte anos.

Grande parte delas foi publicada no Correio Popular e no Diário do Povo, líderes isolados do mercado de jornais de Campinas desde que a Gazeta de Campinas fora “empastelada” em 1930; algumas outras em A Defesa, City News e Jornal de Campinas, “pequenos grandes” jornais da cidade que obtiveram razoável êxito no período, assim como também na rádio PRC-9 e nas mais diversas revistas de variedades da cidade.

De Jolumá Brito, “Histórias da história de Campinas”, “Campinas de ontem... mundo de amanhã” e “Os desmemoriados do Instituto”; de Júlio Mariano “Campinas de ontem”, “Ruas, praças e becos da velha Campinas”, “De Campinas de 1800 e tantos” e “No giro do tempo”; de José de Castro Mendes, “Documentário de duas épocas”, “Efemérides Campineiras”, “Isto não é história” e “Nas entrelinhas do tempo”.

Existiam ainda diversas colunas especiais, que abriam espaço para algum debate então em voga (como as séries “A fundação de Campinas” e “A História da Catedral” de Jolumá Brito) ou para a alguma data comemorativa, além daquelas que sem motivos especiais e sem pertencer a nenhuma série em especial, apareciam vez ou outra.

Assim, a linguagem jornalística e a noção do que era ser um jornalista representavam elementos fundamentais para a compreensão do que era ser um homem de história e são um ponto muito importante das trajetórias de nossos autores. A idéia do que era escrever a história da cidade passava necessariamente por uma lógica jornalística e, de acordo com esta visão, Jolumá Brito escreveu:

*O jornalista é o que mais se preocupa com as datas que lembram fatos, com as efemérides, com os fastos e o fastígio da pátria. Nessa luta de todo dia jamais ele esquece de rememorar não só os problemas atuais, como também volver seus pensamentos para trazer e trazer à tona dos fatos de agora aquilo que parecia morto e esquecido.*¹⁰²

Escrever a história da cidade era ofício, em primeiro lugar, do jornalista. Dever-se-ia ter os olhos no passado, no presente e no futuro e a geração de Brito, Mariano e Castro Mendes foi particularmente ativa em diversos setores da vida social da cidade. A história ensina, ajuda a prevenir os erros de hoje e amanhã, mas também a história é prova irrefutável da grandeza da cidade, pois se entende que o presente é o resultado do passado.

A história de Campinas deveria ser, portanto, mais uma atividade do homem público do que do intelectual recluso. Seus historiadores deveriam fazer parte da história da cidade e não apenas narrá-la, afinal, se eram bairristas deveriam dedicar-se a ela constantemente, conhecer seus problemas e, como um jornalista de mil olhos, estarem atentos aos mais variados aspectos para corrigir o errado ou ressaltar o certo.

A história da cidade era, portanto, tratada acima de tudo como material de divulgação para o maior número de pessoas e a maciça opção pelas “crônicas históricas” mostra a tendência à informação curta, rápida e de fácil “digestão”. As crônicas, conforme lembra Sandra Pesavento, sempre foram um gênero de grande aceitação popular e, entre os historiadores da primeira metade do século XX, eram uma forma de divulgar seus estudos sem a aridez e a profundidade dos longos tratados documentais (Pesavento, 1999: 180).

¹⁰² Brito, Jolumá. “Leopoldo, o cronista” in *Diário do Povo*, 12/08/1956.

No entanto, esta relação não parava por aí, já que o próprio fazer da história misturava teorias metodológicas à prática da imprensa. Como disse o jornalista Júlio Atlas, ao prefaciar o primeiro volume de *História da Cidade de Campinas*, o que muitas vezes se almejava era o “furo jornalístico da história”.¹⁰³

O ineditismo, o tal “furo jornalístico”, era algo que de certa forma norteava a produção dos nossos memorialistas urbanos. O fetiche pela documentação, pelo “achado” e pela “verdade” eram suas maiores ambições e representavam algo a ser perseguido constantemente. O documento seria então, a prova incontestável de uma descoberta, de um fato nunca antes citado ou de uma nova versão para um episódio já contado, fosse o “espiro de Carlos Gomes” ou um importante evento político. Como acreditava Júlio Mariano, “nem tudo que se publicou sobre a história de Campinas é certo”; achar e escrever o “certo” era uma das maiores preocupações.¹⁰⁴

3 - Biografia da cidade, biografia de si

Jolumá Brito foi, dentre os três autores, aquele que mais dedicou tempo às fontes documentais e ao que considerava a “forma correta” da pesquisa histórica: freqüentador de encontros e congressos, sócio dos Institutos Históricos e Geográficos Paulista e Brasileiro, sempre defendeu a noção de que “os estudos históricos se hão de fundar sobre uma larga base documental”, além de dizer dar “pouco crédito” aos testemunhos orais que não fossem os seus próprios.¹⁰⁵

¹⁰³ In Atlas, Júlio G. Op. Cit, p.I..

¹⁰⁴ Entrevista de Júlio Mariano ao Museu da Imagem e do Som de Campinas – MIS, 1985.

¹⁰⁵ Brito, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1955 (vol.1), pp.I-V. Ver também, Brito, Jolumá. “Histórias da história de Campinas” in *Diário do Povo*, 04/05/1972.

Era um aficcionado pela pesquisa em arquivos, além de ser um compulsivo colecionador de documentos, geralmente divulgados em seus trabalhos. Fazia viagens regulares ao exterior, especialmente para Portugal, onde passava semanas pesquisando sobre Campinas no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Contando também com a gentileza de seus patrões e colegas de trabalho, vasculhou incessantemente os cartórios da cidade.

Seus vinte e sete volumes de *História da Cidade de Campinas* representam a tentativa de contar toda a história da cidade e ele acreditava tê-lo feito, ainda que planejasse mais um ou dois volumes para finalizar a série. Escrito entre as décadas de 1950 e 1960 e financiado quase totalmente pelo próprio autor, *História da Cidade de Campinas* era fruto de uma reunião colossal de documentos retirados dos arquivos da Câmara Municipal, de jornais antigos e principalmente dos cartórios locais e foi dividido em sub-temas que seguiam mais ou menos uma ordem cronológica, da fundação da cidade até finais do século XIX.¹⁰⁶

Ele também foi um especialista em polêmicas das mais diversas, sempre envolvendo Campinas, sua “terra de coração” e na maior parte das vezes envolvendo seus trabalhos em um curioso contra-senso: a citação das fontes.

Há muito tempo venho notando que todo meu trabalho de mais de meio século de pesquisas, com referência a história de Campinas e de seus vultos eminentes, vem se repetindo pela boca de milhares de criaturas e reproduzido pelos jornais, sem que meu nome seja citado.

¹⁰⁶ Pelo primeiro volume de *História da Cidade de Campinas*, Brito recebeu, além de uma “congratulação oficial”, requerida pelo vereador e jornalista João Lanaro, um auxílio à publicação, por influência do também vereador de Adalberto Prado e Silva, graças a uma campanha de amigos jornalistas. No entanto, para o segundo volume, este auxílio foi vetado.

*Para ter o arquivo que tenho, li todas as atas da câmara municipal, todos os jornais constantes do arquivo do CCLA, (...) fui duas vezes à Lisboa e consultei documentos nos museus da Torre do Tombo e Ultramarino e de lá tirei microfilmes e documentos.*¹⁰⁷

Brito acreditava ter escrito toda a história da cidade e, como mostra a passagem acima, qualquer um que escrevesse a respeito de alguma passagem abordada ao menos de leve em seus livros, era tomado praticamente como um plagiador por não citar seu nome como autor de uma referência.

*Eu costumo, contrariando todos os historiadores, não citar a origem dos documentos que público (...) porque muita gente lê o que se escreve depois de tanta pesquisa em arquivos, cartórios etc (...) e nem se lembra de citar o nome de quem publicou dados tão corretos e positivos.*¹⁰⁸

Entretanto, Brito sempre teve como regra não citar suas fontes, mantendo apenas as referências aos outros estudos contemporâneos. A passagem acima é do início da década de 1970, mas desde o primeiro volume de *História da Cidade de Campinas*, feito em 1955, o autor já mantinha esta prática e sua lógica era muito simples: qualquer documento sobre Campinas da fundação da cidade até o século XIX tinha, necessariamente, passado por ele.

¹⁰⁷ Brito, Jolumá. “É fácil fazer história...” in *Diário do Povo*. Campinas: 08/10/1977. (Coluna “Bazar”)

¹⁰⁸ Brito, Jolumá. “Falando de História”. Crônica lida na PRC-9 no programa “Campinas de ontem...mundo de amanhã” no início da década de 70. O documento datilografado encontra-se no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp.



Figura 14 - Ao menos uma vez por ano, Jolumá Brito fazia viagens para fora do Brasil. Nesta foto, do final da década de 1970, estava em Lisboa, cidade que visitou algumas vezes durante sua vida, principalmente para consultar os arquivos da Torre do Tombo.

Seu comportamento em relação aos “achados” documentais era quase possessivo e por vezes chegava às raias do absurdo. Aproveitava sua coluna diária para desancar qualquer um que, de acordo com ele, tivesse utilizado “seus” documentos sem citá-lo, até mesmo um padre que durante uma missa, supostamente havia usado passagens de seu livro para falar sobre a construção da catedral da cidade.¹⁰⁹

Mas Brito não era exceção e em maior ou menor escala, este era um comportamento padrão dos nossos autores: raras foram as vezes em que algum documento era citado e existia um certo “ciúme” em relação às fontes. Cada achado se constituía em um prêmio e este esforço não deveria ser em vão. Nesse sentido, a influência dos institutos históricos e

¹⁰⁹ Brito, Jolumá. “É fácil fazer história.” Op.Cit..

geográficos do Brasil é latente. A influência da historiografia dita “tradicional” é algo que não pode ser descartado, uma vez que, partindo das fontes, elaboraram narrativas factuais, muitas vezes pouco críticas, entendendo que aquilo que o documento lhes “dizia” era uma verdade incontestável, de tal forma que tanto as fotos que Castro Mendes utilizava em seus trabalhos, como as atas e ofício de Mariano e os documentos cartoriais de Brito deveriam compor um retrato fiel do que havia acontecido na cidade (Schwarcz, 1989:10).¹¹⁰

Os três autores buscaram organizar e divulgar o grande conjunto documental disponível nos arquivos, para que fosse possível compor histórias mais completas possíveis de marcos e pessoas da cidade, construindo narrativas lineares, normalmente baseadas nos grandes ciclos econômicos pelos quais a cidade passou.

No entanto, é notória também e principalmente uma grande influência do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, assim como da historiografia paulista do início do século XX. Segundo Lilia Schwarcz, o IHGSP tinha como elemento diferenciador de seu homônimo nacional a busca por uma suposta “especificidade paulista”:

(...) ir buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem suficientemente abrangentes para construir uma historiografia marcadamente paulista, mas que dessem conta também do Brasil como um todo (Schwarcz, 1989:46).

De forma semelhante, existia a tendência de inserir Campinas nos amplos espectros do estado e da pátria, assim como deixar marcado, em uma ótica bairrista, aquilo que seria

¹¹⁰ Estevão de Rezende Martins mostra as diferenças entre os rótulos “positivista” e “tradicional” na historiografia moderna. Diz o autor: “Com efeito, o que se chama de “historiografia positivista” não deixa de estar interpretado por um equívoco persistente. Muitas vezes chama-se de positivista, sem mais nem menos, uma concepção da historiografia essencialmente narrativista, episódica (factual), descritiva, fruto de uma erudição bem à moda do séc. XIX. Na realidade, esse tipo de historiografia é o exemplo mais típico da “história tradicional”, mas não tem porque ser necessariamente confundido com a historiografia “positivista”. A historiografia positivista é a dos “fatos” estabelecidos mediante os documentos, indutivista, narrativa, por certo, mas também sujeita a um “método”. A escola que se costumava chamar de “positivista” pode ser também denominada — com mais propriedade — de “escola metódica”, já que sua preocupação número um é a de dispor de um método” (Martins, 2004:2)

próprio da cidade. Entendia-se que conhecer o passado da cidade era também e principalmente conhecer os grandes nomes, os grandes exemplos, que teriam legado inúmeras lições ao presente, aqueles que “fazem de nós o que somos hoje” e nesse sentido sempre faziam questão de enfatizar os episódios e os homens que demonstravam a grandeza de Campinas aos olhos do país, criando uma identidade local repleta de grandes heróis.

Talvez por esta razão, as “efemérides” eram um gênero mais do que popular entre eles. A reunião de datas e fatos importantes ocorridos na cidade foram inclusive transformadas por José de Castro Mendes em um livro de quase duzentas páginas, que relembra os feitos locais: a importância de Campinas no movimento republicano e seus dois principais personagens, Campos Sales e Francisco Glicério, a “Batalha da Venda Grande”, a vida do maestro Carlos Gomes, as visitas de Dom Pedro II, os grandes fazendeiros locais e outros tantos eventos que tinham a incumbência de inserir a cidade no todo da pátria, mantendo, contudo, uma individualidade local, uma marca característica que situava Campinas geográfica, política, econômica e socialmente no mapa do Brasil.

Mas além disto, as efemérides campineiras almejavam mostrar também passo a passo as “conquistas” urbanas, o momento das diversas “chegadas”: a primeira missa, o primeiro colégio, o início da iluminação elétrica, o primeiro telefone, a criação das companhias ferroviárias, tudo no sentido de compor em retrospectiva os diversos méritos de Campinas.¹¹¹

Entretanto, o conjunto da obra de Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes sobre Campinas foi marcado por uma prática bastante comum de se fazer história

¹¹¹ Mendes, José de Castro. *Efemérides Campineiras (1739-1960)*. Campinas, 1960.

na cidade desde as primeiras décadas do século XX, que cultivava, por um lado, esta tradição arquivística ligada sobretudo aos “mestres” Benedito Otávio e Leopoldo Amaral, assim como uma tradição memorial, que além de ter como representante Amaral e seu livro *Campinas Recordações*, teve também e principalmente em Rafael Duarte e sua obra *Campinas de outr'ora*, seu grande espelho. Impresso em 1905, *Campinas de outr'ora* fazia uma leitura memorialística da vida do autor na cidade durante algumas décadas do século anterior.

Havia nesse movimento pendular uma dupla temporalidade bastante evidente que obedecia a um critério um tanto simples: a história “vivida” e a história “não vivida” (e isto fica evidente em suas leituras da cidade), ou seja, ao escrever sobre a Campinas do século XIX para trás, utilizavam-se principalmente documentos e, deste ponto para frente, (a história do século XX) os trabalhos eram compostos principalmente por memórias.

Se os documentos eram testemunhos de um tempo passado “distante”, a memória, por sua vez, os colocava enquanto testemunhas vivas de um passado “próximo”, que, no entanto, desaparecia aceleradamente aos olhos e à sensibilidade daqueles que viviam o dia-a-dia da cidade.

Presentes em muito maior número do que as longas e áridas histórias documentais, mas menos nos livros e mais na imprensa, as memórias, conforme já dito, colocavam-nos como parte da história, ajudando a construir suas biografias tendo como palco principal a cidade, ao relembrar episódios considerados importantes de suas vidas e da vida urbana.

Por abordar um momento temporalmente muito próximo, o recurso à memória os eximia de qualquer erro, de qualquer omissão, afinal se tratavam de reminiscências, ou “retalhos” como José de Castro Mendes costumava dizer, muito embora, em larga medida, o uso da memória acabava por ser metodologicamente similar aos trabalhos documentais como um “registro” do passado.

Ao final, são duas biografias: a da cidade e a de si mesmo. Juntas, histórias documentais e memórias ambicionavam revelar o máximo possível do passado da cidade, do “ontem” ao “anteontem”, de um tempo de grandeza e de um tempo de dedicação e vivência.

Capítulo III

***A cidade, seus passados e seu presente: as leituras da Campinas de hoje,
ontem e anteontem***

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença de Maurília provinciana, não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi.¹¹²

¹¹² Calvino, 2003: 32.

1 – De Princesa à Rainha: uma cidade trepidante!

*Talvez seja por que os olhos vejam você transformando-se pouco a pouco e notem a ausência de velhas coisas que pertenciam à história do seu passado. Talvez seja por que o coração sinta também a falta dessas mesmas velhas coisas que estavam sentimentalmente vinculadas ao romance da própria vida que a gente começou a viver e a sentir...*¹¹³

Em artigo escrito para o primeiro número da *Campinas: revista de bairrismo e actualidades*, no início da década de trinta, o jornalista Santos Júnior celebrava aquilo que dizia ser o “advento novo da princesa”, ou, como traduziu algumas linhas depois, a “chegada do urbanismo à cidade”. Com euforia quase desmedida, o texto estampava a palavra “urbanismo” repetida diversas vezes em letras cada vez mais garrafais e afirmava, “vai ser uma realidade, um orgulho!”.¹¹⁴

É bem verdade que desde o final da década de vinte, uma intervenção no espaço urbano à moda das grandes cidades e capitais do país já vinha tomando forma, o que ficou ainda mais evidente quando foi elaborada a “planta cadastral” da cidade em 1929, seguida da implantação, pela prefeitura municipal, da Repartição de Obras e Viação, que institucionalizou “o aparato burocrático que iria conduzir o debate urbanístico local” (Santos, 2002: 239).

Entretanto, o empolgado articulista da *Campinas* se referia especificamente ao “Plano de Melhoramentos Urbanos”, do engenheiro Francisco Prestes Maia. Iniciado em 1934, quando aconteceu a contratação de Prestes Maia, e apresentado formalmente como

¹¹³ Silva, Sílvio. “Campinas que fica na saudade” in *Revista Palmeiras*. Campinas, 08/1945, p.22.

¹¹⁴ Junior, Santos. “O advento novo da Princesa”. *Campinas: Revista de Bairrismo e Atualidades*, Campinas: 13/05/1934, p.15.

regulamento em 1938, o plano, em linhas gerais, estipulava mudanças a longo prazo (entre 25 e 50 anos) e tinha como meta preparar a cidade para a industrialização em curso, montando um aparato que supostamente seria tanto a causa como a consequência de um desenvolvimento previsto.

O plano almejava também uma maior e melhor circulação, sobretudo na área central, pois propunha a abertura de avenidas radiais e perimetrais que facilitassem o fluxo na região, o que demandaria tanto a abertura de novas ruas como o alargamento daquelas então existentes. A valorização da paisagem e a busca por um espaço “limpo” acabariam por requerer umas tantas demolições e assim uma remodelação razoavelmente drástica na paisagem desta parte da cidade.¹¹⁵

A criação de novos bairros atenderia à especulação imobiliária e também a uma nova demanda do espaço, uma vez que o centro não deveria ser mais um local para se morar e sim uma área de convívio comum, administrativa e comercial, e por isso novos bairros e áreas de loteamento deveriam ser criados (Badaró, 1996: 49-155).

Como resultado do plano e de outros inúmeros fatores, fossem econômicos ou políticos, as décadas seguintes foram marcadas por grandes alterações na fisionomia e no “espírito” da cidade: largas avenidas abertas, novos bairros, novas tecnologias implantadas, maior fluxo de pessoas, mais iluminação...¹¹⁶

Campinas “trepidava”, segundo a então corrente analogia com o intenso movimento urbano, alusão não só à mudança física, mas também ao que era considerada uma transformação no ritmo da cidade, antes pacata e quieta, agora movimentada e barulhenta.

¹¹⁵ Histórico dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas - www.campinas.sp.gov.br/seplan/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf

¹¹⁶ Segundo Santos (2002: 246), “A década de 30 assistiria (...) à alavancagem da industrialização, a intensificação da urbanização e, conseqüentemente, a transformação do sistema político e, portanto, da própria gestão pública”



Desde 1937, vem sendo executado em Campinas o Plano de Urbanismo, elaborado pelo eng. Prestes Maia. Um dos seus pontos principais é a abertura da avenida Francisco Glicério, o que vem sendo feito dentro dos recursos disponíveis. A fotografia mostra um aspecto da nova avenida no cruzamento da mesma com a rua General Osório.

Figura 15 –Na *Monografia de Campinas* de 1955, a foto do cruzamento da Avenida Francisco Glicério com a rua General Osório. Como consta da legenda, o alargamento da avenida era um dos pontos principais do projeto elaborado por Prestes Maia e deveria substituir a rua Barão de Jaguará como a principal e mais movimentada artéria da cidade.

Aos olhos da crônica e de alguns campineiros mais exaltados, esta era a transformação que colocaria Campinas em pé de igualdade com a cidade de São Paulo. A busca por “ser grande” nortearia mais do que nunca grande parte da imagem que se quis criar a respeito da vida na Campinas da década de 1930 em diante, seguindo a idéia dos “anos loucos”, que já fazia parte do imaginário da capital há pelo menos uma década.¹¹⁷

Para completar, a cidade comemorou seu primeiro bicentenário em 1939, com direito a uma grande e luminosa exposição no terreno do Hipódromo Campineiro, além de uma programação de vários dias com apresentações especiais, como uma grande demonstração de educação física no estádio do Guarani Futebol Clube, com direito a cabo de guerra, ginástica sueca e uma enorme pirâmide humana.¹¹⁸

Mesmo assim, vinte anos se passaram depois do artigo de Santos Júnior e somente nos anos 1950 se afirmam estas transformações, por razões ligadas ou não ao plano, pois é quando começam a ocorrer modificações e intervenções mais drásticas dentro do cenário urbano, com o aceleração de um “bota-abaxo” campineiro que se manteria intenso por quase duas décadas, o que foi possibilitado principalmente pela lei 640 de 1951, que autorizou em larga escala os primeiros alargamentos das ruas da região central.

As gestões de Miguel Vicente Cury (1948-1951), Antônio Mendonça de Barros (1952-1955) e Ruy Hellmeister Novaes (1956-1959), como prefeitos municipais, foram marcadas por obras de grande vulto e impacto, como a construção de pontes, viadutos e o alargamento das ruas da área central, Francisco Glicério, Campos Sales e Senador Saraiva, transformando-as em avenidas, assim como a demolição da Igreja do Rosário, do Mercado

¹¹⁷ Nesse sentido ver Sevcenko (1992). Ainda que o próprio autor ajude a criar a imagem de uma São Paulo muito “trepidante”, é notório nos relatos coletados que desde o início da década de 20 os comentadores desta cidade já estavam embebidos por um discurso que deveria expressar a velocidade e o estranhamento de uma nova e moderna vida em curso.

¹¹⁸ “Os festejos do bicentenário de Campinas: a magnífica demonstração de physica apresentada domingo último pelos alumnos do Instituto Cesário Mota e do instituto Profissional Bento Quirino. O Luso Brasileiro vai comemorar a grande data” in *Correio Popular*. Campinas, 27/09/1939.

das Andorinhas e posteriormente, já na década de 1960, do Teatro Municipal Carlos Gomes, assim como de muitas outras construções, entre palacetes e casebres.¹¹⁹



Figura 16 - Na fotografia de Aristides Pedro da Silva, o V-8, parte do processo de demolição do Teatro Carlos Gomes em 1965 (arquivo CMU)

Muito embora o urbanismo tenha, de um jeito ou outro, irremediavelmente realmente “chegado” à cidade, o que o articulista da *Campinas* jamais poderia prever era como, em boa parte, estas transformações teriam peso até mesmo na corrente construção da história local e como, por meio dela, seus escritores acabaram por elaborar uma série de imagens (iconográficas ou não) da cidade que perduram até hoje, conforme o trecho do trabalho de Antônio Carlos Cabral Carpinteiro (1996: 13), em seu livro *Momento de Ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*, assim descreve este momento:

¹¹⁹ Para se ter uma idéia, as demolições do teatro e da igreja são assuntos até hoje repisados pela imprensa e pela historiografia da cidade, que talvez ainda não tenham conseguido “digerir” a perda. Ambas as construções acabaram por se constituir nos “marcos” deste tempo de transformações. Parte das fotos de Aristides Pedro da Silva, o popular “V-8”, a respeito destas demolições encontra-se no arquivo do Centro de Memória da Unicamp. Para maiores informações, consultar o trabalho de Carpinteiro (1996), assim como a coletânea de Sônia Fardim. *Fragments de uma demolição: História Oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, SMT/MIS, 2000.

A década dos cinquenta em Campinas se apresenta, na memória urbana, como um momento de ruptura. É um momento de transformações profundas na estrutura e na forma da cidade, quando se acelera a implantação industrial, o crescimento da população e a expansão da área urbana.

Um “momento de ruptura”. A feliz expressão de Carpinteiro revela aquilo que nas macro análises econômicas da cidade aparece como a passagem definitiva da cidade comercial para a cidade industrial, o que coincide com o que os arquitetos qualificam como a passagem definitiva da cidade de taipa para a cidade do concreto.¹²⁰

Entretanto, em um olhar mais aproximado, pode-se perceber como se criou a idéia do “momento de ruptura” que, se por um lado tem óbvia relação com as mudanças estruturais e com o grande contexto brasileiro e mundial (quebra da bolsa de valores, era Vargas, segunda guerra mundial, industrialização do Brasil, governo JK e assim por diante), por outro se revela caro à percepção daqueles que se colocavam como interlocutores urbanos e que, no cotidiano, forçaram e reforçaram uma idéia da cidade e de suas transformações.

¹²⁰ Ver principalmente: Semeghini (1991) .



A majestosa Catedral de Campinas, testemunha imperecível da confiança que no futuro da sua terra depositavam os campineiros que a projetaram nos princípios do Século XIX. Em 1878, data da fotografia ao lado, era como um marco gigantesco, que se destacava muito alto, a dominar sobranceira o cenário que se derramava pela sua colina em que se localizava o centro comercial da cidade.

Hoje, o belo templo de fé mal se distingue entre as grandiosas construções que transformaram a fisionomia urbana de Campinas e que surgiram levantadas pela operosidade daqueles que se mostraram dignos da confiança dos passados construtores da grandza da cidade.



Figura 17 - A *Monografia de Campinas*, editada em 1955 com apoio da prefeitura de Antônio Mendonça de Barros é um bom exemplo dos novos álbuns de propagandas de Campinas que antes haviam tido seu auge nas décadas de 20 e 30, especialmente no centenário da Independência do Brasil em 1922 e na primeira comemoração do bicentenário em 1939.

Nela, vemos os primeiros passos da ampla difusão das fotografias aéreas que ajudavam a ditar o ritmo das propagandas de Campinas. A “visão panorâmica” propagada especialmente pela câmera do fotógrafo Gilberto de Biasi permitia ver o crescimento horizontal e vertical da mais populosa área da cidade: o centro. As duas fotos acima têm como tema o “sumiço” da catedral, que antes dominava as panorâmicas, do mapa da cidade, fato que por si só deveria atestar o intenso crescimento urbano.

A euforia em relação ao progresso e a iminente perda de identidades locais esquentavam um discurso bairrista que andava um tanto esquecido nas décadas anteriores. A busca por aquilo que seria único do passado campineiro, os grandes homens e os eventos marcantes, reaparecia intensamente, com especial enfoque nas raízes urbanas, supostas explicações para o momento vivido.

As revistas *Palmeiras* e *Campinas: Revista de Bairrismo e Actualidades*, foram as principais expoentes, ainda na década de 1930, de um discurso ufanista, que buscava celebrar a cidade em todos seus aspectos (o que é perceptível pelo nome dos periódicos), entre eles o passado urbano, e as seções de história destas revistas ajudaram a abrir novas possibilidades para os historiadores de Campinas.

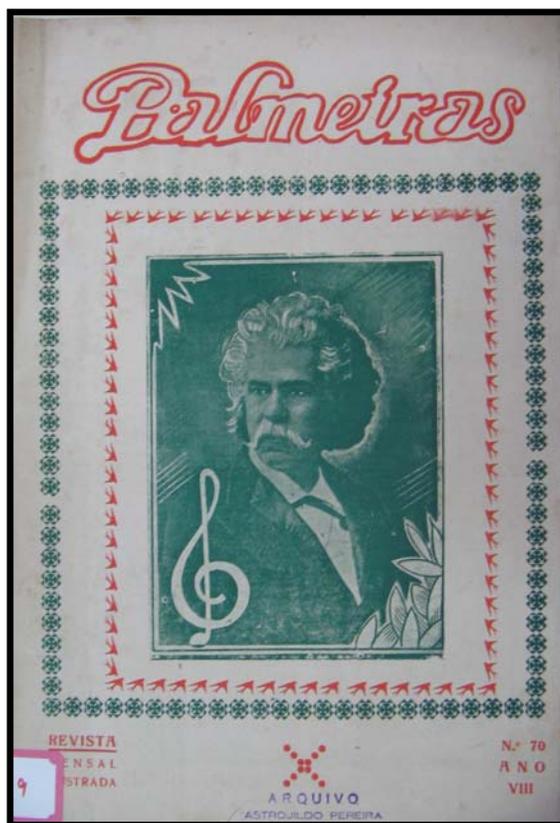


Figura 18 - O número 10 da Revista Palmeiras tratava quase que exclusivamente do centenário de nascimento de Carlos Gomes. A Palmeiras foi um dos primeiros periódicos a dedicar grande espaço para a vida da cidade e representava a mais pura celebração dos marcos do passado e do presente da “Princesa D’Oeste”. (Arquivo Edgar Leunroth/Unicamp)

Um pouco mais tarde, já na década de 1950, veio o “boom” historiográfico na cidade: o mito de Carlos Gomes reaparecia com força, marcado desde o início do ano de 1950, com a criação da “Semana Carlos Gomes” que, ao contrário do fiasco da “Semana Campos Sales”, é comemorada até os dias de hoje. Via-se, nos mais fugidios sucessos, uma ligação para uma boa história. O passado aparecia como a explicação mais sensata para as diversas conquistas urbanas, como um plano traçado pelo destino desde muito antes.

É bem verdade que esta busca constante pela história foi impulsionada também pelas comemorações do quarto centenário de São Paulo¹²¹; Campinas não poderia ficar atrás, era necessário, ou, segundo muitos, justo, inscrever o nome da cidade na história e, nesse quesito, existia uma competição marcante, que se atinha à idéia de que Campinas havia impulsionado, principalmente durante o século XIX, todo o estado, pois havia sido o principal pólo econômico e político da região.

Este movimento era principalmente preconizado pela elite letrada da cidade e encontrava na imprensa seu principal meio de divulgação, especialmente nos assuntos relacionados à história, uma vez que estes, além de não terem qualquer custo, eram disseminados a um maior público e, ainda que as editoras Maranata e Saraiva publicassem alguns trabalhos, é no mínimo irônico perceber como muitas vezes os bairristas campineiros tiveram que recorrer à cidade de São Paulo e até mesmo ao Rio de Janeiro para a impressão de livros, onde o mercado era mais receptivo e as edições, mais caprichadas.

Nos jornais, o cenário era bastante semelhante. No entanto, como um veículo de maior longevidade, as seções relacionadas às transformações e à história da cidade eram mais estáveis e duradouras e, ao contrário do que se possa pensar, nelas, muitas imagens, de desenhos a fotografias, foram veiculadas.

¹²¹ Nesse sentido ver: Lofego, 2004: 156-174.

O *Diário do Povo* e o *Correio Popular*, únicos sobreviventes dos empastelamentos do biênio 1930-32, dominaram o mercado por décadas, alternando-se um ou outro como líder de mercado, sendo, por esta razão, aqueles que mais vezes “falaram” sobre a cidade e possuíram, em seus quadros, grande número de especialistas sobre o passado da cidade. Mesmo assim, existiram outros jornais de média duração, como *A Defesa*, que circulou por dez anos, o *Jornal de Campinas* e o *City News*.

Pela imprensa, também vemos afirmarem-se com força os marcos de uma formação discursiva muito característica da intelectualidade campineira da época, autoelegendo-se porta-voz do “sentimento” dos habitantes da cidade em relação às intensas mudanças.



Figura 19 - Esta foto é parte do artigo de capa de um exemplar do jornal *City News* em 1967 e mostra o Edifício Santana (um dos marcos simbólicos da nova Campinas), o primeiro “arranha-céu” da cidade, construído em 1936 e que se encontrava em estado de abandono. A legenda que acompanha a imagem é uma espécie de propaganda referente ao progresso urbano. Segundo o jornal, o prédio era uma das

referências das primeiras mudanças urbanas, mas àquela época já havia sido substituído por inúmeros outros “marcos arquitetônicos”. Sendo assim, o Santana encontrava-se hoje “perdido em meio à floresta de cimento armado”, o que, segundo a chamada, seria apenas uma consequência da “ordem natural das coisas”.¹²²

O passado e o presente mais do que nunca estão ligados. De um lado, era a “cidade tudo” - pioneira na aviação, grande centro hospitalar e educacional, comparável, segundo os mais entusiasmados, a Oxford!¹²³; de outro, uma terra com um passado de que todos deveriam “se orgulhar” e por isso cuidar em manter vivo. Era uma cidade que agora tinha como cartão de visitas tanto sua secular catedral como o “enorme viaduto Miguel Cury”, que passava de “Princesa” à “Rainha”.¹²⁴

Como membros desta imprensa, e por serem homens “do passado” e “do presente”, Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes estavam na hora e no lugar certo para criarem e divulgarem diversas imagens da “Princesa” e da “Rainha”; como veremos a seguir.

2 –Dom Diabo na urbs blasé

*A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia de progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha.*¹²⁵

¹²² O caso do *City News* é exemplar no sentido de entender como a imprensa pensava a cidade, especialmente a partir da década de 1950: criado por um grupo de jornalistas, o periódico deveria expressar a “modernidade” que a cidade havia alcançado, entendida aí como o resultado de anos de transformação aliado a um crescimento físico e populacional. O próprio nome em inglês sugere urgência no movimento incessante da redação e a enxurrada de notícias em primeira mão que somente uma “metrópole” poderia produzir.

¹²³ “Universidade de Campinas” in *Revista Palmeiras*, ano XIV, nº110,, 03/1953, p.64, .

¹²⁴ “Campinas, cidade que já é rainha”. In *City News de Campinas*, 12/10/1969.

¹²⁵ Benjamin, Walter. “Teses sobre o conceito de História” (tese 13), 1940, p.5.

A concepção moderna de progresso, de acordo com Le Goff (2003: 235-283), desenvolveu-se durante os séculos XVI e XVIII, mas está especialmente ligada à Revolução Francesa, o que se constitui em um paradoxo, uma vez que a idéia de progresso supõe continuidade, uma linha contínua e evolutiva, e os eventos da França marcam, mais do que quaisquer outros, uma grande ruptura.

O inglês Robert Owen, em 1814, e o filósofo francês Guizot, em 1829, foram os primeiros a aproximar progresso à idéia de civilização (em sua concepção evolutiva) como algo benéfico, um meio para a felicidade e para o conforto da humanidade.

Posteriormente, ainda de acordo com Le Goff, pensadores e cientistas ampliaram, na mesma direção, o escopo do progresso, vinculando-o à sociedade industrial, como fez Augusto Comte, e também à própria fisiologia do ser vivo, notadamente com a teoria da evolução de Darwin e as teorias raciais do darwinismo social.

No século XX, o conceito de progresso passou a enfrentar duros críticos, especialmente no que se refere à sua definição como “andar para frente”, relacionando-o a um suposto avanço da vida em sociedade, e para seus antagonistas, as guerras e a ascensão dos governos extremistas tendiam apenas a reforçar que suas conseqüências para a humanidade caminhavam na direção oposta ao que se pensava.

No debate sobre as leituras do urbano, a questão do progresso aparece com força (estritamente vinculada às transformações urbanas do final do século XIX, início do XX) e busca-se compreender o papel de cronistas, memorialistas e historiadores das cidades - normalmente “espectadores privilegiados” – na formação de uma “opinião” (Bresciani, 1999:29) a respeito das mudanças de suas cidades.

Sandra Pesavento (1999: 181) mostra que “o progresso - e com ele a transformação urbana - é entendido como inexorável, ao passo que o conceito de tradição se relaciona com um alerta à consciência nacional para a preservação dos monumentos do passado, da

memória e do patrimônio cultural da cidade”. Como diz a autora, essas duas concepções não precisam ser necessariamente excludentes, mas, ao contrário, podem aparecer “de forma combinada, no binômio conservação-mudança”.

A idéia de que há este movimento pendular na relação dos “leitores” (neste caso os memorialistas urbanos) com o progresso urbano aparece também bastante evidente em Brefe (1993: 12), quando a autora fala sobre a “tentativa de registrar a nova composição urbana e preservar o passado” e aponta, assim, para um elemento importante da visão dos memorialistas: o passado, o presente e a necessidade de se criar interligações entre eles.

Entende-se então o progresso como o citado “momento de ruptura”, quando se torna necessário preencher um espaço vazio e se evidencia, nos relatos, a criação de novas e distintas temporalidades, em que se separam novo e tradição (Lofego, 2001: 28).¹²⁶

No entanto, voltemos aos autores de Campinas para entender, assumindo que exista mesmo este movimento pendular, a razão dele existir e aparecer em suas memórias e em suas leituras da cidade que tentavam dar conta das transformações urbanas da cidade dos Barões.

Como foi mostrado anteriormente, Brito, Mariano e Castro Mendes reconstruíram a própria vida pautados em uma noção de progresso, uma escalada linear da vida que de certa forma aproximava progresso a uma forma de evolução.

De certa forma, entendia-se mesmo o progresso como um resultado “natural” da vida. José de Castro Mendes, ao menos, o entendia como algo inevitável, que ele, inclusive, taxava como sendo a “ordem” da humanidade, conforme anuncia na já celebre frase da “caminhada afetuosa”, parte de sua primeira coluna da série “Retratos da Velha Campinas”:

¹²⁶ Nesse sentido ver Brefe (1993: 14), quando a autora fala em “ruptura de tempos distintos” e também Lofego (2001) ao mostrar as diferentes temporalidades na obra de Ernani Silva Bruno.

Para frente é a ordem que leva a humanidade ao encontro de seus desejos (...) um dia após o outro em perpétua evolução, mas o passado, esse fica dentro de nós como o bálsamo da velhice.

Recordar é viver, e estas despreziosas mas espontâneas crônicas traduzem (...) uma caminhada afetuosa pelos anos de minha juventude relembrando coisas de Campinas, minha bem amada terra natal.¹²⁷

Contudo, o termo “progresso” aparece, nas leituras que os memorialistas tecem da cidade, intimamente ligado ao início das transformações urbanas em Campinas, ou seja, progresso e urbanismo são vinculados indissociavelmente para descrever uma experiência que tem seu início na década de 30.

A partir daí, vê-se uma construção temporal marcante e especialmente cara à produção das histórias da cidade entre os anos quarenta e setenta, que adota este momento - a década de 1930 – como um marco que define e separa o presente do passado da cidade.

Ainda, a noção de que existia uma escala evolutiva da cidade permite definir com razoável clareza a formação de outro passado, pois em suas leituras também se separava a cidade do “ontem” daquela de “anteontem”, pautando-se também em melhoramentos urbanos, desta vez, entretanto, por uma noção “campineira” de modernidade e, muito embora não utilizassem o termo como um conceito, é ele que pode nos dar uma melhor idéia a respeito da formação desta separação temporal.

Uma crônica bastante conhecida, de autoria do jornalista Henrique de Barcellos, português radicado na cidade e com uma longa trajetória na imprensa local, define a cidade no período anterior à década de 1870 - período da criação da Companhia Paulista e de

¹²⁷ Mendes, José de Castro. “Reminiscências da Cidade” (série “Retratos da Velha Campinas”) op. cit., 1945.

inúmeros outros melhoramentos que “ligaram” Campinas ao resto do estado - como uma “mesquinha aldeia” e acrescenta:

*Era escasso o calçamento das ruas, não havia iluminação e a aparência geral das casas desagradável. Quebrava essa monotonia apenas oito casas de sobrados.*¹²⁸

Este era um tempo em que boa parte da população da região ainda se concentrava nas fazendas e a cidade servia mais como posto de trocas e centro administrativo do que propriamente um local de moradia, trabalho e diversão, ao menos para as tradicionais famílias locais que ainda não haviam se estabelecido definitivamente e estavam apenas começando a erguer seus palacetes.

Ainda que José Roberto do Amaral Lapa (1996) defina em seu estudo o ano de 1850 (construção do teatro São Carlos, o primeiro da cidade) como o marco definidor da chegada da modernidade à Campinas, num processo que se aceleraria nas últimas décadas daquele século, foi nas primeiras décadas do século seguinte que as maquinarias da modernidade abraçaram de vez a área que compreende principalmente o centro da cidade.¹²⁹

Após as epidemias de febre amarela entre os anos de 1889 e 1896, Campinas, passou também por um processo de higienização e relativo remodelamento, especialmente em sua região central, ambicionando retirar, ou esconder, a sujeira, vista por todas as correntes médicas como a principal causadora da doença: as praças, especialmente o então Largo Carlos Gomes, conhecido como o Largo do Lixo são reformadas, córregos são fechados e as regiões pantanosas são drenadas (Lapa, 1996: 243-339).

¹²⁸ Barcellos, Henrique de. “Campinas em 1869”, in *Gazeta de Campinas, 1897*.

¹²⁹ O conceito de modernidade é amplo e complexo. De acordo com Giddens (1991: 11), refere-se a “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”; nesse sentido, vale lembrar que “chegada” é uma analogia, visto que a modernidade não aportou fisicamente em Santos e rumou ao interior.

Para os memorialistas urbanos, era uma cidade que, numa frase que qualquer um dos autores poderia ter dito, reunia a intensidade de uma capital com a tranquilidade do interior.



Figura 20 - Foto da Praça Bento Quirino em 1925 no suplemento “História da Cidade de Campinas”, de José de Castro Mendes. O cuidado com a arborização e com o desenho da praça era, na época da imagem, fato relativamente recente e emprestava à Princesa D’Oeste que se divulgava nos álbuns e nos cartões postais ares de uma cidade calma, muito embora moderna, planejada e, sobretudo, limpa.

Esta era a imagem de uma *Belle Époque* campineira. Uma cidade imaginada, descrita e até fotografada com um “charme” cheio de romantismo, onde ainda se “namorava à sombra dos postes” e, como lembrado por Júlio Mariano na crônica “Campinas de há 50 anos”, ao descrever Campinas no ano de 1927:

No todo, o que se descortinava à distância, da Campinas da época, era uma visão de cromo, deliciosamente romântica (...) e completando o romântico desse quadro-cromo, nas tardes campineiras o dourado-e-violeta do crepúsculo era ponteadado com

*as muitas centenas, ou muitos milhares, de andorinhas em revoada!*¹³⁰

Ou, de acordo com Castro Mendes:

*Até o primeiro decênio deste século, Campinas apresentava-se com aquele aspecto característico dos velhos tempos, marcada pelos traços provincianos e coloniais, que nortearam os moldes de sua formação (...) ruas estreitas e mal calçadas, becos com pouco mais de dois metros de largura, quintais imensos cercados pelos rústicos muros de taipa e o casario baixo, de beiral, onde imperava o pau-a-pique, cuja altura uniforme era quebrada de longe em longe, pelo vulto dos sobradões brazonados.*¹³¹

Colocação semelhante é mostrada por meio de imagens na série “Visão em dois tempos: Campinas de Ontem e de Hoje” elaborada por José de Castro Mendes para o jornal *Correio Popular* no início da década de 1960 consegue condensar alguns dos acordes desta toada, justamente por revelar, por meio de imagens, como se guiavam sensibilidades e olhares ao “ontem e hoje” da cidade.

Reunindo duas fotos tiradas de um mesmo ponto em duas épocas distintas (as duas primeiras décadas do século XX e outra na década de cinquenta), a série tinha como objetivo a seguinte inversão: ao “mostrar os quadros” da cidade do ontem, enfatizando o que já não existia, pontuava as reformas urbanas e, principalmente, celebrava o que havia permanecido ao longo dos anos, com ênfase às construções e aos traçados das ruas.¹³²

¹³⁰ Mariano, Júlio. “Campinas de há 50 anos: quando se fundou o *Correio Popular*” *Correio Popular*, Campinas: 04/09/1977.

¹³¹ Mendes, José de Castro. “Campinas de ontem e de hoje: contrastes, personagens e empreendimentos que figuram na história da ex-província de São Carlos – costumes e hábitos da gente de outros tempos”. (série “Documentário de duas épocas”). *Correio Popular*, 21/03/1954.

¹³² Mendes, José de Castro. “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje” In *Correio Popular*, 24/01/1960

As imagens de “Campinas de ontem e de hoje” direcionam o olhar principalmente às regiões mais antigas e que também foram aquelas mais alteradas pelas reformas durante as décadas anteriores, possíveis testemunhas da cidade que se transforma em uma metrópole. As fotos do “presente” são pouco comentadas, fazendo com que o espectador/leitor tirasse suas próprias conclusões, porém, já “munido” de informações a respeito de como o local era no passado.

Nas imagens, a transformação e a modernização se explicam sozinhas. Qualquer um deveria ser capaz de perceber a presença de novos e altos prédios, de ruas alargadas, movimentadas e barulhentas. O passado não, este estava escondido ou até mesmo inexistia. Era preciso apontá-lo e decifrá-lo.



Figura 21 - A rua Conceição no final da década de dez e no final da década de cinquenta.

Assim, é importante que se entenda que, a rua Conceição (figura 21) atual com seus “arranha-céus” que praticamente “engoliam” a igreja Nossa Senhora da Conceição, um marco arquitetônico e visual definidor da cidade, ainda preserva à direita “um prédio baixo onde funcionava a Confeitaria Tolle” e um sobrado “antes ocupado pelo Restaurante Ideal”,

mas em sua parte esquerda, o grande “sobrado de esquina com a rua Barão de Jaguará”, o “prédio do Teatro Rink construído em 1914” e a “antiga sede do Centro de Ciências, Letras e Artes” foram demolidos para o alargamento da rua.¹³³



Figura 22 - A esquina das ruas (depois avenidas) Francisco Glicério e Campos Sales.

As imagens referentes às Avenidas Francisco Glicério e Campos Sales (figura 22) e ao Largo do Rosário (figura 23), mostram o intenso contraste entre os dois tempos, mas não deixam de provar uma certa vocação de cada um dos logradouros, além de se mostrarem como retratos “comportamentais” de diferentes épocas.

¹³³ Mendes, José de Castro. “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje” In *Correio Popular*, 26/06/1960.



Figura 23 - Largo do Rosário, 1895 e 1960.

No cruzamento das duas avenidas, dois marcos da cidade e de sua transformação que carregam na própria nomenclatura duas personagens importantes do passado, os “pioneiros da república”.

A área foi uma das primeiras a ser reformada, surgindo o “gigante de cimento armado” no local onde antes era um banco. Como não podia deixar de estar ressaltado, este cruzamento já era capaz de revelar, em 1901, que uma cidade “progressista e centro de agrícola de notável importância”, apesar de ainda contar com “modestos calçamentos de paralelepípedo” e linhas para bondes de burro.¹³⁴

O Largo do Rosário (figura 27), o “coração da cidade”, aparece em dois momentos de remodelação. O primeiro, no início do século, quando havia recebido seu chafariz,

¹³⁴ Mendes, José de Castro. “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje” In *Correio Popular*, s/d.

reflexo dos cuidados iniciais com o local, enquanto o segundo remete à reforma feita pelo arquiteto Renato Riguetto (Uhle, 2006: 112). O chafariz, retirado do “novo” largo, atesta a mudança dos tempos, em que tal utensílio servia apenas como elemento decorativo e não mais para prover o “precioso liquido” para homens e animais.¹³⁵

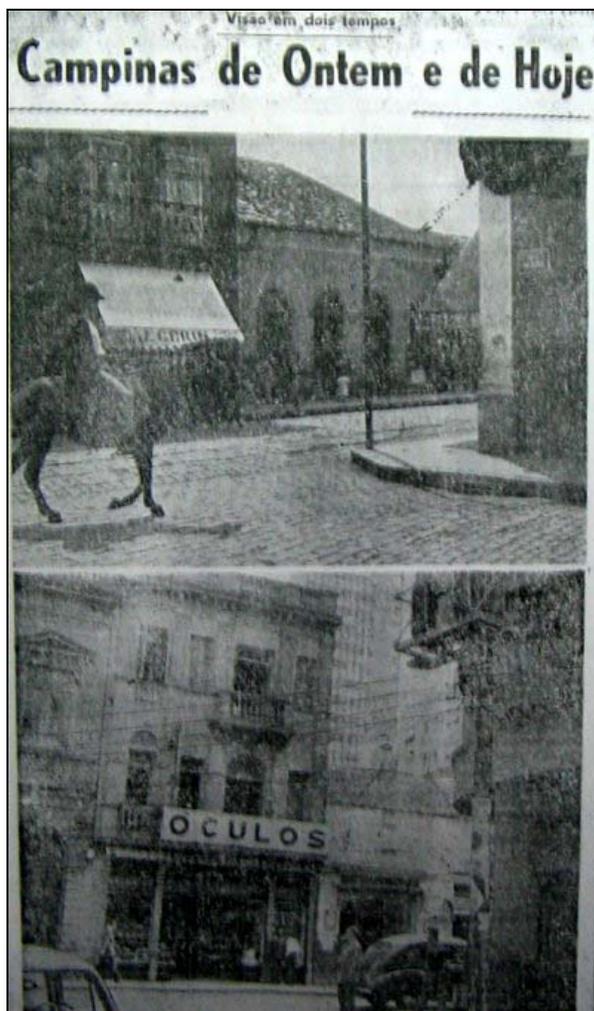


Figura 24 – Rua Barão de Jaguará, início do século XX e meados da década de 50.

Já a rua Barão de Jaguará (figura 24) confirma, mesmo com a passagem do tempo sua vocação para o comércio, para o movimento, antes movido a cavalos, hoje a

¹³⁵ Mendes, José de Castro. “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje” In *Correio Popular*, 14/08/1960.

automóveis e, curiosamente, a joalheria de J.Gerin (com o toldo) que vendia entre outras coisas, óculos, é substituída por uma loja com a mesma função.¹³⁶

No entanto, a rua que aparece na década de 50 modernizada, livre das enxurradas constantes que faziam “a alegria dos moleques” e “o terror dos comerciantes”, perdeu parte de seu charme. Desapareceram os tradicionais bares e cafés, ponto de encontro dos intelectuais, as casas tipográficas e importadoras e o comércio, antes de influência francesa, passou a ser composto por lojas de departamento.

Nas leituras, esta Campinas apresentava, sob a ótica destes autores, o duplo movimento de um processo de transformação, afinal, apesar dos ares bucólicos era também uma cidade que possuía um centro comercial movimentado, com suas casas importadoras, seus bares, cassinos e cafés, onde, no entanto, a mesma energia elétrica que propiciava os mais variados divertimentos noturnos, ajudava a mover o bonde da Tração pelas áreas de escuridão da cidade, que ainda tinha seus “fantasmas”, conforme o “causo” que Mariano contou em seu livro *Badulaques*:

Afirmam as pessoas mais entradas em anos (...) que em uma noite escura, a desoras, na qual se ouviam tão somente o uivar de cães na barroca da Santa Cruz do Palheiro e o crocitar das corujas nos galhos das amoreiras ao longo da avenida que conduzia à necrópole, por aquele ermo rodava o bonde da Tração, pinchando luz viva na via de sombras, onde de prédios só existia um único, o do casarão velho abandonado que fora hospital de isolamento ao tempo da febre amarela.

¹³⁶ Mendes, José de Castro. “Visão em dois tempos: Campinas de ontem e de hoje” In *Correio Popular*, s/d.

Chegado o bonde, aquela noite, frente ao portão do Cemitério – fato estranho! – encontrou como passageiros para o retorno à cidade duas mulheres trajadas de preto e de véu escuro enfumando-lhes o rosto.

Isto, porém, há uns bons cinqüenta ou sessenta anos. Hoje, o Cemitério do Fundão em Campinas, que passou a chamar-se da Saudade, assim como a avenida que lhe serve e inteiramente povoada, pode proporcionar passageiros aos ônibus que por ali trafegam até de madrugada, sem mais receio de assombração.¹³⁷

Também, como ressaltado no capítulo anterior (talvez por uma imagem criada pelos próprios autores; quem disse que este trabalho está imune?), este era um período designado como de efervescência cultural, resultante, em parte, de uma série de melhoramentos tecnológicos.

Nesta cidade, mostra um cinéfilo Castro Mendes, não apenas se assistia às aventuras de “Tontolini, Max Linder e Carlitos” como também se faziam filmes, com as três produtoras locais que nos anos vinte adaptaram alguns livros para a “telona”, devidamente exibidos nos recém abertos cinemas locais, como o Voga, República, Radium, Rink e Coliseu, um ex-palco para touradas adaptado para a sétima arte.¹³⁸

Ao mesmo tempo, formava-se, segundo Mariano, uma imprensa cada vez mais forte e repleta de jovens que buscavam seguir os passos dos grandes mestres.¹³⁹ Iniciava-se até mesmo uma era do rádio na cidade, da qual, como dito, Jolumá Brito foi um dos personagens principais e posteriormente historiador. Inclusive, ele dizia acreditar que o

¹³⁷ Mariano, Júlio. “Estórias de uma rua que nasceu das flores” in *Badulaques*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, pp.13-14.

¹³⁸ Mendes, José de Castro. - "A indústria cinematográfica em Campinas" in *Correio Popular*, 19/03/1961 (série Retratos da Velha Campinas).. Ver também o “O Cinematógrafo em Campinas” ao final do livro *Efemérides Campinas*, Op.Cit., pp.125-142.

¹³⁹ Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*, op. cit.

aparelho de rádio havia sido inventado não pelo italiano Marconi, mas pelo padre Landell de Moura, pároco da cidade no final do século XIX.¹⁴⁰

Ou seja, se o “hoje” é tempo de “agito” e de “trepidação”, o passado recente (o “ontem”) é mostrado como tempo de relativa quietude, sem que isso significasse necessariamente atraso. Muito pelo contrário, significava “vocaçãõ”.

De acordo com a leitura dos memorialistas, habitantes que encontraram ambiente privilegiado na cidade do ontem, Campinas já mostrava um movimento que antecipava o progresso, como é descrito por Júlio Mariano o ano de 1912, quando ocorreu a troca dos bondes de burro para os elétricos:

*(...) Campinas já não andava a passos e nem a trotes de burros, na senda do progresso, corria a bom correr, sobre rodas elétricas!*¹⁴¹

Negar esta vocação da cidade é também negar a própria vocação, pois, sobretudo, e há de se reforçar isto, este era o tempo de suas juventudes, o tempo dos primeiros passos, quando se iniciava a caminhada afetuosa; esta era a época em que Brito ainda distribuía jornais pelas ruas ¹⁴², ou que Castro Mendes encontrava “os melhores professores do Brasil” na escola Francisco Glicério ¹⁴³ e Mariano se politizava, aprendia um ofício e de quebra gramática ao entrar no mundo de mil recursos das tipografias.

Assim, à sensibilidade dos memorialistas urbanos, o espaço de trinta anos foi suficiente para que se construísse um relato que desse conta daquilo que era o resultado da enorme transformação pela qual Campinas (e suas vidas), como Mariano mostra em palestra proferida ao Rotary Clube em 1945:

¹⁴⁰ Brito, Jolumá. Depoimento para os autores de “A era do Rádio em Campinas”, op. cit, p. 6. Manuscrito disponível no arquivo do Centro de Memória da Unicamp.

¹⁴¹ Mariano, Júlio. *Do bondinho da Carril ao Elétrico da Tracção*. Palestra proferida na reunião-almoço do Rotary Clube de Campinas em 25/11/1943 e Impresso pela Typographia Genoud, p.7.

¹⁴² Brito, Jolumá. “Bazar” in *Diário do Povo*, Campinas: 09/071957.

¹⁴³ Mendes, José de Castro. “A Escola” (série Retratos da Velha Campinas) in *Correio Popular*, Campinas: 1945 (s/d)

(...) experimente alguém puxar pelo fio da memória e recordar tipos e aspectos de um quarteirão só, dessa rua - o que vai, por exemplo, da rua Barão à rua Dr. Quirino - e verá, por certo, tudo em diferente. Mudança completa nos homens, nos costumes, mudança nos negócios e nos prédios. Uma criatura imaginando que perambula por esse pedaço de rua, lá pelos anos distantes de 1910 a 1915 - quando no hoje prédio "Drogasil" o que havia era a casa Genoud, ainda uma casa baixa, de muitas portas e beirais agazalhadores de chuva (...) do outro lado, ao invés do Palacete Sant'Ana, o que havia era um negócio de ourives, em prédio chão e velho (...)¹⁴⁴

Para o autor, o recorte temporal de pouco mais de um quarto de século permitia ver a cidade com a “marca da alteridade” (Bresciani, 1999:29), diferente daquela presenciada, por exemplo, nos anos 20, uma vez que havia acontecido uma “mudança completa” que transcendia o aspecto físico (e, portanto, primordialmente visual), pois atingia, além dos prédios, “os homens, os costumes e os negócios”.

Ainda que em sua seqüência a palestra de Mariano apenas continue a descrição do quarteirão, ela poderia facilmente ser finalizada com a crônica de José de Castro Mendes publicada no jornal *Correio Popular* de 1952, em que o autor relata seu encontro com Cintra, um amigo de infância que estava longe da cidade havia quase trinta anos. Ambos se cruzam na mesma rua Barão de Jaguará, antes centro comercial, agora uma das principais artérias da cidade, que, segundo Zek, ganhou “aparência metropolitana”, pois apresentava

¹⁴⁴ Mariano, Julio. - "De um quarteirão do Góis há um quarto de século" (palestra realizada na reunião-almoço do Rotary Clube de 20/01/1945) in *Correio Popular*, 21/01/1945.

majestosos “arranha-céus”, lojas “modernas e vistosas”, além de um “tráfego incessante” de pedestres.¹⁴⁵

Entretanto, ao conversar com o amigo a respeito da rua e da cidade, Castro Mendes constata que:

*(...) uma certa tristeza acompanhava suas palavras de elogio e admiração ao progresso observado, porque agora se encontrava de novo na terra natal, porém como um estrangeiro, desconhecendo tudo na paisagem renovada da urbs outrora calma, simples e quasi provinciana.*¹⁴⁶

Sentimentos ambíguos tomam conta de Cintra, que expressam um certo estranhamento frente às mudanças ocorridas no tempo em que esteve ausente, muito embora se sentir “estranho” não fosse privilégio apenas de quem não presenciou passo a passo as transformações.

O comportamento de Cintra expressa, na verdade, um posicionamento que era próprio tanto de Castro Mendes quanto de seus colegas memorialistas frente ao dito progresso urbano, no qual geralmente “uma certa tristeza acompanhava as palavras de elogio”.

A passagem do tempo e o vulto das mudanças - a “ruptura” - causam choque, ou uma “certa tristeza” e constata também a passagem do tempo da própria vida. À beira da perda de inúmeros marcos identitários, coletivos e pessoais, este passado vivido pelos autores é relembrado com nostalgia e é sem dúvida o mais celebrado.

A conservação do passado era necessária e, como veremos no próximo subcapítulo, utilizava-se inclusive um discurso patrimonial para a preservação física da Campinas do

¹⁴⁵ Mendes, José de Castro. - "A cidade adquire nova e imponente fisionomia: usos e costumes que ficaram na saudade de muita gente", in *Correio Popular*, 13/07/1952.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

“ontem”, e as reformas urbanas, especialmente as demolições, que eram consideradas “iconoclastas” por Castro Mendes, também não passavam batidas pelo duro senso crítico de Jolumá Brito:

*Pobre Campinas! Estão te mutilando, cortando, arrebrandando, desfazendo aos pedaços em nome da civilização (...) rasgam a carne de suas ruas e sacrificam seu passado e tua beleza que custou centenas e centenas de milhões de cruzeiros (...).*¹⁴⁷

Mas também e principalmente, acreditavam que a cidade perdia o “clima de antigamente” e isso causava incômodo. Além das construções, o que se perdia era o tal charme, ocasionado por um aumento populacional e pela passagem ininterrupta do tempo.

De certa forma, este desencaixe com a sociedade “atual” emprestava-lhes um ar de “Dom Diabo”, como a personagem da palestra de Júlio Mariano:

Dom Diabo não tem gosto nenhum para o figurino do século XX. Falta-lhe o requinte no compor do “smoking”, no apertar o laço, acertar as pontas da gravata, ou ajeitar a cartola para as recepções dos salões modernos, para o “footing” das nossas avenidas.

Eu mesmo não sei explicar como pode se apresentar hoje, na sociedade, sem causar repulsa à gente de bom tom, uma figura assim passadista, arcaica, como a do senhor Diabo.

Um sujeito assim retrógrado, caduco para a época, falho de aparência distinta e, para mais, desacreditado no bom nome – que julgamos houvesse carregado sem mancha por dois, três ou mais milênios – não pode, de modo algum, ter boa acolhida junto a elite mais ou menos culta, mais ou menos refinada, blasé, de uma urbs

¹⁴⁷ Brito, Jolumá. “Bazar”, op.cit, 03/09/1957.

*enfronhada no progresso e nadando nas luzes deste século de tantos e tantos inventos maravilhosos.*¹⁴⁸

As mudanças no comportamento dos habitantes e no ritmo da cidade, acepção melhor apreendida em seus relatos pelo termo “costumes”, teriam, no olhar arguto de Castro Mendes, afugentado os vendedores ambulantes, os *kióskes*, as reuniões nos cafés e até mesmo alterado o vestuário masculino:

(...) outrora rico, faustoso e talhado em sedas e brocados e hoje reduzido a duas peças empobrecidas, a calça e o paletó.¹⁴⁹

Até mesmo o “novo” *footing* recebe sua parcela de crítica, pois é considerado “monótono”, em oposição ao que se via nos tempos em que Cintra ainda residia em Campinas, o que confirma ainda mais a imagem da cidade do ontem como palco de um interessante e charmoso movimento:

*Ao cair da noite a rapaziada ia formando grupinhos em frente ao Rique (...) apreciando ainda a entrada dos “habitués” da primeira sessão. Os cinemas regorgitavam. Lá embaixo, em frente à Livro Azul a campanha estridente do Cassino Carlos Gomes chamava espectadores para seus espetáculos de cine variedades.*¹⁵⁰

Curiosamente, a cidade atual tão movimentada, barulhenta e trepidante é encarada como “morta” em termos de variedades culturais: poucos são os pontos onde a intelectualidade se encontra, não existem mais os tradicionais cafés e o movimento dos cinemas já atende a um ritual diverso e talvez menos apelativo aos olhos dos mais velhos.

¹⁴⁸Mariano, Júlio. *As boas qualidades do Sr.Dom Diabo – autos de um inquérito litero-demonológico*. Palestra proferida na sessão litero-musical de 26/6/34, da Sociedade Hespanhola de Socorros Mutuos e Instrução de Campinas e publicado pela Typographia Genoud em 1934, pp.7-8.

¹⁴⁹Mendes, José de Castro. “Modas que o tempo levou...” in *Correio Popular*, Campinas: 16/08/1967 (série “Retratos da Velha Campinas”).

¹⁵⁰Mendes, José de Castro. - "A cidade adquire nova e imponente fisionomia: usos e costumes que ficaram na saudade de muita gente" in *Correio Popular*, 13/07/1952.

Nesse sentido, o texto extremamente crítico de Mariano revela aquilo que a seus olhos e de seus colegas, era a principal característica da nova cidade: o ar *blasé*:¹⁵¹

Campinas cresceu, se avolumou no corpo do casario, enriqueceu. Mas, tal e qual o sujeito da anedota, que muito cresceu e ficou bobo, foi se despindo aos poucos a Princesa D'Oeste decantado tradicionalismo cultural e artístico para melhor de vestir com as conquistas do utilitarismo prático e burguês.

A cigarra de ontem, meteu a viola no saco, mandou as favas a poesia e (...) acabou se travestindo de formigão-saúva... que após ingerir o farto brodio do jantar, se refestela com as partes gordas em assento de Cadillac para a mais cômoda e suave digestão.

*Afinal, é próprio da época...*¹⁵²

O “gosto passadista” aparecia com força e para os autores existia uma relação íntima entre pesquisar a história e gostar do passado, pois a “febre de nostalgia”, representa o equilíbrio necessário, a força de um tempo pretérito que permite a escalada evolutiva ao futuro (Lowenthal, 1985: 14). A necessidade da preservação do passado, de preservar a memória de uma cidade que, a seus olhos cada vez mais passa a não existir, uma vez que sem ela (a memória) não é possível entender a cidade do presente e a do porvir.¹⁵³ O crescimento dessa febre acompanha o crescimento urbano e todas as suas transformações.

Entretanto, ainda que as transformações desconfigurassem de muitas maneiras a cidade que eles conheciam, constatassem a própria passagem do tempo da vida e, por mais que houvesse uma percepção negativa da mudança dos tempos, a comunhão entre o homem do passado (o memorialista), do presente (o jornalista) e o bairrista (o campineiro) firmava

¹⁵¹Mariano utiliza este termo no livro *Badulaques* (op. cit., p. 2).

¹⁵² Mariano, Júlio. Campinas Romântica e lírica in *Jornal de Campinas*, Campinas, 25/09/1960.

¹⁵³ Mendes, José de Castro. “Retratos da Velha Campinas”, in *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, DMC, 1951.

um grande compromisso com a cidade e seu progresso não poderia ser negado, sob pena de negar a própria essência de ambos, memorialistas e Campinas. A própria referência à cidade como *blasé*, se carrega em si uma crítica e denota uma falta de ambientação no novo espaço urbano, talvez mais indiferente, também serve como um argumento quase subliminar que “metropoliza” a cidade, já que o termo historicamente faz parte do vocabulário utilizado para descrever a vida e ambiente das grandes cidades.¹⁵⁴

Para além de qualquer outra coisa, tratava-se de propagandear a cidade, orgulhar-se de seu presente e de seu passado, que são interdependentes, especialmente comandados, de acordo com eles, pela via de mão única do progresso.

Relembrar grandes marcos históricos, prédios, pessoas e as pequenas coisas do cotidiano ajuda a provar e divulgar o progresso, que tem seus benefícios e seus problemas, mas é considerado “natural”, ou seja, irreversível. Além disso, é um discurso de saudade que contraditoriamente, se não é uma apologia ao progresso em si, o valida, pois ambiciona fazer de Campinas uma metrópole real.

3 – Um passeio pelo concreto e pela alma de uma minúscula metrópole.

Jolumá Brito foi o único dentre os autores que adotou, a partir do início da década de 70, um discurso de preservação um tanto mais prático. Como secretário da “Sociedade Campineira de Artes, Cultura e Ensino”, que tinha como objetivo “defender os postulados artísticos, culturais e educacionais” da cidade e posteriormente da Academia Campineira de Letras, foi um dos primeiros a levantar voz para a criação de um conselho de defesa do patrimônio histórico de Campinas, além de realizar, por conta própria, indicações e estudos para tombamento.

¹⁵⁴Nesse sentido, ver Simmel (2000: 1)

Brito, bem a seu estilo, era a polícia do patrimônio público local: enviou inúmeras cartas aos órgãos estadual (Condephaat) e nacional (Sphan), requerendo tombamentos e cobrando constantemente cuidados diversos com o que já estava protegido, utilizando os jornais como plataforma de seus intensos debates e críticas.¹⁵⁵

Suas longas brigas pela preservação do Palácio dos Azulejos quando se aventou a idéia de demoli-lo em meados da década de 70 e a participação intensa no debate que visava transformar o sobrado no Museu Histórico de Campinas (idéia não concretizada que também tinha apoio explícito de Castro Mendes) foram estampadas nas páginas dos jornais da cidade.

No entanto, ainda que Brito tenha sido o único a se vincular diretamente à política de preservação institucionalizada, sua postura não era diferente da de seus colegas e remete a um discurso que vinha sendo construído desde a década de 50.

Esta noção aparece a olhos vistos na carta, já em nome da Academia Campineira de Letras, que enviou ao CONDEPHAAT solicitando o tombamento do prédio da Escola Normal. Para Brito, o imóvel, construído em 1919, no tempo em que “era presidente do estado o benemérito Dr. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa e Prefeito Municipal de Campinas o exmo. Sr. dr. Heitor Teixeira Penteado” deveria ser tombado pois, além de ser mais uma edificação neo-clássica da região central, havia marcado “varias gerações de estudantes que têm no belíssimo edifício recordação” e, o terreno em que está assentado remonta “ao passado da cidade e seu início, que foi propriedade do município desde tempos imemoriais”.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Nesse sentido ver: Brito, Jolumá. “Conçelheiros com c cedilha”, in *Diário do Povo*, 01/12/1978, “A falência do Condephaat”, in *Diário do Povo*, 23/10/1976, “Tombamentos em Campinas” in *Diário do Povo*, 09/10/1976 e “A desfigurada cidade dos Barões”, *Diário do Povo*, 12/08/1980.

¹⁵⁶ Brito, Jolumá. “Carta ao presidente do CONDEPHAT - Ordem de serviço no 01 de 1980”. 05/03/1981 Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, Pasta 18 – “Patrimônio Histórico”.

Para Brito, “preservar a memória da cidade”¹⁵⁷ era vital e denotava antes de tudo uma postura de “orgulho” em relação ao passado e “agradecimento a tudo que nossos avós nos legaram”, conforme explicita na crônica publicada em 1978:

*Essas velharias, essas coisas antigas, somente incomodam àqueles que não têm tradição em suas famílias, quando a Europa vive justamente de seus museus e tem parte de suas riquezas acumulada às custas do turismo. É preciso que se preste esta homenagem ao passado (...) o ônus de nossa Pátria (...) por isso mesmo essa homenagem que devemos aos construtores de nossas grandezas, dessa beleza emocional (...) dessas catedrais que foram sonho e hoje são realidade (...) tudo isso se deve aos nossos avós.*¹⁵⁸

Apelando para o lado emocional, o argumento familiar não é em vão e direciona a crítica aos “filhos” da cidade, àqueles que tem identificação com ela. No entender de Brito e também dos outros autores, tal idéia de preservação é explicitamente ligada a uma noção de “raiz” que, neste caso, passa por uma idéia de vocação que começa no próprio chão e se transfere para o concreto.

*Tudo em Campinas tem história. Até mesmo as pedras das ruas que hoje estão sendo substituídas pelo asfalto, outras que já foram aparelhadas com paralelepípedos e antes eram atiradas a esmo sobre a terra desnuda (...).*¹⁵⁹

Esta acepção de “raiz” permitia explicar, no presente, elementos de uma grandeza que não se via a olhos nus na cidade, mas que estava contida em cada parte de sua região

¹⁵⁷ Brito, Jolumá. “Três assuntos importantes” in *Diário do Povo*, 12/09/1978.

¹⁵⁸ Brito, Jolumá. *Museu Histórico de Campinas*, in *Diário do Povo*, 08/04/1978.

¹⁵⁹ Brito, Jolumá. “O prédio da Prefeitura” in *Diário do Povo*, 28/05/1977.

central e que, claro, só poderia ser vista por quem também tem suas “raízes” fincadas no solo campineiro.

Existia um duplo discurso, interno e externo. Na opinião de Brito, todos aqueles que se diziam campineiros deveriam estar cientes de que a cidade tinha um passado único entre outras localidades e que este deveria ser conhecido e valorizado, para que, ao falar “para fora” todos soubessem explicar suas origens e a razão pela qual sentiam orgulho.

Nesse sentido, seu poema para a seção “Mundo da criança” do jornal *Correio Popular* mostra um profundo caráter pedagógico, direcionando o público infantil para aquilo que seria digno de se ter orgulho, além da expectativa de fomentar uma geração de pequenos amantes da cidade:

*Nossa Campinas querida,
Minha terra de esperança.
Que é tudo de minha vida.
Embora eu seja criança.*

*Campos Sales – campineiro!
Lembrar aqui tantos nomes?
É claro, sou brasileiro,
Da pátria de Carlos Gomes*

*Guilherme, o nosso poeta,
Era um Almeida, aclamado,
Sendo do verso um esteta,
Nosso Príncipe encantado*

*Campinas, eu não mereço,
Isto tudo que me deste
Minha pátria eu te agradeço,*

A “pátria de Carlos Gomes”. Nenhum outro personagem chega a rivalizar com o maestro, aquele que é considerado por eles como o maior representante e símbolo de Campinas, sobretudo a partir da década de 1950. O compositor de “O Guarani”, “Joana de Flandres”, “A Noite do Castelo” e muitas outras óperas transformou-se em emblema da cidade, em grande parte, pela exaustiva dedicação de Brito, Mariano e Castro Mendes, pois foram inúmeros anos voltados ao estudo de sua vida e de suas composições.

Mas, a bem dizer, todos estas grandes personalidades do passado campineiro, incluindo Carlos Gomes, quando estampados na crônica memorialista, aparecem como fruto de uma vocação antes da cidade do que da própria pessoa e que algumas vezes remete a aspectos de sua longínqua origem, que criam de antemão um “ambiente propício” para que algo seja bem sucedido, como na crônica de Castro Mendes a respeito da “terra das artes”:

*A natureza festiva do lugar, a doçura do clima e do céu sempre azul cobrindo a terra prodigiosa na multiplicação das sementeiras incitavam os poucos habitantes das Campinas do Mato Grosso aos cânticos naturais que provém da alegria e da felicidade.*¹⁶¹

Desta forma, o fato de Carlos Gomes ter nascido em Campinas e “levado seu nome ao exterior”, filho de pai músico, com irmãos músicos, era apenas o resultado claro, a constatação de que a cidade era realmente uma “terra das artes”, o que se acentuava, a partir

¹⁶⁰ Brito, Jolumá. “Campinas” in *Diário do Povo*. In *Correio Popular*, 24/06/1973 (Suplemento “O Mundo da Criança”).

¹⁶¹ Mendes, José de Castro. “Artes” in *Monografia do Município de Campinas*, op.cit, p.449.

de uma visão teleológica, com a posterior presença de outros artistas “da gema” com relativo sucesso como a cantora lírica Maria Monteiro e a pianista Estelinha Epstein.¹⁶²

Mas, no tempo em que a cidade, no caso mais especificamente seu centro, conforme analogia utilizada tanto por Jolumá Brito quanto por Júlio Mariano, “envelhecia remoçando”¹⁶³, todos presenciavam o aformoseamento como um espetáculo esteticamente agradável porém preocupante, pois ao mesmo tempo em que remetia ao progresso, sua prática colocava à prova a capacidade que Campinas teria de “envelhecer contendo todos seus passados” (Certeau, 1994: 21).

Nas transformações, os novos desenhos das praças, dos monumentos e até mesmo o próprio caráter das reformas, mais do que mera estética, objetivavam construir novas e confirmar velhas identidades urbanas que, mais do que nunca, deveriam se espalhar pela cidade em expansão como marcas únicas e definidoras dela e de seus filhos.

Por isso, pode-se pensar que, na produção dos memorialistas urbanos, especialmente do período que vai dos anos 50 ao final dos anos 70, época das maiores e mais radicais mudanças no centro, não há uma enorme dissonância entre as reformas executadas e as leituras que teciam sobre a cidade.

Muito pelo contrário, ainda que as demolições fossem completamente desaprovadas, elas, juntamente com as reformas, apareciam vinculadas à noção de progresso e à formação de uma Campinas metrópole e permitiam passo-a-passo novas leituras sobre a cidade, confirmando imagens e identidades locais que aparecem justamente ao longo de décadas de alterações profundas no cenário urbano.

¹⁶² Realmente não são poucos os trabalhos a respeito de Carlos Gomes. No sentido indicado, ver o volume “Terra da Arte” no suplemento “História da Cidade de Campinas”, *Correio Popular*, 09/1968, além do livro de Jolumá Brito, *Carlos Gomes (O Tônico de Campinas)*. São Paulo: Record, 1936.

¹⁶³ A expressão é realmente a mesma. Ver Mariano, Júlio. "De um quarteirão do Góis há um quarto de século".(Palestra realizada na reunião-almoço do Rotary Clube de 20/01/1945) in *Correio Popular*, 21/01/1945 e Brito, Jolumá. “Formosa entre as formosas” in *Diário do Povo*, 05/02/1976.

Assim, as ruas, praças, largos, prédios e igrejas, em suas vidas, suas transformações e seus desaparecimentos, de certa forma, no entender dos memorialistas urbanos, contam parte da história da cidade e da formação destes “ambientes propícios”. Cada local com sua micro-identidade, capaz de revelar, quando unido ao todo, a cidade enquanto pátria, conforme menciona Brito:¹⁶⁴

*O passado de sua terra é memória nacional (...) que subsiste em áreas, prédios, monumentos, documentos e coisas antigas, lembrando sempre a luta de nossos avós na longa caminhada que nos trouxe até os dias de agora.*¹⁶⁵

De certa forma, são discursos de preservação, de monumentalização histórica (Choay, 2001:25)¹⁶⁶, oficiais ou não, dos marcos urbanos, que integram um valor sentimental ao histórico e arquitetônico. Fixá-los no tempo e no espaço é atribuição dos memorialistas urbanos que, quase como guias turísticos passeiam pelo passado da cidade, demarcando e apontando, no espaço físico do concreto, aquilo que compõe a “alma” da cidade (Lenharo, 1985:95), aquilo que se deve olhar, que se deve entender, para que o presente de Campinas tenha significado.

Como detectou Ana Cláudia Brefe (1993:15), o exercício da visão é parte fundamental e de onde partem os relatos memorialistas. No caso dos autores campineiros, isto não é diferente, a visão é um exercício constante em seus relatos e empresta aos autores ares de testemunha, muitas vezes de um tempo em que nem sequer haviam nascido.

¹⁶⁴ Nesse sentido ver: Pesavento (1999: 183), quando a autora mostra o recurso metonímico utilizado nos discursos ufanistas sobre a cidade. “A rua vale pela cidade, a cidade pelo país”.

¹⁶⁵ Brito, Jolumá. “Ainda o Condephaat” in *Diário do Povo*, 01/11/1977.

¹⁶⁶ Choay, seguindo o argumento de A. Riegl, observa a diferença entre “monumento” e “monumento histórico”, mostrando que o primeiro é “uma criação deliberada, cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal, ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte (...)”

Entretanto, ainda que um exercício de visão não necessariamente signifique remeter a imagens físicas do passado (fotos e desenhos), estas aparecem com bastante frequência nos trabalhos de Castro Mendes, ajudando a compor, aí sim, imagens simbólicas de uma Campinas do passado, especialmente do passado recente, o “ontem”.

São imagens do século XIX, que, como dito anteriormente, remetem em sua maioria à Campinas do início do século XX, seus lugares “pitorescos” e “importantes”, que buscam, ao mesmo tempo, mostrar o caráter bucólico e moderno e que compõe o relato de uma cidade em evolução, conforme disse o autor em entrevista.¹⁶⁷

Por meio de uma pequena seleção iconográfica, pode-se acompanhar passo a passo alguns pontos da cidade geográfica e historicamente mapeada, onde os lugares físicos contam, como cartões-postais, aquilo que não só Castro Mendes, mas também Brito e Mariano entendiam como sendo uma Campinas a ser revisitada e preservada.

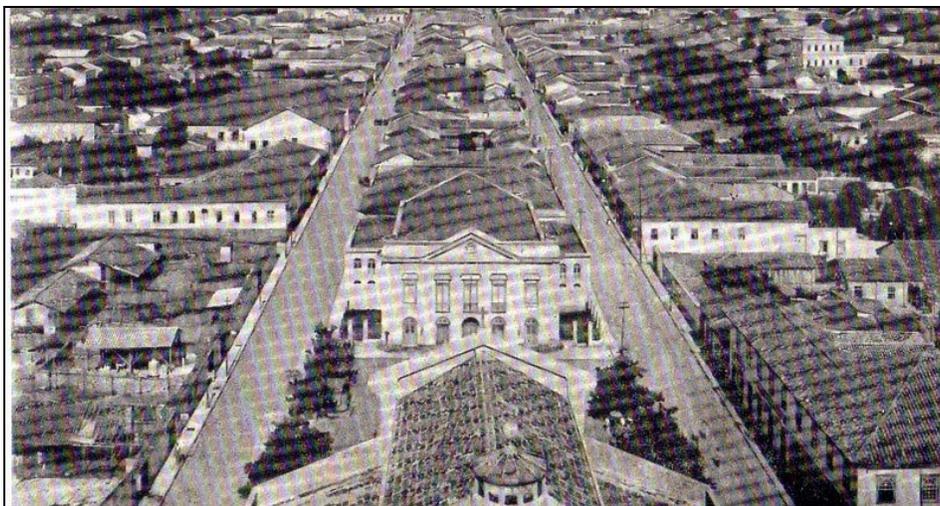


Figura 25 –Um dos mais conhecidos e copiados “olhares” sobre Campinas, a foto panorâmica do alto da Catedral permitia, pela comparação, constatar o crescimento e desenvolvimento da região central da cidade. Esta foto é, provavelmente, da primeira década do século XX.

¹⁶⁷ “Recordando pela imagem aspectos interessantes da Campinas do século passado”. Entrevista de José de Castro Mendes ao *Correio Popular*: Campinas, 13-08-1950.

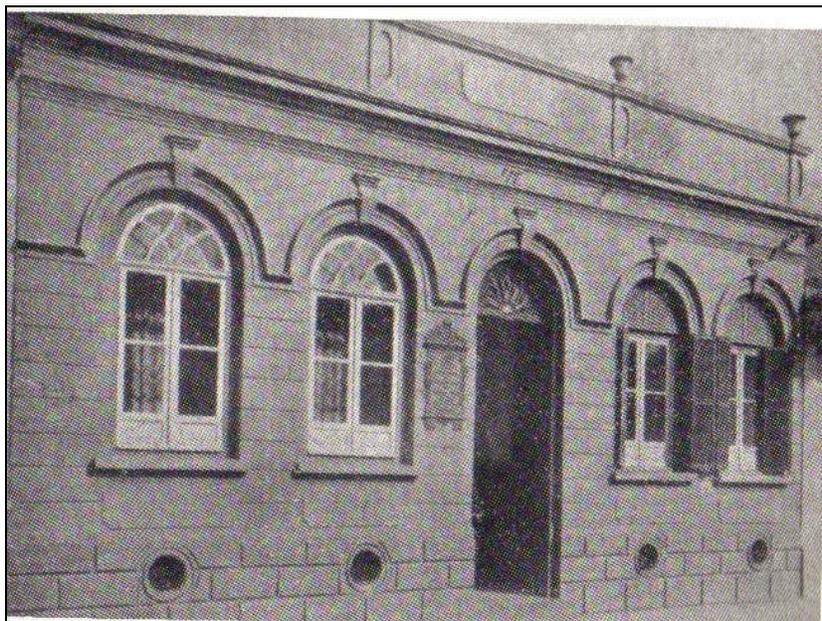


Figura 26 – A fachada da casa onde nasceu Carlos Gomes

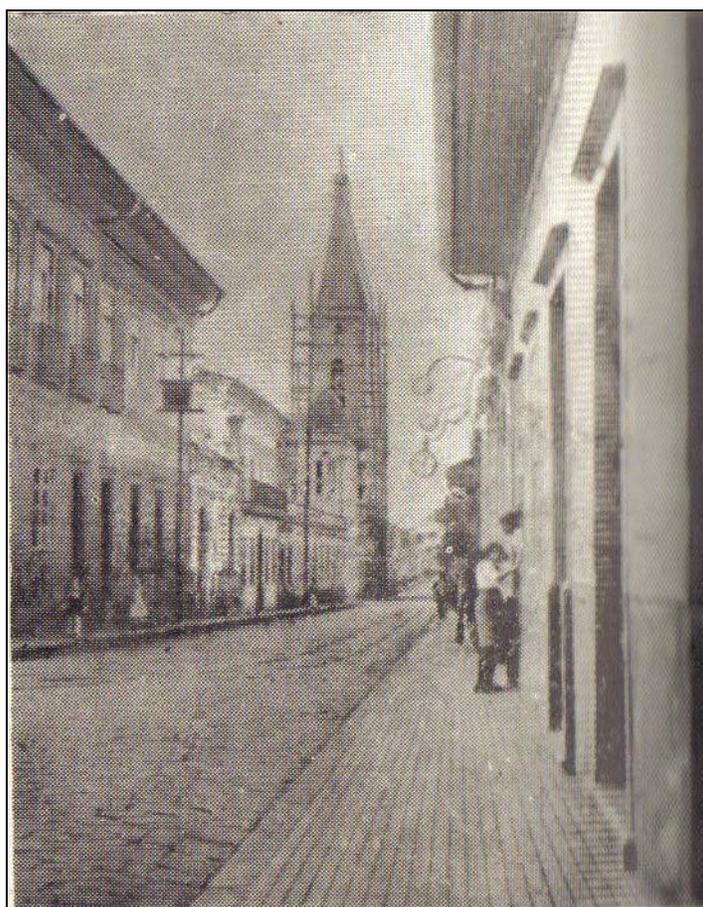


Figura 27 – Trecho da ainda rua Francisco Glicério

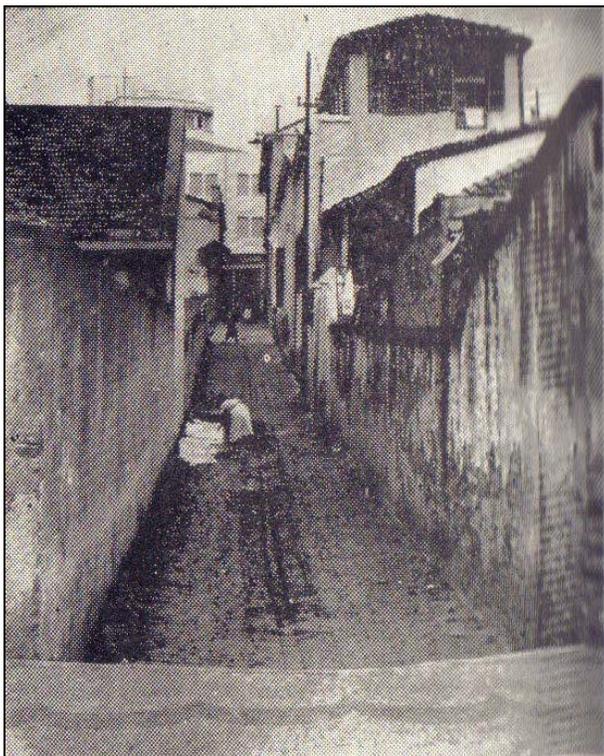


Figura 28 – O Beco do Inferno

Nas figuras 25, 26, 27 e 28, vêem-se quatro locais que deixaram de existir ou foram profundamente alterados pelas reformas. Alguns deixaram saudades, por evocarem, de acordo com Castro Mendes, a cidade tranqüila e pacata; outros, nem tanto.

Na figura 25, uma fotografia tirada do alto da Catedral e mostrando, em primeiro plano, o velho teatro São Carlos, demolido em 1922 para a construção do Teatro Carlos Gomes que à época da publicação tanto de *Retratos* quanto de *Efemérides* ainda estava em pé .

Misturando, segundo Castro Mendes, “precariedade com grandeza artística”, o São Carlos, que em realidade se constituía em um salão apertado e com poucos assentos, testemunhou diversos episódios que ajudaram a comprovar que Campinas era mesmo a “terra das artes”, pois, por lá, passaram inúmeros artistas, entre eles Sarah Bernhardt e,

claro, Carlos Gomes, que lá fez sua primeira apresentação.¹⁶⁸ Além disso, lá foram realizadas as primeiras exibições do cinematógrafo na cidade, no ano de 1905.¹⁶⁹

Seguindo, a casa onde nasceu Carlos Gomes (figura 26), demolida por conta do alargamento das avenidas centrais, entre elas da Avenida Francisco Glicério, onde, conforme se pode ver na figura 27, via-se a torre da Igreja do Rosário, também demolida em razão das reformas e que Júlio Mariano, em texto contrário à sua derrubada, dizia que a considerava tão “ricamente decorada” que superava em muito a tradicional Igreja de São Bento, da cidade de São Paulo.¹⁷⁰

Outro local que também desapareceu foi o Beco do Inferno (figura 28), que, junto com muitas outras zonas de “escuridão” da área central, como o Beco do Rodovalho e o Beco do Mato Seco compunham regiões a serem deixadas para trás e que não despertavam evocações tão laudatórias. Este último, localizado, entre as ruas Regente Feijó e José Paulino, é descrito assim por Júlio Mariano:

Zona que modernamente teria sido apelidada de “Boca do Lixo” ou “Inferninho”, agrupando meia dúzia ou mais de casas de mulheres do baixo meretrício, o Mato Seco, com suas arruaças diurnas e noturnas, entreveros de faca, navalha, porrete e garrucha, com um crime de morte por vez ou outra (...) constituía maior dor de cabeça para os delegados de polícia.¹⁷¹

¹⁶⁸ Mendes, José de Castro. “Imagens da cidade em princípios do séculos que estamos vivendo” in *Correio Popular*, 27/07/1952 (Coluna “Retratos da Velha Campinas”)

¹⁶⁹ Mariano, Júlio. *Badulaques*, Op.Cit, p.43.

¹⁷⁰ Mariano, Júlio. “Ainda o monumento de arte que é o templo do Rosário” in *Diário do Povo*, 31/01/1945.

¹⁷¹ Mariano, Júlio. “Ruas, praças e becos da velha Campinas” in *Correio Popular*, 14/07/1979.



Figura 29 – Largo da Boa Vista, depois Praça Imprensa Fluminense. Final do século XIX.

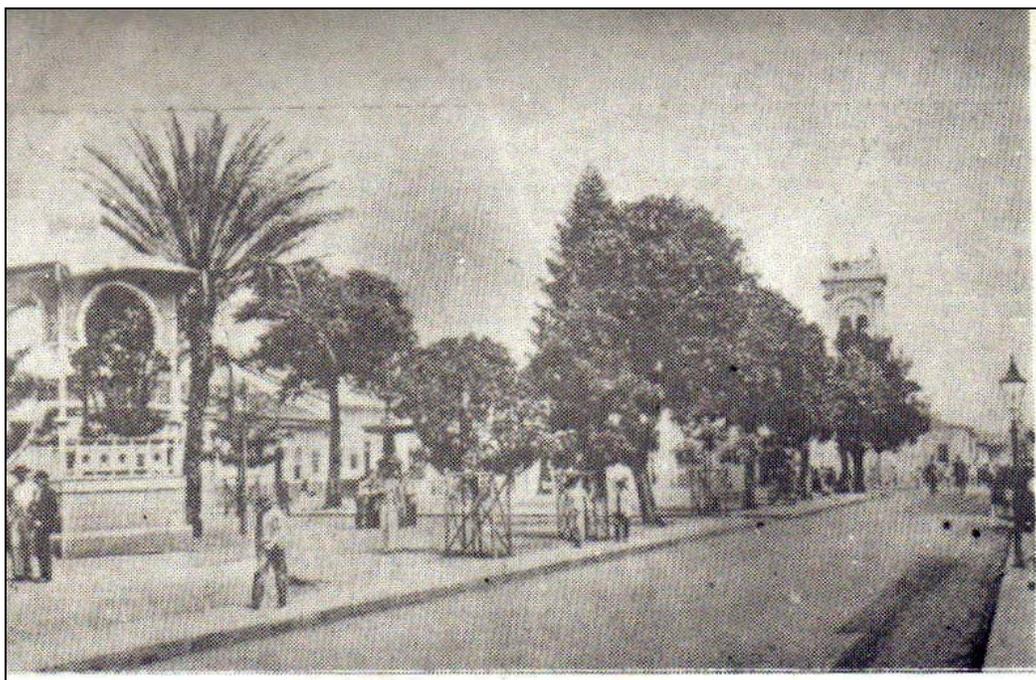


Figura 30 – Praça Bento Quirino (década de 10) considerado, pelos autores, o local onde a cidade nasceu.

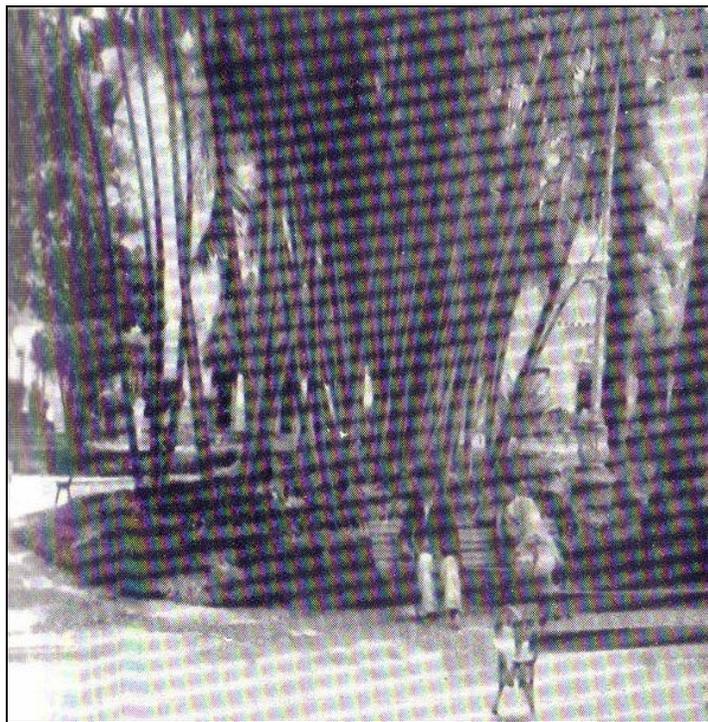


Figura 31 – O Largo do Rosário na década de 20, ainda com a farta vegetação que posteriormente seria derrubada.

As praças e largos tinham um apelo especial entre os autores, pois permitiam descrever com riqueza de detalhes os “costumes” de outras épocas, visto serem áreas de sociabilização e portanto testemunhos dos “quadros da evolução urbana”, como disse Castro Mendes na edição especial sobre praças do suplemento “História da Cidade de Campinas”.

Desta forma, Júlio Mariano mostra, ao recontar a “vida” do Largo da Boa Vista (Figura 29), que lá era o local de diversão da cidade, “com suas músicas nas noites domingueiras se fizera o ponto preferido para reunião dos moços e famílias”. Sua própria nomenclatura ajudava a mostrar um “triste episódio” da história da cidade, pois o local passou a se chamar Praça Imprensa Fluminense em homenagem a jornalistas do Rio de Janeiro que recolheram fundos para ajudar a cidade durante a epidemia de febre amarela de 1889.¹⁷²

¹⁷² Mariano, Júlio. “O largo da Boa Vista” in *Badulaques*, op. cit., pp. 21-24.

Já na série “Ruas, praças e becos da velha Campinas”, Mariano falou sobre a Praça Bento Quirino (figura 30), que de acordo com ele era o “marco zero” da cidade, local em que foi erguido o pelourinho e por isso “onde tudo começou”.¹⁷³

Mas, além disso, a Praça Bento Quirino representava, de acordo com Castro Mendes, o “tradicionalismo e a tradição” da cidade de Campinas. Sua história é ligada a gloriosos moradores que viveram nas casas em seu entorno, como Santos Dumont e Hércules Florence, e a estabelecimentos que existiram também ao seu redor, como o Clube Republicano e a loja Santos, Irmão & Nogueira, cujo único “mérito” era ter sido propriedade de José Paulino Nogueira, figura que ficou famosa por sua atuação política durante a epidemia de 1889.¹⁷⁴

O já citado Largo do Rosário (figura 31), por sua vez, era considerado testemunho inequívoco do progresso, pois, enquanto antes era “berço do ócio”, do descanso à sombra das árvores, ontem e hoje era ponto da “trepidação” urbana. Na obra dos memorialistas, sua “vida”, ao longo de mais de sessenta anos de existência, é traçada com insistência, com especial enfoque às mutilações sofridas e por fim à sua permanência, apesar e em razão das constantes “picaretadas” do progresso, conforme Castro Mendes mostra em texto de 1953:

Sessenta e três anos depois, quanta diferença, quanta trepidação e dinamismo tomou conta do local. A cidade cresceu, agigantou-se espraiando-se por todos os lados. Caíram as velhas paredes de taipa, cedendo lugar aos gigantes de cimento armado (...) hoje, à volta do largo, sob os alecrins uniformes, estacionam os grandes automóveis de luxo. Tudo se transformou. Mas o nome tradicional ainda não se perdeu. Para a gente de ontem, ou de hoje, ainda

¹⁷³ Mariano, Júlio. “Ruas, praças e becos da velha Campinas” in *Correio Popular*, 07/07/1977.

¹⁷⁴ Mendes, José de Castro, “História da Cidade de Campinas”, vol.5 *Correio Popular*, 22/08/1968.

*existe aquele quadrado senhor de muitas histórias, evocando a cidade antiga ou revelando a moderna Campinas: Largo do Rosário, coração da cidade!*¹⁷⁵

Um espectador fictício, que fosse capaz passar o século XX sentado no Largo, conseguiria entender a cidade e as transformações pelas quais ela passou. A visão do local é privilegiada no que concerne às áreas consideradas, pelos memorialistas urbanos, como as mais importantes da cidade. Em um giro de 360 graus, pode-se ver, ao norte, a avenida Campos Sales, a oeste a Rua Barão de Jaguará, ao sul a rua General Osório e a leste a Avenida Francisco Glicério. Conforme o longo, porém interessante relato de Jolumá Brito a respeito do local na década de 20:

No prédio onde funciona a Arapuá, na esquina, era o Café do Povo, e no andar de cima funcionou a sucursal do jornal “O Estado de São Paulo” (...) mais próximo estava a charutaria de propriedade do Lalá Guimarães, ponto obrigatório de reunião dos jornalistas da cidade e onde nasceu a ACI [Associação Campineira de Imprensa]. Depois, vinha uma casa para venda de produtos de couro, ou seja uma selaria! E isso vinha desde o final do século passado (...) Isto tudo pela avenida Campos Sales.

Pela Avenida Francisco Glicério, onde fora levantada a Igreja do Rosário (...) anexo havia uma casa de modistas de chapéus, Madame Nápoles e depois vinha o Hotel D’Oeste, onde também existiu um clube recreativo dançante (...)

Na rua General Osório existia um sobrado que fora de um banco, cujo nome não me ocorre no momento, existindo na parte de cima do sobrado a sede do glorioso Guarani Futebol Clube, quando

¹⁷⁵ Mendes, José de Castro. “O Largo do Rosário em 1890” (série “Retratos da Velha Campinas”). *Correio Popular*, 04/09/1953.

presidente o Dr. Romeu Tórtima, do qual eu fui secretário geral. Em seguida (...) o Bar do Sândalo, “meu Deus que escândalo”, como eu sempre repeti na Educadora (...) depois vinha o bar Giovanetti e em seguida uma casa de frutas (...) a seguir vinha a sede do Banco do Comércio e Indústria, onde, bem antes, se tentara abrir um cemitério (...) e onde hoje está o busto de Guilherme de Almeida. Na esquina, onde esta o Banco Mercantil, existiu o bar Cristofani, e antes uma escola publica de primeiras letras, do João Coração e onde estudou Carlos Gomes.

Na Barão de Jaguará, havia na esquina uma casa de comércio, da família Souto Maior e em cima, no sobrado, a sede da ACI (...) pegado ao Éden Bar, tinha ao lado uma joalheria de propriedade da família Pagano Bruno, depois vinha a sede da Sociedade Recreativa Luis de Camões, seguia a loja Ao Ponto, onde esta hoje está instalada a firma do Silvio Santos...¹⁷⁶

¹⁷⁶ Brito, Jolumá. “O Largo do Rosário há meio século” (mimeo). Disponível no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, s/d.

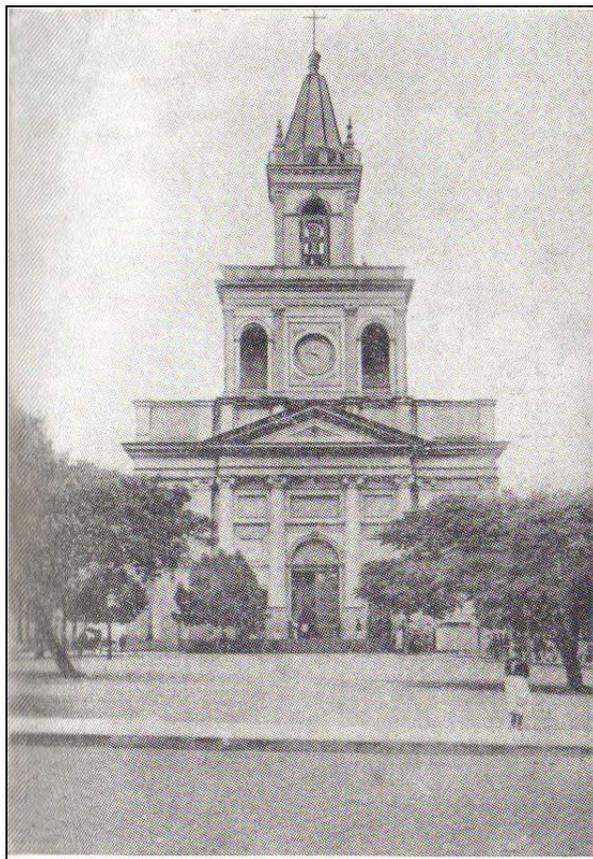


Figura 32 – A Igreja Nossa Senhora da Conceição em data desconhecida, provavelmente entre as décadas de 10 e 20.

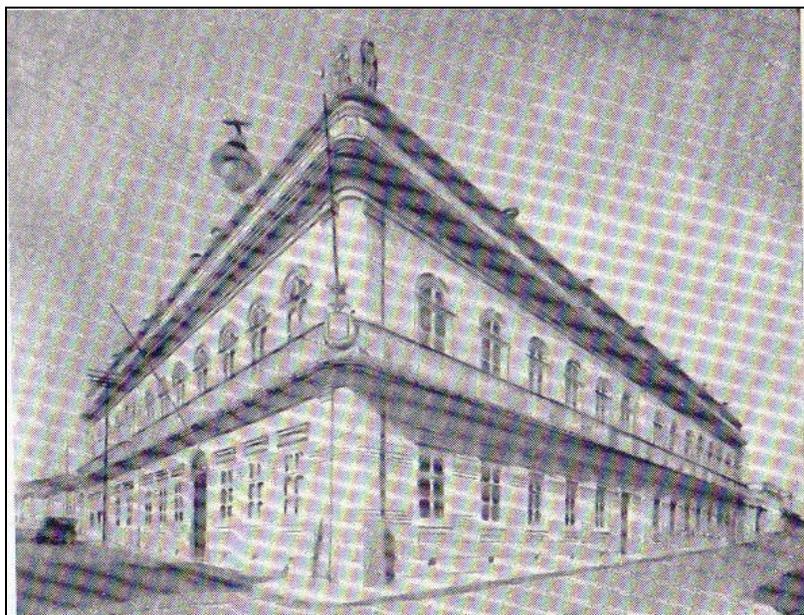


Figura 33 – O Palácio dos Azulejos. Embora a data da fotografia também não seja precisa, pode-se afirmar que é anterior à década de 30, quando o imóvel sofreu mudanças físicas visíveis em sua parte externa, graças à ampliação das ruas adjacentes. Outro indício é a lâmpada de iluminação pública, que indica que a foto é posterior à década de 1910.



Figura 34 – A rua Barão de Jaguará no auge da “efervescência cultural” na década de 20.

Já as imagens acima mostram alguns dos locais remanescentes da cidade, que também são considerados, pelos autores, “símbolos” de Campinas. Na figura 32, vê-se o Palácio dos Azulejos. Construído em 1878 por Joaquim Ferreira Penteado (o Barão de Itatiba), o prédio, dividido em dois blocos, tinha sua parte externa toda revestida de azulejos (daí o nome).

Para Brito, este imóvel, um dos poucos palacetes que sobraram após as reformas, representava “o fastígio e a decadência dos tempos do café em Campinas”, pois, se inicialmente mostrava a suntuosidade e ousadia na construção, com o passar do tempo e do dinheiro do baronato acabou vendido à municipalidade pelos endividados proprietários, em duas partes (1908 e 1916), por valores considerados irrisórios à época.

Na figura 33, vê-se a parte frontal da Catedral. A Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Matriz Nova, era descrita como uma das principais construções em taipa de pilão do Brasil, mas sua “vida” mostrava, para os autores, todos os esforços da população católica local, ainda à época da “mesquinha aldeia”, em angariar fundos e até mesmo

trabalhar em sua construção, os desastres causados pela queda de uma das paredes, a arte sacra do escultor Vitoriano dos Anjos e a luta de mais de setenta anos para sua conclusão, levada a cabo pelo arquiteto Ramos de Azevedo, outro “filho querido” da cidade.¹⁷⁷

A Rua Barão de Jaguara (figura 34) representava, aos olhos dos autores, o termômetro cultural da cidade, onde também aportaram diversas maquinarias da modernidade, como a luz elétrica, instalada pela primeira vez em toda a rua no ano de 1909 em razão de festejos populares.¹⁷⁸ Era um dos locais mais queridos pelos nossos autores e, conforme já dito, lá se vivia intensamente o momento de efervescência cultural nas primeiras décadas do século.; em grande parte, a época das “belas letras” não teria sido a mesma sem ela.

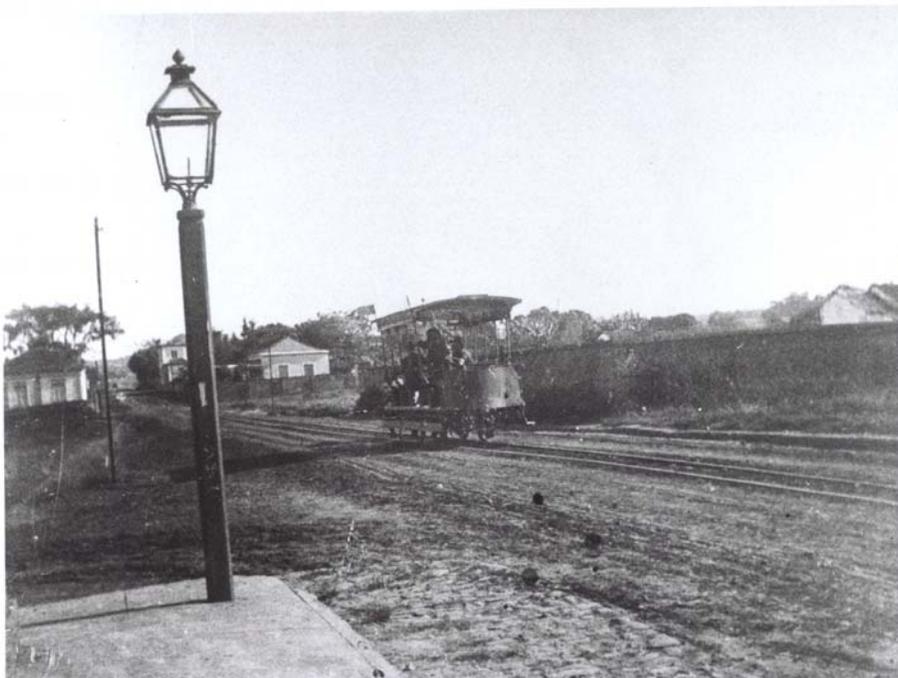


Figura 35 – Foto de um trecho da Avenida Barão de Itapura no início do século XX, onde se vê o tradicional bonde de burro da carril.

¹⁷⁷ Sobre a história da catedral: Brito, Jolumá. “História da Catedral” 14 vols. In Diário do Povo, 1974 e Mendes, José de Castro, “História da Cidade de Campinas”, vol.10 Correio Popular, 1968.

¹⁷⁸ Brito, Jolumá. “Histórias da História”. *Correio Popular*, 29/07/1971.

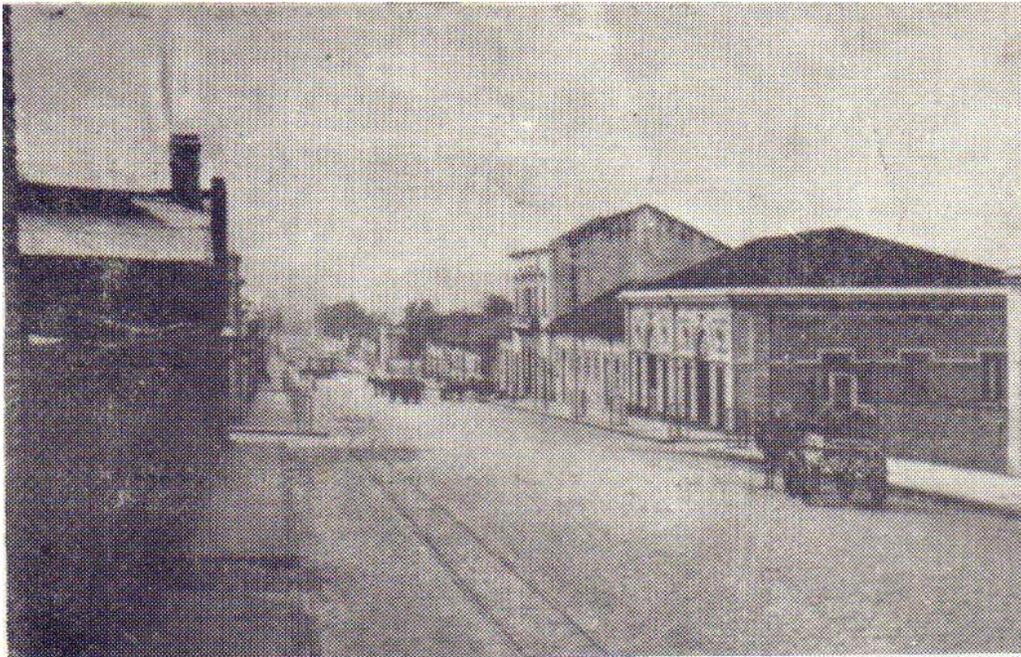


Figura 36 – Trecho da Avenida Andrade Neves, também no início do século XX.



Vista parcial da cidade tirada do alto da Catedral, em 1900.

Figura 37 – Outra vista panorâmica do alto da Catedral. Fotografia de 1900.



Figura 38 – O Largo São Benedito, um local de marcante presença de escravos e negros durante o século XIX e parte do século XX.

As quatro últimas imagens permitem visualizar fragmentos da área em que se delimitava a cidade “lida” por Mariano, Brito e Castro Mendes. O espaço do concreto desta cidade era um tanto diminuto, uma vez que ele se concentra, em grande medida, na área conhecida como o “centro urbano” e alguns bairros adjacentes.

Na figura 35, vê-se a deserta Avenida Barão de Itapura em 1905; abaixo, a Avenida Andrade Neves (figura 36) em 1920, que, à época, ainda possuía algumas fábricas; outra vista parcial do alto da catedral (figura 37), desta vez, porém, na direção oposta, onde se pode ver ao fundo a Praça Carlos Gomes e depois o bairro do Cambuizal, outro limite da cidade. O último lado é definido pelo Largo São Benedito (figura 38), o local que havia sido cemitério dos escravos na cidade.

Esta região é, como mostrou José Roberto do Amaral Lapa, uma área bastante similar ao rocío da cidade e que vai ao encontro de uma famosa planta de Campinas,

muitíssimo utilizada em diversos estudos e que, se olhada com um pouco de má vontade, passa a equivocada impressão de que não havia vida fora desta área, muito embora fosse realmente uma região pouco povoada no início do século XX.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Sobre a região do rocio, José Roberto do Amaral Lapa diz: “Embora os historiadores locais trabalhem muito no plano conjectural (...) pode se depreender efetivamente que a referida medição começava a partir do córrego do Barbosa, depois chamado do Serafim (atual córrego Anhumas na avenida Orozimbo Maia), até a direção da saída da cidade para São Paulo, o que significa dizer que abrangia todo o chamado centro histórico da cidade”. Lapa também relembra que a área do Rocio foi terra doada em 1797 por Francisco Barreto Leme, o “pai fundador” de Campinas, em honra à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. (Lapa, 1998:49). Nesse sentido ver também o estudo de Theodoro de Souza Campos Júnior, “História da fundação de Campinas: subsídios”, in *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

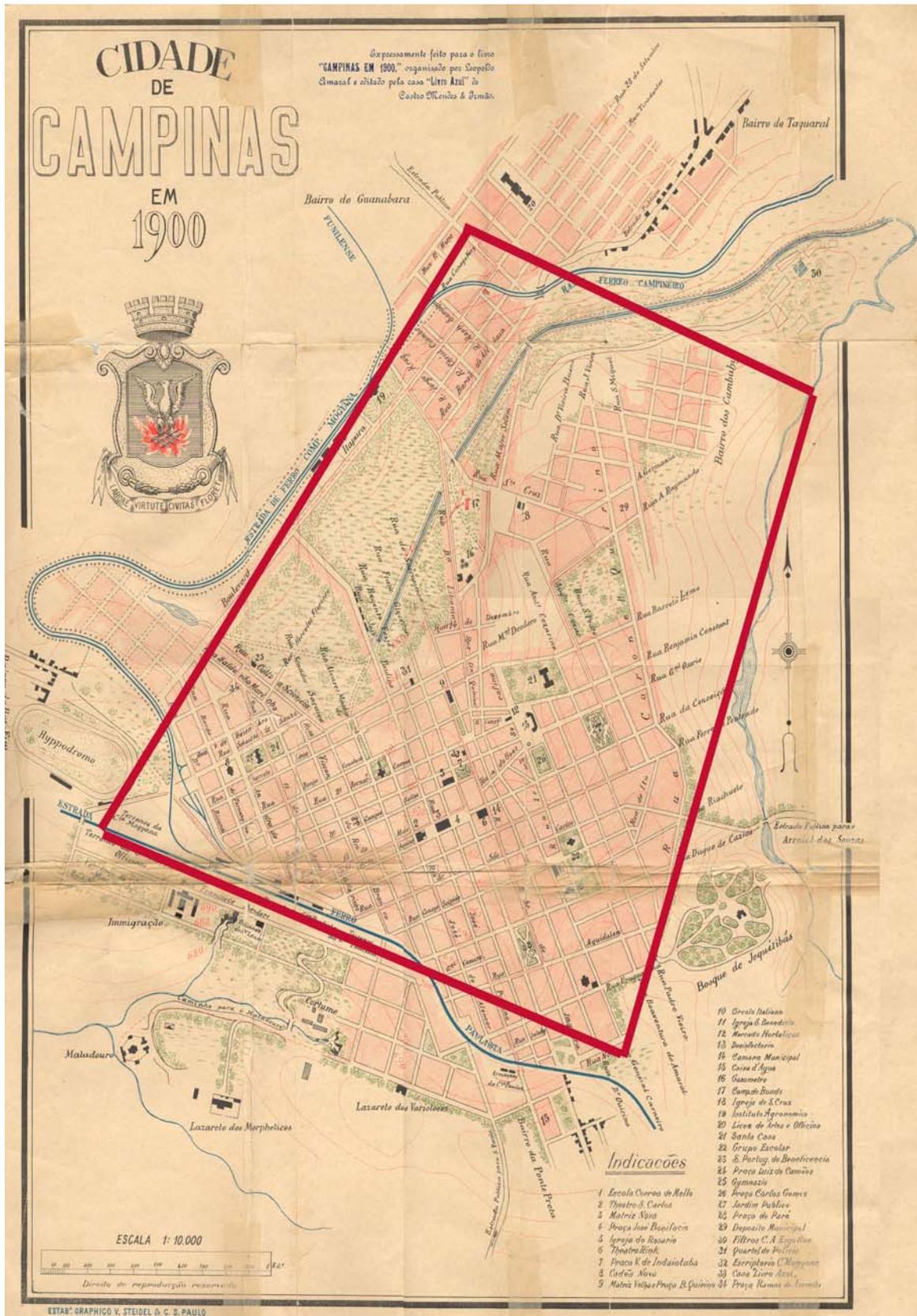


Figura 39 - Na planta de Campinas de 1900, o quadrilátero (marcado em linhas vermelhas) que define o local “privilegiado” das leituras memorialistas da cidade.

Claro que esta definição é grosseira e tem lá suas variáveis, mas é notório que a zona rural e os arredores urbanos encontram menor representatividade dentre os trabalhos dos nossos autores e de alguns de seus colegas. O álbum de gravuras *Velhas Fazendas Paulistas*, de José de Castro Mendes e os escritos de Benedito Barbosa Pupo sobre a Vila Industrial (local onde viveu quando criança) são exceções que confirmam a regra.

A primeira, a zona rural, sempre é pontuada como área impulsora dos tempos iniciais do povoamento, da “época do açúcar e do café”, a razão da existência e da “evolução” urbana. Todas as histórias ditas completas de Campinas passam, em seu início temporal, por esta área, embora o crescimento da cidade acabe sendo inversamente proporcional à necessidade de abordá-la.



Figuras 40 e 41 – Respectivamente as sedes das fazendas Sete Quedas e Rio das Pedras, parte do premiado álbum de aquarelas *Velhas Fazendas Paulistas*, de José de Castro Mendes. Era o retrato da “situação atual” daquilo que um dia havia sido a mola propulsora, ou a razão inicial da futura existência de Campinas.

Já a segunda, os arrabaldes urbanos, mais recentes e menos “nobres”, merecem apenas menções esporádicas, salvo algum acontecimento importante que tenha ocorrido nestas redondezas, como a área do campo dos Amarais, onde ocorreu a “Batalha da Venda Grande”, episódio por demais contado e recontado na historiografia local. Via de regra, para os memorialistas, os relatos sobre a história e o cotidiano destas regiões são bastante escassos.

Tomando de empréstimo a analogia fisiológica, neste caso, a região central é encarada como o coração e também o cérebro urbano - onde “pulsa” e onde “pensa” a

cidade. Dentro do quadrilátero, a indústria e o comércio, os motores (ou as pernas) de Campinas também eram presenças marcantes, ainda que a primeira fosse ao longo dos anos cada vez mais empurrada às áreas periféricas.

No caso dos autores estudados, esta região representa também, se não o local de nascimento propriamente dito, o local de trabalho, estudo, ou moradia, e que contém os locais que freqüentam desde muito jovens. Enfim, é o ponto compartilhado por todos e do qual todos deveriam se orgulhar de fazer parte (Le Goff, 1998:152), onde se vive o cotidiano citadino; área privilegiada de sociabilização e local de encontro.

Também, é lá que passaram e viveram os “grandes campineiros”, dos quais descrever a vida era quase um fetiche para nossos autores. Personagens ligados à cidade como Carlos Gomes, Francisco Glicério, Guilherme de Almeida, Coelho Neto, Campos Sales, Mário Monteiro e inúmeros outros foram estudados e imortalizados, ganharam estátuas físicas e simbólicas, estas, em larga medida, concebidas pelas máquinas de escrever dos memorialistas.¹⁸⁰

Por conta disto, a região central, na temporalidade dos memorialistas urbanos, “tem” um passado, enquanto as outras regiões, mais novas, muitas vezes fazem parte apenas do “presente” urbano. Assim, o centro é tomado como aquele que, por ser mais antigo, guarda em maior número os registros do passado: dos vestígios físicos, representados principalmente pelas casas, praças, ruas e igrejas, até os acontecimentos marcantes que ocorreram na cidade ao longo dos anos, notadamente os grandes eventos políticos e sociais.

A idéia é de que a cidade se define pelo seu centro (Brefe, 1993: 75). Na onda das transformações urbanas, esta é a região que aparece mais modificada e existe a idéia de que

¹⁸⁰ Nesse sentido, ver o trabalho de Ana Rita Uhle (2006), que estuda a construção da imagem de Campos Sales a partir do monumento - localizado por anos no Largo do Rosário - feito em sua homenagem.

suas ruas, praças e prédios, “testemunhos de um passado”, são capazes de atestar a velocidade das transformações, conforme o artigo do *Correio Popular* de 1956:

Qualquer pessoa que haja se afastado de Campinas, apenas há cinco ou seis anos atrás e agora aqui retorne (...) não precisará ir à zona periférica da cidade e nem aos bairros novos que hão surgido, de maneira até vertiginosa, e que atestam bem esta fase progressista. Absolutamente não. Na própria parte central de nossa urb o fenômeno poderá ser constatado e saltará logo à vista.¹⁸¹

Deste modo, nesta visita guiada pelos memorialistas urbanos ao passado da cidade, voltamos mais do que nunca à noção de bairrismo, desta vez com um sentido ainda mais literal, uma vez que, para os memorialistas, somente a região central, ou seja, um bairro, congregava quase que a totalidade do que havia de bom a ser explorado, enquanto os arrabaldes são encarados quase como uma outra cidade, representando o elemento forasteiro.

Assim, num curioso paradoxo, os memorialistas, no esforço de construir uma imagem de grandeza para Campinas como uma cidade cosmopolita, acabam por retratar uma cidade que, contudo, ao menos em seu espaço físico, mais aparentava ser uma minúscula metrópole.

¹⁸¹ *Correio Popular*, Campinas: 1956.

Considerações Finais – Os narradores de Campinas

Como uma maneira de escrever sobre o passado, o memorialismo urbano é sim uma atividade ultrapassada e não há como negar que ao menos os autores estudados nesta pesquisa tiveram sua “fase de ouro” durante algumas décadas do século XX, quando encontraram tanto as ferramentas quanto o clima intelectual propício para a elaboração, divulgação e também aceitação de seus trabalhos.

Especialmente a partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980, a pesquisa a respeito da história de Campinas passou gradualmente a trocar de mãos, ficando a cargo de historiadores formados sobretudo pelas universidades paulistas, que começaram a se dedicar não só à docência, mas também à pesquisa, o que se evidencia com o maior número de pesquisas e teses a respeito da história da cidade.

Esta passagem, em princípio, não afetou a produção dos memorialistas, mas com o passar dos anos marca um declínio evidente e que obviamente se acentuou com suas mortes (e a falta de “herdeiros” imediatos) e com o enfraquecimento da imprensa puramente bairrista que incentivava o olhar e a produção “de Campinas para Campinas”. Além disto, nesta mesma década de 1970, a população de Campinas aumentou drasticamente, dando os contornos iniciais de uma cidade que, ao menos na estatística, tornava-se cada vez mais uma metrópole real. Dentre estes novos habitantes, os migrantes que vinham em busca de oportunidades, assim como uma nova elite, industrial e intelectual, acabaram por diluir um pouco a idéia de um exclusivismo dos campineiros.¹⁸²

¹⁸² Sobre aumento populacional, instalação de indústrias e mudanças nos mais variados setores econômicos e de Campinas ver Baeninger, 1995.

Isto não significa, entretanto, que a obra tenha “morrido”, ou que por algum designo seja impossível alguém pegar uma folha de papel e escrever suas memórias e as memórias de sua cidade. É possível, e existem ainda alguns trabalhos conduzidos pela idéia do “querer bem, amar a cidade”. No caso de Campinas, basta abrir os jornais ou fazer uma rápida busca pelas páginas da rede.

Já os memorialistas urbanos sobrevivem além do famigerado “plaquismo” (o empréstimo de nomes para ruas, praças e estabelecimentos culturais) e das pequenas reportagens que de tempos em tempos os veículos de comunicação (especialmente aqueles em que trabalharam durante vários anos) produzem em homenagem a eles, pois ainda há muito de Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes na cidade de Campinas. Diversas das imagens criadas ou propagadas por eles a respeito da cidade ainda perduram, especialmente em se tratando de história e basta, como dito no início do trabalho, uma rápida busca pelos processos de tombamento para constatar esta afirmação.

O conjunto de suas obras, pelo recorte temporal e pela quantidade de temas “abraçados”, continua sendo parte importante da historiografia de Campinas, pois estes autores continuam a ser uma referência constante nas pesquisas acadêmicas, especialmente por fornecerem com boa habilidade datas, transcrições de documentos e até mesmo, ainda que esta possa não ter sido a intenção, uma direção inicial acerca de onde encontrar fontes primárias.

Constar que seus trabalhos são construções a respeito da história de Campinas me parece bastante óbvio e é sem dúvida uma constatação que qualquer historiador com um mínimo de senso crítico deve ter a respeito, aliás, de toda e qualquer produção historiográfica. O empenho deve estar concentrado na tentativa de desvendar como e por quais razões se construiu o passado com este ou com aquele enfoque.

Por tal razão, ao analisar as obras dos memorialistas urbanos, é preciso não se perder de vista que Campinas sempre foi uma cidade bastante diversificada, socialmente, culturalmente e em diversos outros aspectos que levam a terminação “mente” e por isso a produção de Brito, Mariano e Castro Mendes não pode ser encarada como o conjunto dos relatos de uma verdade absoluta ou de uma experiência global da população da cidade em um determinado recorte temporal.

Isto porque, se suas leituras sobre a cidade carregam alguns elementos particulares, atendem, também, a formações discursivas relacionadas àquilo que a geração dos autores tinha “olhos pra ver” (Rubino, 1996:97) a respeito do passado e do presente da cidade, que se relaciona especialmente à idéia de que falavam sobre uma metrópole em formação e uma noção que, se não foi criada, ao menos foi extremamente divulgada por eles, em que, tal como construções *a priori* como “raça” e “nação”, acreditava-se que o “ser campineiro” era algo perfeitamente distinguível, que existia algo que era próprio dele e que, por isso, deveria necessariamente interessá-lo. Uma cidade de poucos, para poucos e que ainda existe, com seus marcos físicos e simbólicos, seus representantes e sua auto imagem.

Estes autores compuseram, em maior ou menor medida, um conjunto historiográfico no qual predominam o gênero masculino (a própria idealização da cidade enquanto mulher é significativa nesse sentido), o homem branco e uma concepção de elite campineira que, embora não se restrinja aos “mui abastados”, valoriza por demais a questão da biografia ligada à cidade, especialmente por meio do entendimento de que “vivência, dedicação” constituem, além de uma declaração de amor e pertencimento, a única porta possível de entrada no universo da história local, e a proximidade de suas idéias a respeito de Campinas deixa isso bem claro.

Nesse sentido, os memorialistas urbanos foram, a exemplo dos “javéicos”, os narradores de Campinas.¹⁸³ Nesta comparação não está em discussão (como acredito que não está no filme) o que é “verdade” e o que é “mentira”, mas sim a constatação de que Brito, Mariano e Castro Mendes, os mais prestigiados e festejados “homens de história” de seus tempos, procuraram, a todo instante, se integrarem na vida e principalmente na história de Campinas, com a concepção de que a biografia de si e a biografia da cidade caminhavam inseparáveis.

¹⁸³ Refiro-me ao filme *Os Narradores de Javé*, de Eliane Caffé, de 2003.

Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth

- “História da Cidade de Campinas”: suplemento de José de Castro Mendes para o jornal *Correio Popular*.

Arquivo do jornal *Correio Popular*

Centro de Memória da Unicamp

- Jornais: *A Defesa*, *City News*, *Diário do Povo* e *Jornal de Campinas*
- Revistas: *Palmeiras Revista Ilustrada* e *Campinas Revista de Bairrismo e Actualidades*.
- Hemeroteca João Falchi Trinca
- Hemeroteca do Centro de Memória da Unicamp
- Laboratório de Iconografia – fundos “Geraldo Sesso Jr” e “João Falchi Trinca”
- Fundo “Jolumá Brito”

Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas

- Revista *A Onda*
- Acervo fotográfico “Maria Luiza Pinto de Moura”

Entrevistas

Júlio Mariano Filho – 06/2005

Vera Donnely – 11/2004

Livros / Artigos e Teses

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. "Campinas, O Despontar da Modernidade". Campinas: Área de Publicações do Centro de Memória – Unicamp, 1996.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Unicamp/CMU, 1996.

BARENGHI, Mário. "A Memória da Ofensa" in *Revista Novos Estudos* (na rede), nº73, 11/2005. <http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a13n73.pdf>

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" in *Obras Escolhidas Vol.1. Magia e Técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.222-232.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. "Cultura, patrimônio e preservação" in ARANTES, Antônio A. (org) *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORGES, Luis Carlos R. e Mazzola, Gustavo Omar. *Centro de Ciências, Letras e Artes (ano 101)*. Campinas: Komedi, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. "Grandezas e misérias da biografia (ou de seu alcance e seus limites)" in PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*, São Paulo: Editora Contexto, 2005, pp.203-234.

BOSI, Alfredo. In NOVAES, Adauto (org) *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, pp.19-31.

BOSI, Ecléa. *Memória da cidade: lembranças da cidade*. Estudos Avançados (na rede). 2003, vol.17, nº 47, pp.198-211 www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030001000012&Ing=en&nrm=iso> ISSN 0103-4014.

BOURDIEU, Pierre. “Por uma ciência das obras” in Correa, Mariza *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BREFE, Ana Cláudia. *A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos dos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993.

BRESCIANI, Stella. “Cidade: espaço e memória” in BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; São Paulo/FAPESP, 1993.

_____. e NAXARA, Márcia (org). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2001.

_____. “Imagens de São Paulo: estética e cidadania” in FERREIRA, Antonio C., LUCA, Tânia Regina e LOKOI, Zilda Grikoli (orgs) *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CARPINTEIRO, Antonio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura: As transformações no centro de Campinas na década de cinquenta*. Campinas, CMU, 1996.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Ed. Quarteto, 2001.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: EDUNESP, 2001.

CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CORBIN, Alain. “O segredo do indivíduo” in ARIES, Phillippe e DUBY, George (orgs), *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Ed.Schwarcz, 2000. vol.4.

FEATHERSTONE, Mike. “Culturas globais e culturas locais” in FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FERREIRA, Antonio Celso. “Vida (e morte?) da epopéia paulista” in FERREIRA, Antonio C., LUCA, Tânia Regina e LOKOI, Zilda Grikoli (orgs) *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999.

FORTUNA, Carlos e PEIXOTO, Paulo: “As novas e as velhas imagens das cidades: um olhar sobre a transformação identitária de cinco cidades portuguesas” in *Anais do IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra: 2000. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta118a.PDF>.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GLEZZER, Raquel. “Visões de São Paulo”. In BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; São Paulo/FAPESP, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

GOMES, Eustáquio Teixeira. *Os rapazes d'a onda e outros rapazes: modernismo, técnica e modernidade na província paulista (1921-1925)*. Campinas: Ensaio, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KLEIN, Kerwin Lee. “On the emergence of Memory in Historical Discourse”. In *Representations*, num.69, Berkeley: 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Primeiras notas para uma bibliografia da historia de Campinas*. Marília, 1966.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

- _____. *Por amor às cidades*, Editora da UNESP, 1998.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LOFEGO, Sílvio Luis. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. *Memória de uma Metrópole: São Paulo na obra Ernâni da Silva Bruno*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.
- LOWENTHAL, David. "Fabricating Heritage" in *History & Memory*, vol.10, nº1.
- _____. *The Past is a foreign country*. Cambridge University Press, 1985.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG, 2002.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2001.
- NEVES, Lucila de Almeida. "Memória, história e sujeito: substratos da identidade". In *História Oral*, n.3, 2000, pp.109-115.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, I, II e III, Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Hermelindo de, ATHÚ, Jair Paes, PIACENTINI, Carlos Alberto, PINTO, Admilson Souza e LEME, Lazara Paes. *A Era do rádio em Campinas*. Campinas: 1987.
- PESAVENTO, Sandra. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- POLLACK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio" in *Estudos Históricos*, vol.5, n.10, Rio de Janeiro: 1992.
- _____. "Memória e identidade social" in *Revista Estudos Históricos*, n.10, 1992, p.200-215.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, José Honório. "A Historiografia Memorialista e o Rio de Janeiro" in
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988, pp.15-20.

RUBINO, Silvana. *Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968*. UNICAMP- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

_____. “O mapa do Brasil passado” in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996, pp. 97-105.

SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732-1992)*. Campinas: Ed.Unicamp, 1992.

SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial – os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

_____. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração / comemoração: as utilizações sociais da memória” in *Revista Brasileira de História*, vol.22, nº. 44, São Paulo, 2002.

SIMMEL, Georg. “As metrópoles e a vida do espírito” (1903) in *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso

SIMSON, Olga R. de Moraes Von. “Folguedo carnavalesco, memória e identidade sócio-cultural” in *Resgate*, n.3. CMU/Papirus, 1993, pp.53-60.

SIMSON, Olga R. De Moraes Von. (org). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas*. homenagem a José Roberto do Amaral Lapa. **Campinas**: CMU/IFCH, 2000.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE / FGV, 1997.

VILLELA, Américo Baptista. “Fundações’ de Campinas: fábrica de representações”.

Disponível em:

http://www.campinas.sp.gov.br/portal_2003_sites/noticias/campinas_230anos/fundacoes_campinas.htm.

* as citações dos livros utilizados como fontes primárias estão ao longo do texto nas notas de rodapé.